

ISSN: 2447-7656 – v.3 – ano 2 – 2016

# REVISTA AKEDIA

VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS

PLANETA TERRA, HEMISFÉRIO SUL, BRASIL

## TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,  
Eu, tantas vezes irresponsavelmente parasita,  
Indesculpavelmente sujo,  
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,  
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,  
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,  
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,  
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,  
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda.  
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,  
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,  
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem  
pagar,  
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado  
Para fora da possibilidade do soco.  
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,  
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.

(Fragmento de: *Poema em Linha Reta*, Fernando Pessoa, sob o pseud. Álvaro de Campos)

GRUPO DE PESQUISA  
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME III

UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



UNIDADE FRUTAL

GRUPO DE PESQUISA  
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)

AKEDIA – VERSÕES,  
NEGLIGÊNCIAS E  
OUTROS MUNDOS

VOLUME III  
CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

FRUTAL – MG  
2016

### **Equipe de Revisão**

Dr. Marcelo Pessoa  
Ariane Moraes – Publicitária

### **Diagramação e Arte**

Dr. Marcelo Pessoa

### **Capa**

Autor: Hans Christian Andersen

Título: “Fantasy cutting for Dorothea” (corte de fantasia para Dorothea)

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5723](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5723)

Acesso em 25/01/2016.

### **Impressão e Hospedagem Eletrônica do Volume**

<http://mpmarcelopessoa.wixsite.com/akediaonline>

### **Editor Corporativo**

Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC)

### **Editor Responsável**

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

### **Conselho Editorial**

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL, Lisboa)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU, Uberlândia)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade do Porto, Portugal)

Dra. Daniela Soares Portela (UEMG, Frutal)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG, Goiás)

Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal)

P475p Pessoa, Marcelo  
Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura (SIC). /  
Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, 2016.  
105 f.: il., (vol. de Pesquisa Básica e Avançada).

ISSN 2447-7656

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade  
I. Pessoa, Marcelo. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III.  
Título.

CDU 008

## EDITORIAL

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE DEZEMBRO DE 2016, DIVULGAMOS O TERCEIRO VOLUME DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DE 2015, PARA SER UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIOS, VIA PLATAFORMA WIX.COM.

COM PREVISÃO DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, O FLUXO EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO PELO EDITOR RESPONSÁVEL, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC).

A COMPOSIÇÃO DO CORPO EDITORIAL CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUARÃO, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* ACUMULADO A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTENTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO SIC, APESAR DE TAL PREMISA, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR À OUTRA.

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO CORPO EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E DIVULGAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS, PORÉM, MÓVEIS.

NESTA CESTA DE LETRAS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO, POR MEIO DE DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÓRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O

MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A NATUREZA COMPLEXA DE TAIS PROBLEMAS PEDE DIÁLOGOS NÃO SÓ ENTRE DISCIPLINAS PRÓXIMAS, DENTRO DA MESMA ÁREA DO CONHECIMENTO, MAS ENTRE DISCIPLINAS DE ÁREAS DIFERENTES, BEM COMO ENTRE SABERES DISCIPLINARES E SABERES NÃO DISCIPLINARES DA SOCIEDADE E DAS CULTURAS, DEPENDENDO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO FENÔMENO A SER TRATADO. DAÍ, A RELEVÂNCIA, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO QUE TOMAM COMO OBJETO FENÔMENOS QUE SE COLOCAM ENTRE FRONTEIRAS DISCIPLINARES, QUANDO A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA REQUER DIÁLOGO ENTRE E ALÉM DAS DISCIPLINAS. DIANTE DISSO, DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS COLOCAM-SE PARA DIFERENTES CAMPOS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (CAPES, DOCUMENTO DE ÁREA 2009. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CAPES.GOV.BR/IMAGES/STORIES/DOWNLOAD/AVALIACAO/INTER.03AGO10.PDF](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter.03ago10.pdf), ACESSO EM 06/05/2015).

10

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SE PUBLICARÃO NOS PRIMEIROS TRÊS VOLUMES, TEXTOS DE INTEGRANTES DO SIC. E NÃO APENAS ESTES, POIS, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, OU DE OUTRAS INSTITUIÇÕES INDICADAS POR MEMBROS DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SERÃO TAMBÉM OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISAS DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM A LINHA DE PENSAMENTO DE NOSSO CORPO EDITORIAL, BEM COMO AOS DITAMES ALUDIDOS ANTERIORMENTE PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL E LÍDER DO GRUPO SIC)

## PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO

NO TERCEIRO VOLUME DA REVISTA “*AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS*”, APRESENTAMOS AOS LEITORES UMA PREOCUPAÇÃO: LEGITIMAR OU NÃO ESTA REVISTA COM A CHANCELA “QUALIS CAPES”, VISTO QUE A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO NÚMERO DAS PUBLICAÇÕES É QUE SE PODE REQUERER À CAPES TAL RECONHECIMENTO?

MAS, QUAL A RAZÃO DE TECERMOS UMA LINHA DE RACIOCÍNIO, A QUAL SE REVELA APARENTEMENTE OPOSTA A TUDO O QUE SE PRECONIZA NA ACADEMIA? SIM, POIS, EM Sã CONSCIÊNCIA, QUEM SE LEVANTARIA EM ATITUDE CONTRÁRIA À TUTELA CAPES E, PORTANTO, À SOLICITAÇÃO DE TAL REFERENDO?

COMO EDITOR DA REVISTA *AKEDIA* TENHO REFLETIDO SINCERAMENTE SOBRE ESTAS QUESTÕES DESDE A CONCEPÇÃO EDITORIAL DA REVISTA, FACE AO CARÁTER FORDISTA IMPOSTO À PRODUÇÃO ACADÊMICA. DESSE MODO, A CIÊNCIA DE HOJE MENOS SE REVELA PELA QUALIDADE DO CONHECIMENTO QUE PRODUZ, E MAIS PELO INTENSO DESGASTE QUE TEM SIDO IMPOSTO AOS CIENTISTAS DE TODAS AS ÁREAS, OS QUAIS AINDA SE VEEM ATOLADOS PELO TRABALHO EM SALA DE AULA. ESTES MESMOS PROFISSIONAIS TAMBÉM VIVEM ATAREFADOS E EXTREMAMENTE ENVOLVIDOS COM O EXCESSIVO APARATO BUROCRÁTICO QUE SE APODEROU DO MEIO ACADÊMICO.

AO REPENSARMOS A CHANCELA QUALIS, O QUE QUEREMOS É PROPOR AO CENÁRIO DA CIÊNCIA UMA ALTERNATIVA, EM QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM DOTADAS DE QUALIDADES TEXTUAIS E DE CONTEÚDOS, SEM QUE NECESSARIAMENTE SEJAM REPETIDORAS OU DEPENDENTES DE UMA ESTRUTURA DE LEGITIMAÇÃO QUE, NO FUNDO, SE IMPÕE COMO PODER, E NÃO COMO EMPODERAMENTO, O QUE, A NOSSO VER, É COMO DEVERIA SER.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL)

# SUMÁRIO

## RESUMOS

1. **ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA FAMILIAR NO RAMO ALIMENTÍCIO: O CASE DO WAL-MART.....15**
2. **A EVOLUÇÃO DA ESCRITA NO CONTEXTO DO ENSINO.....16**
3. **A MULHER EMPREENDEDORA: POR DENTRO DE UM MERCADO DE TRABALHO NO SETOR INDUSTRIAL DE EXPORTAÇÃO.....17**
4. **EMPREENDEDORISMO NO AGRONEGÓCIO.....18**
5. **EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA *versus* EVOLUÇÃO DA ESCRITA.....19**
6. **GESTÃO AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE FRUTAL – MG.....20**
7. **GESTÃO DE RISCO NA BOLSA DE VALORES.....21**
8. **LIBRAS: INCLUSÃO PARA DENTRO OU INCLUSÃO PARA FORA.....22**
9. **MARKETING DO ORLANDO CITY SOCCER CLUB: A EVOLUÇÃO DO TIME.....23**
10. **MARKETING-PATROCÍNIO: A PRIMEIRA DIVISÃO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL.....24**
11. **O DESAFIO DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA FAMILIAR.....25**
12. **O DESENVOLVIMENTO DAS MICROEMPRESAS NO SETOR ALIMENTÍCIO.....26**
13. **O ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SETOR PESQUEIRO.....27**
14. **OS ASPECTOS DA CRISE NO CENÁRIO ECONÔMICO COMERCIAL FRUTALENSE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O 1º SEMESTRE DOS ANOS DE 2014, 2015 e 2016.....28**

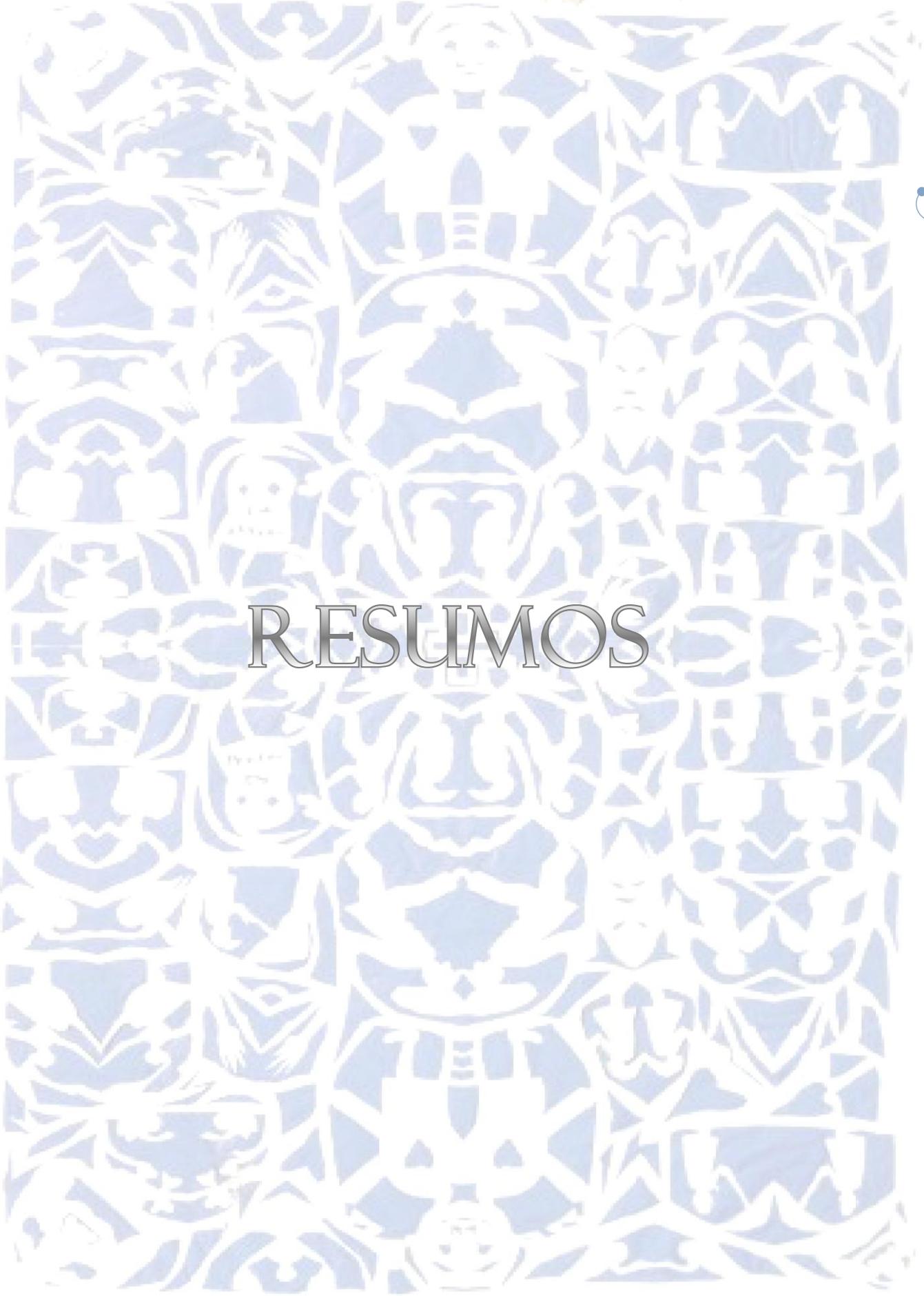
15. REGRAS GERAIS DO <i>MARKETING</i> .....	29
16. SOCIEDADE DO ESTRESSE: UM OLHAR QUALITATIVO SOBRE A VIDA.....	30
17. A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO.....	31
18. A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA <i>versus</i> EVOLUÇÃO NA COMUNICAÇÃO.....	32

## ARTIGOS

1. DIREITO, EDUCAÇÃO E CULTURA: UM ENFOQUE SOBRE A LDB (LEI 9394/96) – CAROLINA MAIA SOARES SILVA; MARCELO PESSOA.....	34
2. COMO OS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO DA UEMG UNIDADE FRUTAL LIDAM COM SUAS FINANÇAS PESSOAIS? – MÔNICA QUEIROZ DA SILVA.....	45
3. CONFLITOS NO USO DA LINGUAGEM NA TECNOMEDIAÇÃO: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO, ESPAÇO E CULTURA – MARCELO PESSOA.....	70
4. O PROFISSIONAL DE <i>COACHING</i> E SEU DIA A DIA NAS ORGANIZAÇÕES – DANILTON CARLOS DA SILVA; JUSSARA GOULART DA SILVA .....	83
5. A ROTULAGEM AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – MARCEL CARLOS LOPES FÉLIX.....	95

تصميم جداري للفنان التشيكي ميخايل كوفور  
1929

# RESUMOS



## ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA FAMILIAR NO RAMO ALIMENTÍCIO: O CASE DO WAL-MART

SOUZA, Átila Silva de<sup>1</sup>; LETÍCIA, Bruna<sup>2</sup>; FINOTTI, Carla<sup>3</sup>; APARECIDA, Geisiane<sup>4</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>5</sup>

15

**RESUMO:** O presente texto é sumário de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar o setor alimentício, num recorte que privilegia a gestão da empresa familiar, num estudo de caso do Wal-Mart. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender as práticas empresariais postas em funcionamento por esta corporação no Brasil. Especificamente, pretendemos delimitar a cultura organizacional das filiais brasileiras da companhia. Neste sentido, nossa hipótese é a de que nossos estudos possam contribuir para colocar em discussão um conglomerado empresarial que vem de um contexto central da economia global (Estados Unidos da América) e, ao se instalar num país de periferia política e econômica, como é o caso Brasil, pode dar origem a questões como “Que tipo de mudança de cultura e de clima organizacional o Wal-Mart teve de programar para se instalar no Brasil?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, repousa nos conteúdos depositados no *site* da *Revista Exame*, repositório digital este que retém uma série de debates sobre a empresa em voga.

**PALAVRAS-CHAVE:** Wal-Mart, setor alimentício, cultura organizacional.

<sup>1</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato [atilasouza08@uol.com.br](mailto:atilasouza08@uol.com.br).

<sup>2</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [bruna190197@gmail.com](mailto:bruna190197@gmail.com).

<sup>3</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [carlafinottif@gmail.com](mailto:carlafinottif@gmail.com).

<sup>4</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [geisiap33@gmail.com](mailto:geisiap33@gmail.com).

<sup>5</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## A EVOLUÇÃO DA ESCRITA NO CONTEXTO DO ENSINO

CRUZ, Douglas<sup>6</sup>; MIZIARA, Gabriel<sup>7</sup>; GONÇALVES, Getúlio<sup>8</sup>; SOUZA, Gustavo<sup>9</sup>; SILVA, Taynan<sup>10</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>11</sup>

16

**RESUMO:** Nosso trabalho de pesquisa realizou-se sob a temática geral que trata de compreender os processos de evolução histórica da escrita. A investigação teve como objetivo apresentar um estudo em que a história da linguagem escrita fosse vista pelo usuário de modo lúdico e atraente. Por isso, optamos metodologicamente pelo formato animação, modelo a partir do qual as etapas do desenvolvimento tecnológico da linguagem em seu suporte escrito foram dispostos num pequeno filme, exibidos numa sessão experimental durante as aulas da disciplina de Língua Portuguesa Instrumental, do Curso de Graduação em Sistemas de Informação, da Unidade Frutal, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. Para realizar esta pesquisa nosso grupo se valeu de uma pesquisa exploratória, cujos dados foram coletados de *sítes* da internet. O tratamento dos dados foi realizado por todos os integrantes do grupo de pesquisa, com o apoio do *software* “Camtasia Studio”. Como resultados deste trabalho, oferecemos ao usuário de nosso produto final informações educativas audiovisuais e lúdicas, sobre a evolução da linguagem, em sua modalidade escrita. Vale lembrar que este estudo se debruçou prioritariamente sobre os conteúdos dispostos no *link* <https://www.youtube.com/watch?v=CX862yjuWNo>.

**PALAVRAS-CHAVE:** evolução da escrita, linguagem, tecnologia.

<sup>6</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [douglascruznuess@hotmail.com](mailto:douglascruznuess@hotmail.com).

<sup>7</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gabriel.miziara@hotmail.com](mailto:gabriel.miziara@hotmail.com).

<sup>8</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [getulinho.pg@gmail.com](mailto:getulinho.pg@gmail.com).

<sup>9</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gustavo\\_souza92@outlook.com](mailto:gustavo_souza92@outlook.com).

<sup>10</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [taynan125silva@gmail.com](mailto:taynan125silva@gmail.com).

<sup>11</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## A MULHER EMPREENDEDORA: POR DENTRO DE UM MERCADO DE TRABALHO NO SETOR INDUSTRIAL DE EXPORTAÇÃO

SILVA, Aline Cristina<sup>12</sup>; BELTRAMINI, Beatriz Stefanelli<sup>13</sup>; FERREIRA, Cinthia Molero Moreno da Silva<sup>14</sup>; OLIVEIRA, Maria Clara de Melo<sup>15</sup>; SILVA, Verônica Machado da<sup>16</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>17</sup>

17

**RESUMO:** O presente texto é sumário de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar o empreendedorismo feminino, dentro de um contexto ampliado, no mercado de exportações. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender as práticas comerciais de exportação em voga no mundo. Especificamente, pretendemos identificar como o empreendedorismo feminino tem se desenvolvido e como se insere em países emergentes ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Neste sentido, nossa hipótese é a de que nossos estudos possam contribuir para colocar um fecho de luz sobre a presença da mulher num nicho de mercado tão competitivo, respondendo, ainda, perguntas como “Há discriminação para com a atuação da mulher empreendedora no mercado externo?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, será a obra de Almirava Gomes Ferraz, intitulada *Mulheres Empreendedoras – Desafios e Competências*, publicada em 2016, disponível eletronicamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** empreendedorismo, exportação, liderança feminina.

<sup>12</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [aliny cristina@hotmail.com](mailto:aliny cristina@hotmail.com).

<sup>13</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [biaa.98@hotmail.com](mailto:biaa.98@hotmail.com).

<sup>14</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [morenokim@hotmail.com](mailto:morenokim@hotmail.com).

<sup>15</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [melo clara9898@yahoo.com](mailto:melo clara9898@yahoo.com).

<sup>16</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [veronicamachado.silva@outlook.com](mailto:veronicamachado.silva@outlook.com).

<sup>17</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## EMPREENDEDORISMO NO AGRONEGÓCIO

PAULA, Igor Borges Florêncio de<sup>18</sup>; ALVES, Luiz Lucas<sup>19</sup>; FERREIRA, Lummah Raphaela Martes<sup>20</sup>; LEONEL, Marcia Cristina<sup>21</sup>; COSTA, Thyago Dorneles da<sup>22</sup>; GONÇALVES, Victor Ferreira<sup>23</sup>; DUARTE, Zaine Camila Ribeiro<sup>24</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>25</sup>

18

**RESUMO:** O presente texto é súpula de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar o grande setor econômico do agronegócio, alinhando a um subtema, que é o do empreendedorismo. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender as razões pelas quais os empresários investem neste setor econômico, bem como, esquadrihar os nichos mais atraentes do segmento para a prática empreendedora. Especificamente, pretendemos identificar como o empreendedorismo no agronegócio pode ajudar o Brasil a minimizar os impactos socioeconômicos da crise financeira global. Neste sentido, nossa hipótese é a de que o setor do agronegócio, devido ao vigor econômico que tem em países em crescimento como o nosso, requer estudos que deem conta de responder perguntar como “É possível ainda este setor da economia crescer de modo sustentável?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, será a obra de Massilon J. Araújo, intitulada *Fundamentos de Agronegócios*, publicada em 2007.

**PALAVRAS-CHAVE:** empreendedorismo, agronegócio, economia rural.

<sup>18</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [igor\\_bfp@hotmail.com](mailto:igor_bfp@hotmail.com).

<sup>19</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [luizlucas95@hotmail.com](mailto:luizlucas95@hotmail.com).

<sup>20</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [lummahraphaelamf@hotmail.com](mailto:lummahraphaelamf@hotmail.com).

<sup>21</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [marcia.leonel@yahoo.com.br](mailto:marcia.leonel@yahoo.com.br).

<sup>22</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [tyago\\_dorneles@hotmail.com](mailto:tyago_dorneles@hotmail.com).

<sup>23</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [victor.cfv1@hotmail.com](mailto:victor.cfv1@hotmail.com).

<sup>24</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [zainecamila@hotmail.com](mailto:zainecamila@hotmail.com).

<sup>25</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA *versus* EVOLUÇÃO DA ESCRITA

COUTO, Michel de Freitas<sup>26</sup>; CRUZ, Michel Augusto Cazolli<sup>27</sup>; JUNIOR, Uemerson Pinheiro<sup>28</sup>; LEONEL, Bruna Oliveira<sup>29</sup>; MACHADO, Mateus Luiz da Silva<sup>30</sup>; MARIANO, Bruno Cunha<sup>31</sup>; MARQUES, Aleska Paula<sup>32</sup>; PAULA, Izabella Cristina Barbosa de<sup>33</sup>; RIBEIRO, Tercio Borges<sup>34</sup>; ROCHA, Gustavo Alencar<sup>35</sup>; SILVA, João Vitor Souza Jardim<sup>36</sup>; SOARES, Gabriel Ferreira<sup>37</sup>; WANDSCHEER, Carlos Eduardo dos Santos<sup>38</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>39</sup>

19

**RESUMO:** Esta pesquisa se concretizou a partir de estudos sobre os processos de evolução histórica e tecnológica da linguagem e da tecnologia. O objetivo central da investigação foi o de entender o modo como se poderia aliar a tecnologia eletrônica e a técnica do falar e do escrever, a partir de um enfoque comparado com vistas à interação entre ambos os universos – o tecnológico e o manuscrito / falado. Assim, coletando dados na rede mundial de computadores, o Grupo de Trabalho (GT) entendeu que o melhor modo de expressar os resultados dessa pesquisa, seria criar um *talk show*. Logo, a partir de uma metodologia de coleta de dados em que seriam aplicadas algumas entrevistas, estipulou-se que a roteirização, a elaboração de um questionário fechado e a atuação no programa de entrevistas seria atribuição dos integrantes do próprio GT. Ao lado desse método, contou-se ainda com o apoio técnico material e institucional da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, que cedeu ao GT o espaço da sala de videoconferência da Unidade para a gravação da prévia do programa, envolvendo todos os participantes do GT. Os principais *sites* em que o GT buscou seus itens de pesquisa foram: [www.publico.pt/ciencia](http://www.publico.pt/ciencia); [www.webcache.googleusercontent.com](http://www.webcache.googleusercontent.com); [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com); [www.smartkids.com.br](http://www.smartkids.com.br); [www.historiadomundo.uol.com.br](http://www.historiadomundo.uol.com.br).

**PALAVRAS-CHAVE:** evolução da escrita, linguagem, tecnologia.

<sup>26</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [michel\\_14fc@hotmail.com](mailto:michel_14fc@hotmail.com).

<sup>27</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [michel\\_cazolli@hotmail.com](mailto:michel_cazolli@hotmail.com).

<sup>28</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [uemersonpinheirojunior@gmail.com](mailto:uemersonpinheirojunior@gmail.com).

<sup>29</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [brunnaleonel@hotmail.com](mailto:brunnaleonel@hotmail.com).

<sup>30</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [matluiz@live.com](mailto:matluiz@live.com).

<sup>31</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [brunobrunim2013@gmail.com](mailto:brunobrunim2013@gmail.com).

<sup>32</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [aleskamarques@hotmail.com](mailto:aleskamarques@hotmail.com).

<sup>33</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [iza4003@gmail.com](mailto:iza4003@gmail.com).

<sup>34</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [terciobr05@hotmail.com](mailto:terciobr05@hotmail.com).

<sup>35</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gustavo\\_a.rocha@hotmail.com](mailto:gustavo_a.rocha@hotmail.com).

<sup>36</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [darkmalzahar@outlook.com](mailto:darkmalzahar@outlook.com).

<sup>37</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [darkmalzahar@outlook.com](mailto:darkmalzahar@outlook.com).

<sup>38</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [duwandscheer34@gmail.com](mailto:duwandscheer34@gmail.com).

<sup>39</sup> Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## GESTÃO AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE FRUTAL – MG

ALMEIDA, Ana Maria Ferreira de<sup>40</sup>; PORTO, Claudia da Silva<sup>41</sup>;  
TEIXEIRA, Daniela Lopes<sup>42</sup>; GARCIA, João Pedro<sup>43</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>44</sup>

20

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema geral que trata da gestão ambiental no setor público. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de verificar as necessidades de implementação de ajustes no sistema de gestão ambiental no setor público municipal do Triângulo Mineiro. Especificamente, pretendemos analisar e descrever a atuação gestora das competências municipais na área ambiental da cidade de Frutal – MG. Justifica a realização de uma pesquisa como a nossa, a condição de que o poder público municipal, constantemente precisa revisar e atualizar seus processos de gestão e, particularmente, numa área tão sensível e de grande interesse público, como é a do meio ambiente. Neste sentido, diante de aparentes desacordos entre alguns modelos de gestão e a sustentabilidade, objeto de desejo cada vez mais cobiçado pela cidadania, nosso grupo de trabalho se deterá sobre o paradigma frutalense de gestão ambiental, com vistas a compreendê-lo, propondo condições de melhoria em seus processos. Inicialmente, buscaremos as respostas que podem ser dadas para a questão-problema “Qual a razão da não expansão para a população dos programas de reciclagem do lixo que existe apenas focado nas empresas, na cidade de Frutal – MG?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de revisão bibliográfica, a principal obra que sustentará nossos primeiros passos, é o texto de Marly Borges de Oliveira (2016).

**PALAVRAS-CHAVE:** gestão ambiental, poder público, cidadania.

<sup>40</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [anna\\_marya95@hotmail.com](mailto:anna_marya95@hotmail.com).

<sup>41</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [claudia\\_silvaporito@hotmail.com](mailto:claudia_silvaporito@hotmail.com).

<sup>42</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [daniela\\_lteixeira@hotmail.com](mailto:daniela_lteixeira@hotmail.com).

<sup>43</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [jotapee.garcia@gmail.com](mailto:jotapee.garcia@gmail.com).

<sup>44</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## GESTÃO DE RISCO NA BOLSA DE VALORES

VOLPATTI, Ana Livia<sup>45</sup>; GAZZOLA, Bárbara<sup>46</sup>; GARCIA, Bianca<sup>47</sup>; DINIZ, João Pedro Marin<sup>48</sup>; MASSABNI, Lara<sup>49</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>50</sup>

21

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema que trata de entender o modo como os gestores das bolsas de valores gerenciam ou mesmo produzem os comportamentos de risco no mercado financeiro. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender como funciona o controle de exposição dos investidores aos mais diversos patamares de risco durante as condutas de investimento. Especificamente, pretendemos delimitar como o mercado de ações pode instituir maiores ou menores práticas de risco para seus aplicadores, maximizando lucros e minimizando perdas. Justifica nossa pesquisa, o fato de que, num contexto mundial de crise econômica, as oscilações dos indicadores das bolsas de valores ficam mais fragilizadas, o que demanda maior cuidado por parte de todos os agentes envolvidos ou que operam o sistema. Neste sentido, nossa hipótese de estudos, é a de que cenário de crise financeira, que deveria sugerir às pessoas maiores precauções, é o mesmo que, paradoxalmente, as atrai – às vezes, para armadilhas contábeis –, dando margem a trabalhos como o nosso, que queiram dar respostas à questão “O momento certo para se investir na Bolsa de Valores, é mesmo o momento de crise?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de uma pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos visíveis no repositório digital do site da equipe do *Infomoney*, especialmente o denominado “Aprenda gerenciar riscos ao investir”.

**PALAVRAS-CHAVE:** bolsa de valores, investimento de risco, mercado.

<sup>45</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [analiviavolpatti@hotmail.com](mailto:analiviavolpatti@hotmail.com).

<sup>46</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [bsgazzola@gmail.com](mailto:bsgazzola@gmail.com).

<sup>47</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [biancagarcia@hotmail.com](mailto:biancagarcia@hotmail.com).

<sup>48</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [joãopedromarin@hotmial.com](mailto:joãopedromarin@hotmial.com).

<sup>49</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [lara.massabni@hotmail.com](mailto:lara.massabni@hotmail.com).

<sup>50</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## LIBRAS: INCLUSÃO PARA DENTRO OU INCLUSÃO PARA FORA

PESSOA, Marcelo<sup>51</sup>

22

**RESUMO:** Esta pesquisa se articula, primordialmente, em torno da leitura do texto de Ademilde Félix (2009), intitulado “PAPEL DA INTERAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA INCLUSIVA”. A partir desse contato com o assunto, por ocasião da frequência numa Especialização Lato Sensu em LIBRAS, reforçou-se em mim a crença de que as ações afirmativas voltadas à inclusão, longe de abarcarem a totalidade do sistema educacional e de seus principais sujeitos protagonistas (discentes, docentes, Estado), contribuem, sim, de modo mais intenso, para a promoção não de uma inclusão propriamente dita, mas de uma exclusão. Assim, traçamos como objetivo, investigar o modo com que os discursos de inclusão dissimulam ou não levam em conta as idiosincrasias (próprias dos indivíduos humanos), e as condições reais de infraestrutura (demandas próprias do Estado e de seus desdobramentos – cidades, órgãos de governo, malha viária de acesso às escolas etc.). Justifica nossa pesquisa, a constatação de que o que se promove na educação inclusiva, é uma espécie de “inclusão para fora” que, por índole, é perversa e altamente lesiva para quem dela se disponha a participar. Neste contexto, nossa hipótese é a de que, “incluir para fora” significa, dentre outras coisas, criar no sujeito (e, extensivamente, nos seus familiares e nos cidadãos que financiam a estrutura educativa) uma falsa ideia de pertencimento ao sistema educacional, permitindo e até mesmo incentivando neles (no discente, no docente, no cidadão) o desenvolvimento de expectativas que nunca se cumprirão. Como resultado parcial de nosso trabalho, verificamos que, no caso particular da inclusão via LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), por exemplo, não apenas se nega ao educando a necessária fluência de uma “linguagem sócio interativa” (FÉLIX, 2009, p. 121), como também se disfarçam sob a plenitude do véu das políticas e estatísticas oficiais da inclusão, problemas que desviam discentes, docentes, sociedade e Estado da meta de uma condição de bem-estar social que deveria ser bem mais ampla, no que tange aos objetivos, geral, no que diz respeito o número de sujeitos de fato contemplados, e irrestrita, no sentido de que os resultados obtidos corresponderem efetivamente ao atendimento das necessidades dos usuários do sistema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras, inclusão, educação.

<sup>51</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## MARKETING DO ORLANDO CITY SOCCER CLUB: A EVOLUÇÃO DO TIME

CAETANO, Artur Pereira<sup>52</sup>; PATRACÃO, Gabriela de Oliveira<sup>53</sup>; ANDRADE, Jeferson Martins de<sup>54</sup>; SOUZA, Jéssika Aparecida Oliveira Lima de<sup>55</sup>; ONGARATTO, Jhonata<sup>56</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>57</sup>

23

**RESUMO:** O presente texto é sumário de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de estudar o *marketing* esportivo, num recorte que privilegia a gestão de um clube de futebol, por meio de um estudo de caso – o “Orlando City Soccer Club”. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de compreender as práticas de *marketing* postas em funcionamento por esta corporação e a eficácia obtida quanto ao seu crescimento no mundo do futebol. Especificamente, pretendemos delimitar a cultura organizacional empreendida pelo clube em torno das técnicas do *marketing*. Neste sentido, nossa hipótese é a de que nossos estudos possam contribuir para colocar em discussão um conglomerado empresarial do ramo do entretenimento, dando respostas a perguntas como “Como que o *marketing* tem ajudado o clube a se comunicar com seu mercado?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, repousa nos conteúdos depositados no *site* do próprio clube em questão, em texto assinado por Rafael Cabrera, publicado em 2011, e disponibilizado eletronicamente pelo repositório do “Orlando City”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Entretenimento, *marketing* do futebol, Orlando City.

<sup>52</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [artur.bicolor.ac@gmail.com](mailto:artur.bicolor.ac@gmail.com).

<sup>53</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gabrielapatracao2@hotmail.com](mailto:gabrielapatracao2@hotmail.com).

<sup>54</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato não fornecido.

<sup>55</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [jessikaknet@outlook.com](mailto:jessikaknet@outlook.com).

<sup>56</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [jhoon\\_ongaratto@hotmail.com](mailto:jhoon_ongaratto@hotmail.com).

<sup>57</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## MARKETING-PATROCÍNIO: A PRIMEIRA DIVISÃO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL

ROSA, Rafael<sup>58</sup>; GRECCO, Leonardo<sup>59</sup>; RINALDO, José<sup>60</sup>; CARMINATTI, Murilo<sup>61</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>62</sup>

24

**RESUMO:** O presente texto é súpula de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar a maneira como as técnicas do *marketing* esportivo podem contribuir para a construção da identidade da marca de um clube de futebol de primeira divisão no Brasil. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender os mecanismos por meio dos quais se realizam as operações de mercado no futebol, a partir da compreensão particular que se pode ter do *marketing* aplicado a este setor econômico. Especificamente, pretendemos identificar como o “*marketing-patrocínio*” imprime valor de mercado às marcas comerciais dos times de futebol brasileiros. Neste sentido, nossa hipótese de estudos, é a de que o setor do entretenimento e da cultura é pouco pesquisado pela academia, havendo, portanto, a necessidade de se constituir uma massa crítica que dê conta de dar respostas a questões como “Até que ponto o baixo rendimento dentro de campo regula o interesse dos investidores por determinado clube de futebol?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos visíveis no repositório digital de sites como os da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, e o da FIFA – Fédération Internationale de Football Association.

**PALAVRAS-CHAVE:** *marketing* esportivo, marca, mercado do futebol.

<sup>58</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [rafacincani@hotmail.com](mailto:rafacincani@hotmail.com).

<sup>59</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [leonardomiguelgrecco@outlook.com](mailto:leonardomiguelgrecco@outlook.com).

<sup>60</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [joserinaldoaniansdossantos@gmail.com](mailto:joserinaldoaniansdossantos@gmail.com).

<sup>61</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [murilo.caminott@hotmail.com](mailto:murilo.caminott@hotmail.com).

<sup>62</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## O DESAFIO DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA FAMILIAR

SILVA, Alexander Reis<sup>63</sup>; VILELA, Anna Amallya de Andrade<sup>64</sup>; OLIVEIRA, Janete Sales de<sup>65</sup>; JÚNIOR, Norival José dos Santos<sup>66</sup>; MORAES, Viviana Lopes de<sup>67</sup>; DIAS, Yan Caxias<sup>68</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>69</sup>

25

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar o modelo de gestão da empresa familiar e suas estratégias de transição de posições de comando no organograma. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de delimitar os territórios de conflito mais recorrentes dentro das empresas familiares, bem como, o modo como se enxerga a transição como fato positivo ou negativo em tais contextos. Especificamente, pretendemos analisar e compreender as particularidades desse modelo de gestão, tentando, ao final, propor uma rotina administrativa que seja eficaz para dirimir conflitos e facilitar os episódios de transição do poder. Justifica nossa pesquisa, o fato de que, em momentos de crise como o que vivemos, há uma necessidade severa em se promover o fortalecimento das empresas mais tradicionais e, dentre elas, grande número é composto por segmentos familiares de gestão. Neste sentido, nossa hipótese, é a de que os desafios atuais para que as empresas se mantenham operando são enormes e, por isso, é de suma importância que realizemos uma investigação que dê respostas à questão “Qual o diferencial das grandes empresas de um mesmo ramo e quais as trajetórias que podem ser seguidas para que se alcance êxito em seu crescimento?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de uma pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos inscritos na obra de Eduardo Najjar, intitulada “Empresa Familiar: construindo equipes vencedoras na família empresária”, publicada pela Editora Integreare, no ano de 2011.

**PALAVRAS-CHAVE:** empresa familiar, gestão empresarial, transição.

<sup>63</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [alex\\_reis\\_silva@hotmail.com](mailto:alex_reis_silva@hotmail.com).

<sup>64</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [annaamallyaav@hotmail.com](mailto:annaamallyaav@hotmail.com).

<sup>65</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [janetesalesdeoliveira@gmail.com](mailto:janetesalesdeoliveira@gmail.com).

<sup>66</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [norivaljr1998@outlook.com](mailto:norivaljr1998@outlook.com).

<sup>67</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gure.no.irai@gmail.com](mailto:gure.no.irai@gmail.com).

<sup>68</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [yan.dias20151995@gmail.com](mailto:yan.dias20151995@gmail.com).

<sup>69</sup> Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## O DESENVOLVIMENTO DAS MICROEMPRESAS NO SETOR ALIMENTÍCIO

SILVA, Enzo de Souza<sup>70</sup>; ARAÚJO, Patricia Siqueira de<sup>71</sup>; DANTAS, Samara Santiago<sup>72</sup>; DANTAS, Thalia Santiago<sup>73</sup>; SOUZA, Vinicius Cazolli Marques de<sup>74</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>75</sup>

26

**RESUMO:** O presente texto é sumário de uma pesquisa em fase preliminar, e será desenvolvido sob o tema que trata de investigar o setor alimentício, num recorte que privilegia o alcance das microempresas. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de entender o funcionamento das microempresas do ramo, seus mecanismos de gestão, seus sucessos e suas decepções. Especificamente, pretendemos delimitar a alçada da importância que este segmento tem para a economia brasileira. Neste sentido, nossa hipótese é a de que nossos estudos possam contribuir para colocar em evidência um setor da atividade econômica que tende a crescer, face ao crescimento exponencial da demanda por alimentos no mundo, respondendo a questões como “O atual cenário econômico no Brasil afeta o desenvolvimento das microempresas?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, repousa nos conteúdos depositados no *site* do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** microempresa, gestão, microeconomia.

<sup>70</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato não fornecido.

<sup>71</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato não fornecido.

<sup>72</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [samara.santiago@hotmail.com](mailto:samara.santiago@hotmail.com).

<sup>73</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [thalia.santiago@hotmail.com](mailto:thalia.santiago@hotmail.com).

<sup>74</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato não fornecido.

<sup>75</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## O ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SETOR PESQUEIRO

CORRÊA, Alexsander Bittencourt<sup>76</sup>; REIS, Erick Campos<sup>77</sup>; ALVES, Marcos<sup>78</sup>; SILVA, Maria Eduarda Soares<sup>79</sup>; LIMA, Matheus Leonel Andrade<sup>80</sup>; LUCIANO, Raul Silva<sup>81</sup>; FERREIRA, Yury Eduardo<sup>82</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>83</sup>

27

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema que trata de entender o modelo de gestão das empresas do setor pesqueiro. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de identificar a dinâmica gestora do segmento em foco, ajustando este objeto às teorias administrativas estudadas em sala de aula. Especificamente, pretendemos sugerir uma rotina administrativa que seja eficaz para gerir as empresas do ramo pesqueiro, quer sejam elas familiares ou não. Justifica nossa pesquisa, o fato de que, no entorno da cidade de Frutal – MG há uma grande ocorrência de rios e lagos, condição geográfica esta que fomenta de modo robusta o surgimento de empresas neste ramo de atividade econômica. Neste sentido, nossa hipótese de investigação, é a de que um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhos da área seja a época do defeso, momento em que a pesca fica suspensa devido ao fenômeno da Piracema, permitindo-se, com isso, que realizemos uma investigação que dê respostas à questão “Qual o impacto socioeconômico da sazonalidade do defeso nas micro e pequenas empresas do setor pesqueiro atingidas pela Piracema?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de uma pesquisa bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos visíveis no repositório digital do site do “MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

**PALAVRAS-CHAVE:** setor pesqueiro, economia regional, defeso.

<sup>76</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [alex\\_plan2009@hotmail.com](mailto:alex_plan2009@hotmail.com).

<sup>77</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [erickreis@hotmail.com](mailto:erickreis@hotmail.com).

<sup>78</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [marcosa.frutal@gmail.com](mailto:marcosa.frutal@gmail.com).

<sup>79</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [mesoaressilva@gmail.com](mailto:mesoaressilva@gmail.com).

<sup>80</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [matheus\\_andradelima12@hotmail.com](mailto:matheus_andradelima12@hotmail.com).

<sup>81</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [raulfrutal@hotmail.com](mailto:raulfrutal@hotmail.com).

<sup>82</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [yurydevdara@hotmail.com](mailto:yurydevdara@hotmail.com).

<sup>83</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## OS ASPECTOS DA CRISE NO CENÁRIO ECONÔMICO COMERCIAL FRUTALENSE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O 1º SEMESTRE DOS ANOS DE 2014, 2015 e 2016

OLIVEIRA, Danilo de Paula<sup>84</sup>; SILVEIRA, Elton Paulino da<sup>85</sup>; PRATA, Gildo Batista<sup>86</sup>; SILVA, Jakceli Costa da<sup>87</sup>; MORAIS, Lucas Leonel<sup>88</sup>; NUNES, Lucas Paglione<sup>89</sup>; RIBEIRO, Rodolpho<sup>90</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>91</sup>

28

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema que trata de entender a crise econômica brasileira em face de um contexto de mercados e finanças globalizadas. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de detectar o modo como a crise financeira global modifica o contexto econômico local, a cidade de Frutal – MG e sua população. Especificamente, pretendemos coletar dados sobre a crise e analisa-los, à luz das informações socioeconômicas disponíveis, relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016, comparando-os e construindo pontos de contato e de distanciamento entre os aportes financeiros do triênio. Neste sentido, nossa hipótese, é a de que houve uma acentuada queda na qualidade de vida da população e, por isso, buscaremos respostas que possam ser dadas à questão “Será que a crise econômica nacional afeta / ou como afeta a economia local?”. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de uma pesquisa documental e de uma revisão bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos inscritos na obra de Rodolfo Costa, intitulada “Com a crise, comércio fecha lojas e destrói 182 mil vagas”, publicada no Jornal Correio Braziliense, em 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** crise econômica, globalização, empregos.

<sup>84</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [danilo\\_r12@hotmail.com](mailto:danilo_r12@hotmail.com).

<sup>85</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [eltonpaulinos@hotmail.com](mailto:eltonpaulinos@hotmail.com).

<sup>86</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gildobp88@gmail.com](mailto:gildobp88@gmail.com).

<sup>87</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [jakcelicosta@gmail.com](mailto:jakcelicosta@gmail.com).

<sup>88</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [tatianahpadua@gmail.com](mailto:tatianahpadua@gmail.com).

<sup>89</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato não fornecido.

<sup>90</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [rodolphofreitas911@gmail.com](mailto:rodolphofreitas911@gmail.com).

<sup>91</sup> Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## REGRAS GERAIS DO *MARKETING*

CRUZ, Gabriel Moreira<sup>92</sup>; SILVA, Gisleide Alves<sup>93</sup>; VIANA, Larissa<sup>94</sup>;  
PEDROSO, Pamela<sup>95</sup>; LEONEL, Priscilla<sup>96</sup>; PRATA, Renan<sup>97</sup>; ASSIS, Vitor<sup>98</sup>;  
PESSOA, Marcelo<sup>99</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho é síntese de uma pesquisa em fase inicial, e será desenvolvido sob o tema geral que trata das estratégias do *marketing* em seus mais variados contextos. Como objetivos gerais, nosso grupo de trabalho estabeleceu o de compreender como as técnicas de *marketing* operam para segmentar seus respectivos públicos-alvo, bem como observar como se constrói o elo comunicativo entre as empresas e seus consumidores por meio do *marketing*. Especificamente, pretendemos delimitar o modelo de atuação e o volume do impacto que as estratégias de *marketing* possam ter, junto ao mercado global. Justifica a realização de uma pesquisa como a nossa, o fato de que o *marketing* reúne um conjunto de procedimentos que precisa constantemente ser compreendido, tendo em vista que a função principal de tais técnicas é a de influenciar o maior número de pessoas o quanto possível, a fazer ou deixar de fazer determinados atos. Neste sentido, especialmente face ao crescente incremento das necessidades humanas fomentado pelos diferentes segmentos produtivos (indústria dos bens de consumo duráveis, não duráveis, indústria cultural, indústria da saúde, da tecnologia, setor de serviços etc.), é que nossa investigação ganha mais relevância, ajudando a compreender, também, como os empresários, a partir das mesmas ferramentas, montam suas empresas, escolhem seus pontos comerciais e definem seus preços. Por meio, então, de uma metodologia essencialmente de revisão bibliográfica, a principal fonte que sustentará nossos primeiros passos, consta dos conteúdos depositados no repositório digital do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

**PALAVRAS-CHAVE:** *marketing*, mercado, cadeia produtiva.

<sup>92</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gabrielmc970@gmail.com](mailto:gabrielmc970@gmail.com).

<sup>93</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [gisleide.a.silva87@gmail.com](mailto:gisleide.a.silva87@gmail.com).

<sup>94</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [larissa\\_viana1997@hotmail.com](mailto:larissa_viana1997@hotmail.com).

<sup>95</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [tatianahpadua@gmail.com](mailto:tatianahpadua@gmail.com).

<sup>96</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [priscilla\\_lsilva@hotmail.com](mailto:priscilla_lsilva@hotmail.com).

<sup>97</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [renan\\_pratasilva18@outlook.com](mailto:renan_pratasilva18@outlook.com).

<sup>98</sup>Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [vitorferreiraassis@hotmail.com](mailto:vitorferreiraassis@hotmail.com).

<sup>99</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## SOCIEDADE DO ESTRESSE: UM OLHAR QUALITATIVO SOBRE A VIDA

PADUA, Tatiana<sup>100</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>101</sup>

30

**RESUMO:** O presente trabalho aborda a questão da “Qualidade de Vida”, a partir de um olhar em que a gestão do estresse e da ansiedade também passa a fazer parte das preocupações gerenciais de uma organização. Nossa hipótese de trabalho, é a de a espécie humana, particularmente nas sociedades modernas, está adoecendo coletivamente. Assim, vê-se que a solidão, o medo, as síndromes de pânico, a ansiedade, estão aumentando e se tornando um problema de saúde emocional muito comum dentro das empresas, gerando descontinuidades na prestação dos serviços dos colaboradores em relação às empresas, bem como, das empresas em relação aos seus clientes. Em estudos preliminares, realizados a partir de uma revisão bibliográfica e, mais especialmente, da obra de Augusto Cury, verificou-se que parte das causas disso pode residir no fato de que as mudanças no estilo de vida das pessoas estão deixando-as fragilizadas e mais expostas e, com isso, emerge a decorrência de uma depreciação na qualidade de vida. Justifica nossa pesquisa, a ideia de que a emoção é um dos grandes enigmas da inteligência, visto que a matemática da emoção não obedece aos princípios de uma inteligência, digamos, “lógica” (CURY, 2002). Desse modo, então, estipulamos como principais objetivos de nosso trabalho, oportunizar aos futuros gestores o conhecimento de conceitos e de ferramentas essenciais para a proteção das emoções, para gerenciar pensamentos, e para filtrar estímulos estressantes, que, de certa maneira, possam auxiliar numa melhor qualidade de vida e de produtividade de todos os envolvidos no processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** emoções, gestão organizacional, produtividade.

<sup>100</sup> Discente do Curso de Administração, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Contato: [tatianahpadua@gmail.com](mailto:tatianahpadua@gmail.com).

<sup>101</sup> Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

PESSOA, Marcelo<sup>102</sup>

31

**RESUMO:** Entender como se podem compor elementos da história da educação com substratos tecnológicos foi nosso principal interesse na realização deste trabalho. Assim, a partir de uma abordagem empírica, em que nosso Grupo de Trabalho lançou mão das próprias experiências como educandos, e hoje, do *know how* que foi agregado a esta experiência na condição de alunos de um curso superior da área tecnológica, surgiu o interesse de se compreender o modo como se dá a relação entre a tecnologia eletrônica e a Educação tradicional. Os resultados de nosso estudo foram apresentados à disciplina de Português Instrumental, do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sob a forma de um vídeo-animação construído na plataforma *Powtoon*. A roteirização e os *offs* (narração) da sequência fílmica foram totalmente de responsabilidade dos membros do Grupo de Trabalho. Para compreender a evolução da relação Educação **versus** Tecnologia dentro de um recorte histórico que abarcou épocas tão complexas quanto distintas – do Paleolítico aos computadores do Século XXI –, os integrantes do GT recorreram ao acervo bibliográfico da Unidade, bem como a uma coleta de dados via rede mundial de computadores, especialmente nos suportes oferecidos pelo *site* <https://www.powtoon.com>.

**PALAVRAS-CHAVE:** evolução da escrita, linguagem, tecnologia.

---

<sup>102</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

## A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA *versus* EVOLUÇÃO NA COMUNICAÇÃO

PESSOA, Marcelo<sup>103</sup>

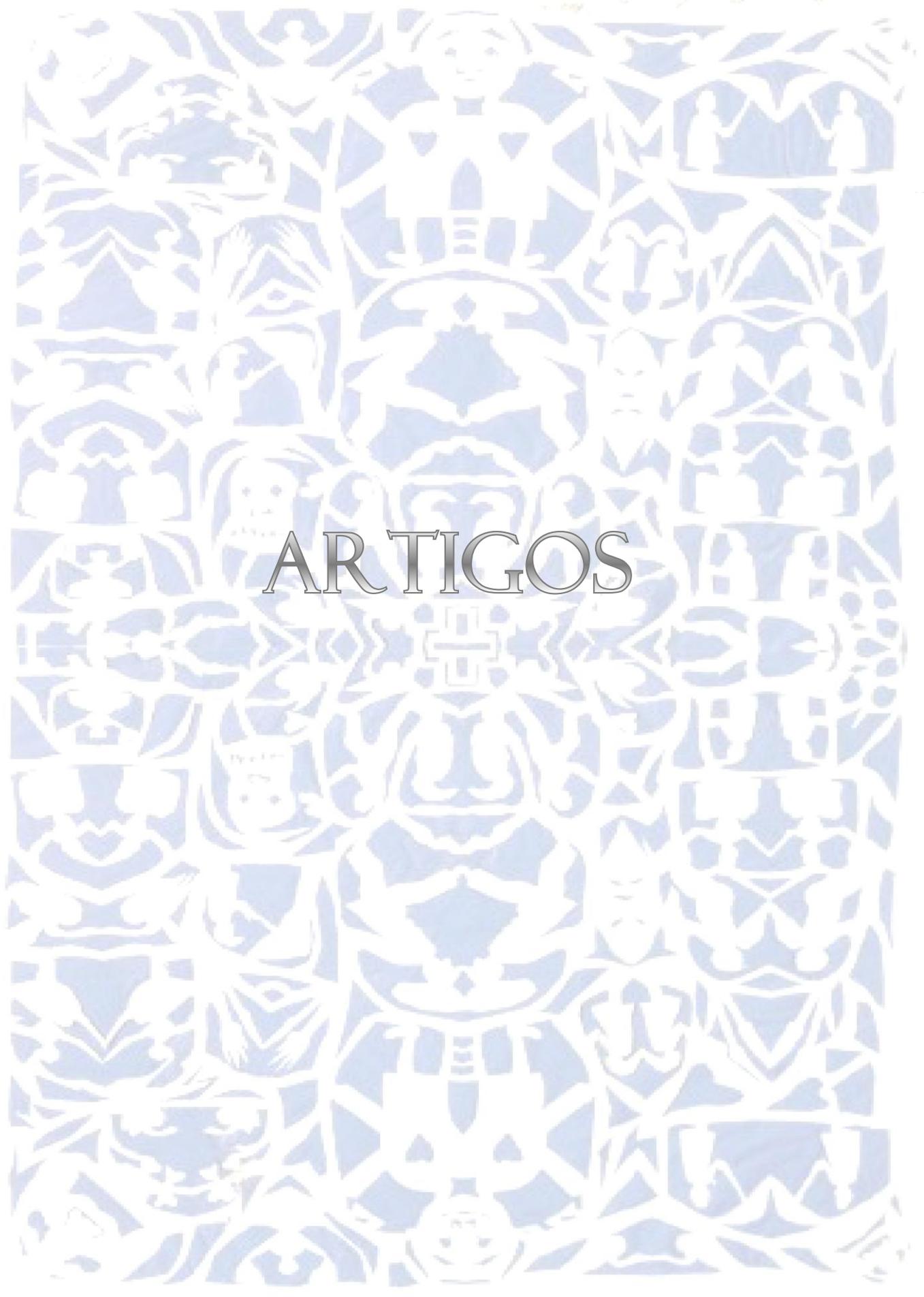
32

**RESUMO:** Esta pesquisa se propôs, por meio do estudo de alguns elementos da história da tecnologia no mundo, demonstrar como a comunicação e a cultura humana evoluíram. Assim, a partir de uma metodologia de investigação bibliográfica, nosso Grupo de Trabalho desenvolveu um vídeo, a partir do que se pôde compreender o modo como se dá a relação entre a tecnologia eletrônica e as técnicas de comunicação contemporânea. Os resultados de nosso estudo foram apresentados à disciplina de Português Instrumental, do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sob a forma de um vídeo-animação construído a partir da manipulação dos recursos disponíveis na plataforma *online* “powtoon”, e que se encontra disponível ao público pelo *link* <https://www.youtube.com/watch?v=vhPy9kpkpnM>. A roteirização e os *offs* (narração) da sequência fílmica são de responsabilidade dos membros do Grupo de Trabalho. Para compreender a evolução da relação Tecnologia *versus* Comunicação dentro de um recorte histórico que abarcou épocas tão complexas quanto distintas – da Pré-história aos computadores do Século XXI –, os integrantes do GT recorreram ao acervo bibliográfico da Unidade, bem como a uma coleta de dados via rede mundial de computadores, especialmente àqueles comportados pelos recursos operacionais oferecidos pelo *site* [www.powtoon.com](http://www.powtoon.com).

**PALAVRAS-CHAVE:** evolução da escrita, linguagem, tecnologia.

<sup>103</sup>Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

ARTICULOS DE LA REVISTA DE LA SOCIEDAD DE INVESTIGACIONES LINGÜÍSTICAS Y LINGÜÍSTICAS DE LA UNIVERSIDAD DE CALIFORNIA



# ARTIGOS

## DIREITO, EDUCAÇÃO E CULTURA: UM ENFOQUE SOBRE A LDB (LEI 9394/96)

SILVA, Carolina Maia Soares<sup>104</sup>; PESSOA, Marcelo<sup>105</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se justifica a partir da necessidade de se analisar as intenções do legislador ao criar normas constitucionais sobre a educação, levando-se em consideração os aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais da sociedade, encontrando, assim o, melhor sentido de produção de aplicação da norma jurídica. Para esse termo, realização um processo de análise das normas constitucionais, ao qual dá-se o nome de interpretação constitucional, que traz como características fundamentais: a) o contexto social, cultural e constitucional; b) a posição do intérprete; c) a metodologia jurídica. Além das normas constitucionais sobre Educação, há também as leis infraconstitucionais, tais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96), e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que também estão condicionadas ao processo de interpretação, que consiste na obrigatoriedade de observar os princípios e direitos fundamentais, sob pena de serem excluídas do ordenamento jurídico. Por fim, foi adotado como metodologia o aporte de uma pesquisa exploratória, que se concretiza por meio de um conjunto de abordagens doutrinárias relacionadas à exegese que possam dar conta de suprir os nossos questionamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, interpretação das normas constitucionais, LDB, ECA, UNESCO, ações afirmativas.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar as relações existentes entre Direito, Educação e Cultura e, mais especificamente, em compreender como os legisladores e constituintes originários pensaram as normas educacionais, as suas alçadas, intenções e limites. Nesse processo, foi destacada a importância de se realizar a interpretação das normas e Leis educacionais, pois ela permite que saibamos quais são as influências, sejam históricas, culturais, teleológicas quando se quer criar uma Lei em sentido estrito. Para tanto, a fim de superar essa fase legislativa do ensino, destaca-se a relevância dos mecanismos extrajudiciais e judiciais que tutelam o direito à educação. A título de exemplo, tem-se a UNESCO<sup>106</sup>, que se faz presente, por meio do desenvolvimento de políticas educacionais que visam à inclusão social dos menos favorecidos na sociedade, promovendo a paz e principalmente buscando sempre que se estabeleça entre os educandos uma relação de igualdade.

Outro ponto relevante a se considerar, são as ações afirmativas, que permitiram que fossem resguardados os direitos dos negros, bem como permitiu o acesso ao ensino superior àqueles que não possuem condições econômicas e sociais adequadas,

<sup>104</sup>Discente do Curso de Direito, da UEMG, Unidade Frutal – MG. Trabalho produzido na condição de bolsista do CNPq

<sup>105</sup>Docente orientador, lotado na Unidade Frutal da UEMG.

<sup>106</sup> Esta sigla é um acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, que é uma Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 04 de novembro de 1946, em Paris, com a finalidade de contribuir para a paz e segurança no mundo, por meio da Educação e da Cultura.

permitindo-se com isso, que os indivíduos tivessem acesso à cultura por meio de mecanismos como o chamado “Vale Cultura”, por exemplo.

Assim, num primeiro momento do texto, apresenta-se a Educação como um direito público e subjetivo, em que se vê que ela é dever do Estado e que, nessa condição, ele deve garantir o acesso à educação de forma gratuita, além do fato de que este é um direito considerado como inerente ao ser, indispensável para a sua formação e desenvolvimento. Momento este, também, em que se discute o dado de que esse direito está efetivamente garantido nas normas constitucionais, e também se apresenta nas Leis Ordinárias. É relevante notar, também, que nossa ponderação aqui não deixa de considerar a participação da sociedade e da família, por meio do incentivo e da abertura de vagas em instituições privadas que fazem com que as pessoas tenham um maior acesso ao ensino.

Em nossos resultados, lembramos que nos foi possível verificar em vários dispositivos o modo como a LDB e o ECA, em que seus artigos, reafirmam o caráter de essencialidade e indispensabilidade ao direito à educação. Isto posto, salienta-se que, ao lado do procedimento exploratório, sustentador metodológico da presente pesquisa, tem-se uma revisão bibliográfica sistemática da obra da UNESCO (1997), o qual permitiu um maior aprofundamento sobre o tema.

E, por último, no que concerne ao processo de interpretação das normas, foi plausível obter como efeitos da presente pesquisa a compreensão de que o intérprete não deve se atentar a apenas um elemento de interpretação, mas sim que esta deve ser uma, ou seja, que a interpretação ótima é a junção de todos os elementos que fazem com que a explanação alcance o fim almejado. Assim, em suma, veremos que não há que se falar em métodos de interpretação, especialmente quando se analisam os aspectos históricos, culturais, sistemáticos e teleológicos em que estão inseridas as Leis.

## 1. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

A importância da educação está consubstanciada em normas constitucionais e Leis infraconstitucionais que expressam a forma de pensar do legislador brasileiro. Ao interpretarmos essas normas devemos observar alguns elementos considerados como critérios hermenêuticos, tais como, o gramatical, o histórico, o sistemático e o teleológico. Dessa forma, a interpretação jurídica é feita sempre com a junção desses elementos e nunca separadamente. A explicação que é feita, levando-se em consideração o sentido da norma, é a gramatical, já aquela que permite sua conexão com outras normas ou princípios e costumes, é a sistemática, enquanto que a leitura teleológica é aquela que visa à finalidade da norma e, por último, a abordagem histórica, é aquela que considera os aspectos históricos com os quais a norma se vincula. Logo, a interpretação constitucional é uma, pois ao realizá-la é necessário aliar a literalidade da norma ao sistema, observando-se ainda os fins a que se destina a mesma, sem esquecer o momento histórico no qual foi elaborada.

A importância de se adotar essa interpretação histórica se dá em razão da nossa formação histórica e o imensurável valor desta concepção em determinar a evolução da norma e seu entendimento no presente. Segundo Pontes de Miranda (1987, p. 333), “as leis devem herdar a clareza e os achados de expressão que vêm sendo capitalizados na

história legislativa. Tudo fazer *ex novo*, ou postergar o que em tempos intermédios se conseguiu, não é sinal de sabedoria, nem de amor à tradição, nem de prudência”.

Ao pensarmos nas Leis educacionais criadas em torno destes elementos socioculturais, vê-se claramente que os legisladores almejam formar indivíduos conscientes, participativos, que possam exercer seu papel em diversas áreas com criticidade e criatividade, que também possuam uma consciência em relação à preservação do meio ambiente, para que assim formem uma sociedade mais solidária, preocupada com as questões sociais, econômicas e políticas do ambiente em que vivem.

A exegese dessas Leis, muitas das vezes, será limitada, tendo-se em vista que os juristas podem deixar de considerar algum aspecto importante em suas interpretações, o que evidencia que não há somente um método interpretativo totalmente seguro, mas, sim, várias possibilidades de se analisar as Leis.

As interpretações podem ser realizadas por meio de subsídios, os quais já foram mencionados, mas, também, por meio de métodos. Os métodos de interpretação são classificados como: método tópico-problemático; hermenêutico-concretizador; científico-espiritual, normativo-estruturante e, por último, comparado-constitucional.

Em princípio, não há como considerar qual desses deverá ser utilizado com o fim de se obter uma interpretação total de uma Lei. O primeiro corresponde a uma interpretação em que se é buscada a solução para o devido problema. Segundo Luís Roberto Barroso (2011, p. 302), “a tópica representa a expressão máxima da tese, segundo a qual o raciocínio jurídico deve orientar-se pela solução do problema, e não pela busca da coerência interna para o sistema”.

Já, o segundo, o intérprete, parte da Constituição Federal, com o fim de solucionar o problema. Logo, o método científico-espiritual considera a Constituição como norma suficiente para validar todo o ordenamento jurídico. Por sua vez, o normativo-estruturante, que possui como principal expoente Friedrich Müller, diz que para se realizar a interpretação não pode haver a separação do programa normativo com a realidade social. E, por último, tem-se o método comparado-constitucional, propagado por Peter Haberle, o qual se utiliza dos vários elementos hermenêuticos, gramatical, lógico, sistemático e histórico ao Direito Comparado, com o propósito de buscar em vários ordenamentos jurídicos a melhor direção interpretativa das normas constitucionais de um dado contexto social e histórico.

## 2. DIREITO À EDUCAÇÃO

A Educação, a partir da Carta Magna de 1988, foi efetivamente garantida aos brasileiros, além de que, no mesmo texto constitucional, foi considerada como direito social, sobre o qual recairia uma atuação forte e constante do Estado, com o intuito de combater as desigualdades sociais. Assim, em seu artigo 205, a Constituição traz a ideia de que a educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família viabilizá-la, além de se considerar a participação significativa da sociedade que contribui para o seu desenvolvimento. Ainda, nesse mesmo artigo, é possível vislumbrar-se que o legislador, ao implementar essa norma constitucional, teve como finalidades, o pleno

desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Aqui, então, é que se estabelece o princípio maior que norteia a forma de pensar dos constituintes e foi concretizado nesse enunciado, pois estes acreditavam no homem e nas suas possibilidades de desenvolvimento, dando universalidade e reforçando um sentido humanista à educação. Logo, a intenção do legislador ao conceituar os fins da educação, é mostrar que, a partir dela, o ser humano adquire o pleno desenvolvimento, que inclui o desenvolvimento político (seu preparo para o exercício da cidadania), o desenvolvimento social que garantirá ao educando o seu sucesso econômico, ou no mínimo, para a sua sobrevivência como pessoa competente para o mercado de trabalho.

O conceito de preparação para o exercício da cidadania possui, como fim, a presença nos conteúdos programáticos de disciplinas ou atividades escolares, a conscientização do aluno em relação às suas responsabilidades como cidadão, além de se referirem aos seus direitos civis e políticos, a fim de que ele possa ter o pleno gozo desses direitos e, assim, atingir a maturidade política. Essa finalidade da educação coincide com os preceitos de Cláudio Pacheco:

Para nós, que vivemos em democracia e que não receamos, antes ambicionamos a pluralidade dos partidos, a escola há de instruir sem subterfúgios nem escamoteares, há de desenvolver o espírito crítico, há de combater os preconceitos, há de cultivar a tolerância e, acima de tudo, inculcar em cada um o amor à sua própria liberdade e o respeito à liberdade alheia. Em outras palavras, ensinará a viver “democraticamente”. Não pretende fazer “partidários”, mas reconhece a necessidade de formar “cidadão”; pois o sufrágio universal, o voto secreto e justiça eleitoral, esplêndidas conquistas a que atingimos em nossa evolução política – constituirão um ritual inconsequente, uma simples aparência de democracia, enquanto faltar ao eleitorado a capacidade de escolher e a vontade de acertar (PACHECO, 1965, *apud* MOTTA, p. 161).

A qualificação para o trabalho, conforme ditado pela Constituição é uma das etapas desta preparação, cujo fim reside em formar futuros generalistas e cidadãos do mundo, que sejam capazes de atuar em qualquer desafio de sua profissão, e não apenas profissionais especializados somente em uma área do conhecimento.

A Educação Nacional promove a formação do homem nos sentidos individual e universal, como também é capaz de formar um cidadão de uma nação, que procure sempre contribuir com a sociedade onde vive. Assim, como salientado pelo mestre Sucupira:

Admitindo-se que o direito fundamental é o direito à vida, o direito à educação surge com seu corolário. Com efeito, quando se preserva a vida, procura-se protegê-la para que seja uma vida digna, plena, produtiva e feliz. Se assim é, a educação apresenta-se como condição dessa dignidade, plenitude, produtividade e felicidade. Preservar-se a vida sem que, ao mesmo tempo, se criem condições para que o indivíduo desenvolva e atualize todas suas potencialidades, mais do que um absurdo lógico, é uma claudicação moral. Manter-se o indivíduo vivo sem que se lhe garantam as possibilidades de realizar seus anseios naturais é assegurar uma expectativa de antemão frustrada. Mesmo porque o direito à vida não se cinge à preservação biológica, mas se estende aos valores psicológicos, sociais, políticos e morais, que, sem um mínimo

de educação, não chegarão a existir para o ser humano (SUCUPIRA, 1993/1994, *apud* MOTTA, 1997, p. 76).

E a dignidade humana, em suma, é que termina sendo a grande balizadora de promoções de igualdade social, cultural, política etc., visto que se ao Estado e a toda a sociedade cabem garantir o acesso à Educação, é visível que o caráter emancipatório desta pré-condição reside no fato de que a condição humana é a grande prioridade do sistema e, por conseguinte, do legislador.

### **2.1. A educação como um direito de todos**

A educação é um direito público subjetivo, dado que é um direito de todos e se trata de uma prerrogativa inerente ao ser humano ou ao cidadão. Sendo assim, é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º, 205, 206 e seguintes, além de ser abordado também pela Lei 9394/96, que regula o ensino, e é formada por princípios que estão contidos nos dez primeiros artigos da Seção “Da Educação” (art. 205 a 214 da CF/88), formando as diretrizes e bases que norteiam sua organização e funcionamento.

Admitindo-se que o principal dos direitos fundamentais seja o direito à vida, o direito à educação surge como seu corolário. Com efeito, quando se preserva a vida, procura-se protegê-la para que seja uma vida digna, plena, produtiva e feliz. Se assim é, a educação apresenta-se como condição dessa dignidade, plenitude, produtividade e felicidade. Preservar-se a vida sem que, ao mesmo tempo, se criem condições para que o indivíduo desenvolva e atualize todas suas potencialidades, mais do que um absurdo lógico, é uma claudicação moral.

O direito à educação proporciona ao indivíduo a sua inclusão na sociedade, influenciando na sua melhora econômica, pois acaba por gerar novas oportunidades no mercado de trabalho, além disso, promove a ruptura dos limites impostos pela falta de cultura, que impossibilitam ao ser compreender o organismo social, dando-lhe uma melhor interlocução, bem como a valorização de bens culturais e o interesse pela educação, transformando para melhor a existência de esse ser pensante.

### **2.3. A educação como dever do Estado e da família**

A presença de juristas e educadores, juntamente com os Constituintes, influenciando-os, fez com que no transcorrer dos anos no Brasil, houvesse uma valorização do direito à educação, no entanto, ainda se torna difícil à sociedade reconhecer a educação como uma forma de investimento para o desenvolvimento nacional, a exemplo disso, o mestre do Direito Constitucional, Pontes de Miranda, faz alusão à evolução histórica do direito à educação com o seguinte trecho: “O Estado tardou em reconhecer as vantagens da instrução e educação do povo. Desconheceu durante séculos e séculos, que somente se pode aumentar o valor do Estado, do país, aumentando-se o valor dos indivíduos” (MIRANDA, Pontes de, *apud*: UNESCO, 1997, p. 165).

A Constituição Federal, em seu artigo 205, enuncia que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Por sua vez, o legislador constitucional informa, também, que esta educação será “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É por meio desse enunciado, que nos foi possível verificar as reais intenções do legislador, quando da criação dessa norma constitucional, quais sejam: o reconhecimento da evolução do direito à educação, principalmente nas Constituições e leis dos países mais desenvolvidos do mundo; adotar as sugestões referentes à educação da Organização das Nações Unidas (ONU), contidas ainda no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948; reafirmar influência já antiga e marcante dos “escolanovistas”, que afirmavam que a educação é um atributo da pessoa humana; além de aceitarem a tendência mundial do ensino regular e da educação permanente.

A Carta Magna de 1988, ao elevar a condição da educação como serviço público indispensável, criou uma responsabilidade real do Estado, o qual estaria sujeito a garantir aos brasileiros um ensino obrigatório e gratuito. Nesse caso, a educação foi vista como um direito público subjetivo que possuía aplicabilidade imediata, principalmente durante o ensino fundamental, visto que a omissão ou desinteresse do Governo importaria em responsabilidade da autoridade competente, ou seja, esse direito seria exigido judicialmente, conforme prevê o artigo 208, §1º e § 2º da CF/88.

Igualmente, a participação da família na educação pode ser demonstrada pela compreensão do artigo 229 da CF/88, em que se diz: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...]”, bem como por meio do artigo 348, do Código Civil Brasileiro que preceitua: “Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: I - dirigir-lhes a criação e educação [...]”. E, também, no ECA (Lei 8069/90) que, em seu artigo 54, reafirma a condição do Estado como assegurado de um ensino gratuito e obrigatório, que possui como finalidade estabelecer a igualdade no ensino, o acesso das pessoas portadores de alguma deficiência, a inclusão do jovem, independentemente de sua idade.

A educação dada pela família é chamada de “educação de berço”, aquela que acaba por formar o indivíduo, que é um pouco diferente do que acontece nas escolas, visto que nelas a educação é chamada de sistemática. A união dessas duas instituições faz com que o indivíduo cresça de forma a pensar em si, mas também, na coletividade, fazendo com que ele se desenvolva como um ser pensante.

A ação de cada um desses institutos pode ser dividida da seguinte forma: atribui-se como papel do Estado a sua obrigação em construir, organizar e manter as escolas, redundando na democratização e na gratuidade do ensino. Conforme preconizada, a obrigatoriedade da garantia à Educação na Constituição é dever do Estado, o qual deve também zelar pelo respeito às Leis do ensino, pela avaliação das instituições e pela manutenção de um ensino de qualidade. Enquanto que a educação dada pela família é aquilo que faz com que o indivíduo se desenvolva pessoalmente, adquirindo bons costumes e bons hábitos, permitindo com que este reproduza de modo digno, por meio de suas atitudes e sua forma de ser, o que lhe foi ensinado.

Vale ressaltar também a atuação da sociedade, que se faz necessária, a fim de suprir as deficiências do Estado na promoção e incentivo da educação. A sociedade, a partir da livre iniciativa, garante um maior número de vagas e também permite às famílias

escolherem, de maneira franca, a escola que desejarem, seja por suas tradições religiosas e culturais, ou ainda por desejar um melhor ensino do que é oferecido pelo Poder Público.

### **3. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI 9394/96)**

Com o advento dessa Lei, permitiu-se definir a organização e o funcionamento da Educação. É uma Lei ordinária, que contém um conjunto de instruções que são advindas da Constituição Federal de 1988, expressos no inciso XXIV do art.22: “Compete privativamente à União legislar sobre: [...] XXIV – diretrizes e bases da educação nacional”. É decorrente também dos princípios e orientações que estão dispostos no Capítulo “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, Título VIII (“Da ordem social”) da CF/88.

Essa Lei é considerada uma evolução no Direito Brasileiro, pois, ainda que ela seja considerada normatizadora e reguladora da educação nacional, apresenta também aspectos da atual realidade do ensino brasileiro e de suas perspectivas. Portanto, é uma Lei que se adapta às condições da sociedade. A intenção do legislador ao criá-la foi a de mudar a forma de como era tratado esse tema. Assim, valorizou-se a capacidade de iniciativa, possibilitando que a área do ensino tivesse mais liberdade, como também a administração dos sistemas e das escolas, tornando-se uma educação mais dinâmica e atualizada, permitindo-se uma atuação maior dos administradores de escolas, de professores e dos alunos.

#### **3.1. Dos princípios e fins da Educação Nacional**

Em seu artigo 2º, a LDB reiterou o que estava expresso no artigo 205 da CF/88. Logo, vê-se que o legislador atentou-se ao fato de que essa Lei deve estar consoante à norma constitucional. Contudo, ainda no referido artigo, foi acrescentada a expressão: “inspirada nos princípios da liberdade e da solidariedade humana”. Esses princípios informadores da Educação Nacional permitiram que se pensasse a educação como formadora de personalidades humanas independentes, com mentalidade empreendedora e capacidade de livre iniciativa, capazes de formar uma democracia.

Ao mesmo tempo, com o princípio da solidariedade, a educação seria capaz de formar uma sociedade solidária, através da conscientização dos valores humanos que possibilita uma convivência humana mais harmônica, pela maior cooperação entre os povos, pela coesão social da nação e pela ajuda e respeito mútuos entre os indivíduos. A presença desses dois princípios orienta, no sentido de oferecer a todos, oportunidades que permitam uma sobrevivência condigna, desenvolvimento intelectual, social, moral, político e econômico.

Ainda no artigo 2º da LDB, o legislador possibilitou que as finalidades da educação estivessem expressas de forma igual ao que está no artigo 205 da Carta Magna. Assim, as finalidades da educação são para que ocorra o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isto posto, Emerson Garcia (2004), em seu livro *A Efetividade dos Direitos*

*Sociais*, discursa sobre a condição da educação como passaporte para a cidadania, referindo-se, desse modo, à importância da escola, dos estudos, do aprendizado, da cultura e da educação como forma de inclusão social.

Analisando-se os princípios e finalidades estabelecidos pela LDB, percebe-se que os nossos legisladores se atentaram fielmente aos princípios gerais da “Carta das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem”, os quais tratavam sobre o respeito à dignidade e ao desenvolvimento da pessoa humana.

Além da Carta Magna e da LDB, há o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei 8069/90, a qual traz, em seu Capítulo IV – “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, a importância da educação para o desenvolvimento pessoal da criança ou adolescente, bem como com o fim de torná-lo um indivíduo mais preocupado com as questões sociais, políticas e econômicas que o envolvem. A exemplo disso, no artigo 53 do ECA, lê-se: “Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

#### **4. A IMPORTÂNCIA DE INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS QUE TUTELAM O DIREITO À EDUCAÇÃO**

A UNESCO organizou, em 1996, a “VII Conferência de Ministros da Educação” e a “VI Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal”, os dois eventos voltados para a esfera da educação da América Latina e Caribe. E, por meio dessas Conferências, foram adotados os princípios e informes da UNESCO sobre a Educação para o século XXI, em que há o pensamento de que as políticas educacionais adotadas devem estar conforme às exigências de uma educação para o resto da vida e da implantação de uma cultura de paz, baseada na prática da tolerância, na aceitação das diferenças e na busca de uma solução pacífica de conflitos.

Nessas Conferências, foram destacadas também algumas prioridades, tais como a necessidade de se manter o processo de alfabetização, a permanência da população na educação básica e o alcance de maior equidade no acesso a uma educação de qualidade. Assim, vê-se a atuação constante da UNESCO na educação, é uma atitude que prioriza o desenvolvimento de mecanismos políticos que acabem com o analfabetismo funcional, com as desigualdades, que permita o acesso igualitário à educação aos indivíduos, entre outras ações.

Além dos mecanismos extrajudiciais, há também alguns instrumentos judiciais que foram utilizados, com o fim de diminuir a desigualdade que há muitos anos existe em relação aos negros. Como exemplo, têm-se as ações afirmativas que, na educação, se propõem a dar maior inclusão aos negros – e a outras minorias – no ambiente escolar, principalmente no ensino superior, fazendo com que se corrija um passado histórico de exclusão e indiferença a essas pessoas:

Ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do

ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001 *apud* JOAQUIM, 2005).

Como bem colocado pelo jurista Joaquim Barbosa, o surgimento das ações afirmativas puseram em evidência três aspectos: o étnico, o socioeconômico e o cultural. Quanto ao primeiro, relaciona-se com o passado de escravidão sofrido pelos negros e, com isso, busca-se diminuir esse preconceito. Já, quanto ao segundo, se refere à questão dos indivíduos que sofrem com a desigualdade econômica, e surge como uma forma de incluir os indivíduos sem condições financeiras no ambiente escolar e, por último, a questão cultural, como uma forma de inclusão, por meio do “Vale Cultura”, como uma forma de se inserir as pessoas menos favorecidas no mercado da obtenção de livros, revistas e outros meios de lazer oferecidos.

Portanto, pode-se perceber, estudando o escopo dessas ações afirmativas e com o estabelecimento das cotas, que o princípio de acesso à educação a todos foi efetivamente assegurado, uma vez que foi eliminada as desigualdades existentes. E também elas promoveram a cidadania ativa dos segmentos excluídos no mercado de trabalho e no sistema educacional.

## CONCLUSÃO

Atendendo-se ao nosso propósito inicial, realizamos uma investigação quanto ao nosso aparato legal, no que concerne ao tema da educação, destacando-se a importância das Leis infraconstitucionais, tais como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, além das normas constitucionais que têm a finalidade de assegurar o direito à educação. Direito este que é classificado como social, visto que está presente no artigo 6º da CF/88, dado como subjetivo e público, em que é dever jurídico do Estado oferecer ensino obrigatório e gratuito.

Aqui, também vimos o papel essencial da sociedade e da família, pois estas são estimuladoras do ensino, seja por meio das instituições de ensino privada, ou de mostrar aos educandos a relevância da educação para formação do indivíduo. Assim, pudemos verificar por meios dessas normas, as reais intenções, aplicações e alçadas dos legisladores ordinários e dos constituintes, os quais buscam sempre a universalização do ensino, a redução da desigualdade existente entre os indivíduos, a inclusão destes no ensino básico, promover o desenvolvimento pessoal, intelectual, profissional, bem como torná-lo um cidadão ativo, participante das questões sociais e atuante no meio em que vive.

No tocante à interpretação dessas Leis infraconstitucionais, identificamos elementos hermenêuticos essenciais que se fazem presentes ao interpretá-las, quais sejam, os elementos históricos, os sistemáticos, os teleológicos e os gramaticais. E com a junção de todos eles, é que nos foi possível adquirir uma melhor interpretação. Desse modo, vê-se que o intérprete não pode se basear em apenas um método interpretativo, mas, sim, que deve considerar os aspectos sociais, econômicos e culturais do ambiente em que vive com o intuito de se verificar o “espírito das leis” com a sua aplicação ao caso concreto.

Ademais, foi evidenciado o papel relevante de instituições, tais como o caso da UNESCO, que promovem o estabelecimento nos países, principalmente aqueles menos desenvolvidos, de políticas educacionais que visam a paz, a inclusão de deficientes no ensino básico, entre outras finalidades. Houve também, a análise de mecanismos judiciais, tais como as ações afirmativas que também firmaram a inclusão de negros no ambiente escolar.

Complementando o sentido de busca dessa pesquisa, ainda que não previstos no projeto inicial, julgamos válido ressaltar a percepção de que a realização de todo o presente trabalho se propôs, indiretamente, a analisar os métodos de interpretação das normas e as alçadas dos legisladores ao proporem redigir o tema da educação, e com isso pode-se verificar que na prática o que acontece é a falta de investimentos, de infraestrutura e de condições que possam fazer com que todos os fins almejados nessas leis possam ser efetivamente realizados.

## REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das políticas educacionais – transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Cintia Pereira Dozono de. *As ONGS e o Desafio da Inclusão Social: Limites e Possibilidades*. In: ALMEIDA, Cintia Pereira Dozono de; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 51-74.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. Disponível em: <<http://rafaelbertramello.jusbrasil.com.br/artigos/121943102/metodos-interpretativos-a-luz-do-direito-constitucional>>, 2011. Acesso em: 20/08/2016 às 23h:26min.

BULOS, UadiLammêgo. *Curso de direito constitucional*. 5. Ed. Ver. E atual. De acordo com a Emenda Constitucional n. 64/2010. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. *Manual de introdução ao estudo do direito: definição e conceitos básicos, norma jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DUARTE, Clarice Seixas; GOTTI, Alessandra. *A educação no sistema internacional de proteção dos direitos humanos*. *Revista Eletrônica Direito e Política*. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.11, n.1, 1º quadrimestre de 2016. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica) - ISSN 1980-7791.

FERREIRA, Júlio Romero. *Políticas Públicas e a Universidade: uma avaliação dos 10 anos da declaração de Salamanca*. In: OMOTE, Sadao (Org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: FUNDEPE, 2004, p. 11-35.

GIL, Antonio Carlos. *Gestão de Pessoas – enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas, 2006.

JOAQUIM, Nelson. *Direito educacional*. *Revista Jus Navigandi*. Teresina, ano 10, n. 693, 29 maio 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6794>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967 – com a Emenda nº 1 de 1969*. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. VI, p.333.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. A Inclusão de Pessoas com Deficiência na Universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Maria Aparecida Santos Corrêa; VICTOR, Sonia Lopes (Orgs.). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Mediação / Prefeitura de Vitória / CDV/ FACITEC, 2007, p. 120-131.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, Elias de Oliveira. *Direito Educacional e educação no século XXI – com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / Elias de Oliveira Motta; prefácio de Darcy Ribeiro*. Brasília: UNESCO, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas*. TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

OLIVEIRA, Sidnei. *Geração Y – o nascimento de uma nova versão de líderes*. São Paulo: Integrare, 2010.

RODRIGUES, Marcela Marinho. A INCONSTITUCIONALIDADE DA DELIBERAÇÃO Nº 06/05 DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ QUE RESTRINGIU PARA 18 ANOS A IDADE PARA MATRÍCULA NAS QUATRO SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, BEM COMO PARA O ENSINO MÉDIO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Tese de Doutorado*: Curitiba, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. Campinas: autores associados, 2004.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2008.

SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

STRECK, Lênio. *Hermenêutica Jurídica em Crise – uma exploração hermenêutica da construção do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

UNESCO. *Direito Educacional e Educação no Século XXI: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / Elias de Oliveira Motta; e Prefácio de Darcy Ribeiro*. Brasília: UNESCO, 1997, p. 400-415.

VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WARNOCK, Mary. *Ética contemporânea*. Tradução de Conchita Lopez-Noguera de Muquerza. Barcelona: Labor, 1968. (Nueva Coleccion Labor). Título original: *Ethicssince 1900*.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo: texto integral*. Organização Silvio L. Sant'Anna. São Paulo: M. Claret, 2006. (Coleção a obra prima de cada autor, 49).

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Tradução Maurício Tragtenberg. São Paulo: [s.n.], 1974.

### Sites consultados

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm) (ECA)

<http://jus.com.br/artigos/6794/direito-educacional>

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>

## COMO OS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO DA UEMG, UNIDADE FRUTAL, LIDAM COM SUAS FINANÇAS PESSOAIS?

SILVA, Mônica Queiroz da<sup>107</sup>

**RESUMO:** Este artigo descreve e analisa a importância do conhecimento de conteúdos voltados à Educação Financeira no ensino superior por meio de revisão literária e estudo de campo, objetivando analisar se os universitários são educados financeiramente e o papel da Universidade no sentido de fomentar e apoiar neste conhecimento, visando contribuir para a formação de jovens universitários que vivem numa sociedade capitalista com práticas de consumo exagerado e ampla facilitação do crédito. Foi realizada uma pesquisa de campo por amostragem desenvolvida junto aos alunos universitários dos cursos de Direito e Administração (ingressantes e concluintes) da UEMG – Unidade Frutal para analisar o conhecimento financeiro e como estes estudantes gerem suas finanças pessoais. Os resultados da pesquisa mostraram que boa parte dos pesquisados possuem dívidas, têm pouco conhecimento financeiro e lidam com suas finanças pessoais utilizando-se de serviços financeiros em que incidem altos juros. Com base nesses dados e no fato da educação financeira não ser oferecida na UEMG – Frutal propõe-se, ao final, a criação de alternativas para aprimorar o domínio de conteúdo de Educação Financeira pela comunidade universitária. A Educação Financeira contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões embasadas no conhecimento financeiro e nas demandas com que lidam no dia-a-dia, para que possam ter uma vida digna e menos dependente dos humores do mercado e dos estímulos consumistas da sociedade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação financeira, Ensino superior, UEMG Unidade Frutal.

### INTRODUÇÃO

O dinheiro é necessário e, mesmo que não o consideremos essencial em nossas vidas, não há como deixá-lo de lado. Se contar que as finanças são parte da nossa vida cotidianamente.

O Brasil foi palco de pelo menos duas décadas de inflação e, devido à instabilidade econômica, os preços aumentavam diariamente. Nesse contexto, as pessoas não tinham condições de planejarem gastos e fazerem planos para poupar. O planejamento financeiro pessoal, segundo D’Aquino (2008), por mais sério e bem intencionado que fosse, tinha resultados fragilizados e desanimadores.

<sup>107</sup>Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Especialista em Auditoria Contábil pelas Faculdades Integradas Soares de Oliveira de Barretos. Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos. Docente na UEMG, Unidade Frutal, desde 2005. Atua como contadora e perita judicial na 1ª Vara de Frutal. Link para o LATTES: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4218289Y7>.

Com a implantação do Plano Real, a partir de 1994, a inflação foi reduzida e aumentou o poder aquisitivo do dinheiro. As pessoas passaram a ter mais noção de valor, referências de preço e a cuidar mais do seu dinheiro. Nesse sentido, Cherobim (2011), afirma que a percepção de valor foi fortalecida tanto no que se refere a guardar quanto a gastar.

D'Aquino (2008) frisa que em um cenário econômico sufocado pela inflação não havia uma educação financeira sólida para a formação dos cidadãos. Com a estabilidade da moeda, surge a possibilidade de planejar, desde o projeto mais simples como, por exemplo, as próximas férias até a aposentadoria.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2008, o Banco Central do Brasil, órgão regulador, cuja missão é assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, visando o desenvolvimento econômico tem adotado medidas para reduzir a inflação e alcançar maior estabilidade econômica:

Esse ambiente econômico estável possibilitou o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, ampliando o poder de consumo de grande parte da população, inclusive daqueles anteriormente excluídos do sistema financeiro. Contudo, para usufruir dos benefícios econômicos que podem ser proporcionados por esses produtos e serviços, é importante que os usuários e clientes do sistema financeiro saibam como utilizá-los adequadamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, p. 08, 2013).

O uso de cartão de crédito, empréstimo consignado, cheque especial, financiamento de imóveis, veículos e eletrodomésticos, redução da taxa de juros e prolongamento das parcelas são exemplos de produtos e serviços disponíveis, de forma fácil, para a população, com o intuito de expandir o crédito e o consumo.

A facilidade para obtenção de crédito e o incentivo ao consumo têm levado as pessoas ao descontrole financeiro e ao endividamento, ocasionando a inadimplência, um sinal de que os gastos estão maiores que os ganhos auferidos. Essa desproporção leva ao não cumprimento das obrigações na data do vencimento das contas.

Segundo o Indicador de Inadimplência do Consumidor divulgado pela “Serasa Experian” (2015), a inadimplência da pessoa física encerrou o ano de 2014, com um crescimento de 6,3% em comparação com o ano anterior.

O indicador apontou que no primeiro semestre de 2015 houve um crescimento na inadimplência de 16,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo a maior alta nesta relação desde 2012 segundo a “Serasa Experian” (2015).

O que pode levar o indivíduo ao endividamento não se justifica apenas pela má gestão de sua vida financeira ou pela escassez de dinheiro, uma vez que o aspecto afetivo também influencia no momento de gastos e consumo desacelerado (SILVA, 2015).

Tolotti (2007) esclarece que, quando as escolhas financeiras são regidas pelas motivações afetivas, as decisões financeiras são tomadas de forma errônea, impulsiva, sobretudo quando a compra de um produto tem um determinado significado. Da compra de um sapato a de um iate, o status, o poder, a autoestima e a imagem que se deseja passar para o outro são alguns dos motivos conscientes ou inconscientes que determinam as escolhas do indivíduo no seu dia-a-dia.

Quando se trata de um ambiente em que o consumo é fruto da emoção, perdurando o desejo e o impulso, o conhecimento financeiro, por si só, poderá não ser

suficiente para gerir os gastos. Martins enfatiza que “a necessidade de ostentar e a vaidade excessiva são emoções que conduzem a pessoa a fazer gastos exagerados, na hora errada, de maneira impensada e abusiva, transformando-a numa máquina de destruir dinheiro” (2004, p.52).

Atualmente, a prática mercadológica típica da sociedade capitalista moderna ou sociedade de consumo é, segundo Sandroni (2010), levar o consumidor, mediante a máquina publicitária e todas as técnicas de marketing, a sentir necessidade de consumir aquilo que é produzido.

Tobias e Cerveny (2012) afirmam que o *marketing* surge para criar demandas, necessidades e desejos no estilo de vida do consumidor, motivando-o a comprar.

Atualmente, a propaganda tem sido um forte veículo de comunicação utilizado para efetuar a venda, por tornar, cada vez mais acessível, o produto para todos os públicos consumidores, sejam crianças, jovens, adultos e idosos.

Os comerciais, veiculados nos meios de comunicação, divulgam os produtos e os serviços oferecidos pelas empresas, visando à maximização de riquezas, de lucros e o atendimento das necessidades de vendas. A mídia, por sua vez, através do marketing, transforma as mensagens em valores e princípios a serem seguidos e, portanto, muitas pessoas passam a viver de aparência, assumindo uma posição que não podem sustentar e acabam entrando no circuito do endividamento, tal como afirma Tolotti (2007).

Pesquisas mostram que a falta de controle financeiro é um dos fatores de endividamento e que, conseqüentemente, o orçamento familiar e o ato de poupar são formas de lidar com o dinheiro e, provavelmente, não fazem parte da vida dos consumidores endividados, ou são feitos de maneira ineficaz e improdutivo. Na concepção de Tobias e Cerveny (2012), o fato de haver endividamento pode estar relacionado, também, ao consumismo.

Tolotti (2007) defende que aumentando o conhecimento na área financeira, a capacidade de crítica frente ao consumo interfere nas decisões e assim maiores serão as possibilidades de rompimento com a cultura do endividamento.

Para Silva (2015), a educação financeira é um processo que contempla três bases formativas: conhecimento financeiro, disciplina e conscientização, as quais norteiam e assessoram na prática cotidiana, que por sua vez, influencia em todo o ciclo da vida, dando suporte no comportamento e atitude de cada pessoa, fazendo com que ela reflita, critique e escolha a melhor opção no gerenciamento de suas finanças, seja no consumo, no investimento ou em uma situação de endividamento.

As finanças estão presentes na vida das pessoas e o ato de educá-las em relação à sua vida financeira consiste em instruí-las, demonstrando, por exemplo, através de fatos cotidianos como a teoria pode ser aplicada na prática. O reconhecimento e a decisão caberão a cada indivíduo mediante o conhecimento adquirido (SILVA, 2015).

Os educadores financeiros, pesquisadores, governantes, organizações internacionais, nos últimos anos, têm demonstrado preocupação com a educação financeira e estão desenvolvendo diversas atividades no sentido de propagar o tema, de conscientizar e orientar a população.

A Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Central do Brasil (BCB) são exemplos de órgãos que vêm desenvolvendo iniciativas e criando políticas para levar a educação financeira às escolas e à comunidade, visando preparar os cidadãos para gerir as próprias finanças.

O tema Educação Financeira já se tornou política pública através da Estratégica Nacional de Educação Financeira (ENEF). Após um projeto piloto desenvolvido em 2010 e 2011, foi elaborado o projeto pedagógico em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), para ser inserido na grade curricular das escolas públicas brasileiras, de Ensino Médio, desde o ano passado.

Constata-se, portanto, que a implantação do tema na rede pública de educação já é realidade no país, mas não está contemplada a inserção no ensino superior.

O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever como os alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito da UEMG da Unidade Frutal gerem suas finanças pessoais, o nível de conhecimento financeiro que têm, bem como identificar e descrever a importância do conhecimento de conteúdos de Educação Financeira no ensino superior e propor alternativas para inserção do tema na universidade.

Para analisar o nível de conhecimento financeiro e de gestão das finanças pessoais dos alunos, o trabalho utilizou uma pesquisa de campo, cujos dados foram coletados por meio de um questionário aplicado aos universitários da UEMG - Frutal, ingressantes e concluintes, dos cursos de Administração e Direito.

Almejando um melhor desenvolvimento do trabalho, a pesquisa foi dividida em duas etapas.

Na primeira foi efetuada a revisão literária abrangendo livros, dissertações, teses, artigos e sites especializados sobre educação financeira, a fim de colher as informações teóricas essenciais ao desenvolvimento do tema, bem como para apresentar sugestões de como a educação financeira poderá contribuir na formação dos alunos universitários, independentemente do curso.

Na segunda etapa, foi feita uma pesquisa de campo através de um levantamento de dados efetuado por intermédio da aplicação de um questionário, com 177 universitários da UEMG – Frutal, ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito. A pesquisa foi aplicada de forma voluntária e sem identificação do pesquisado.

O questionário foi elaborado com questões semiestruturadas, versando sobre três aspectos: informações socioeconômicas, atitude e comportamento em relação às finanças pessoais e o conhecimento sobre educação financeira, com apresentação de um estudo quali-quantitativo.

A escolha dos cursos de Direito e de Administração, como objeto de estudo, se deu em virtude de ambos serem da mesma área de conhecimento, ou seja, Ciências Sociais Aplicadas e as disciplinas relativas às finanças como, por exemplo, Matemática Financeira, Administração Financeira, Mercado Financeiro e correlatas não compõem a matriz curricular do curso de Direito, por não fazerem parte da formação profissional. Ressalta-se, também, o fato de conteúdos voltados à Educação Financeira não serem aplicados em ambos os cursos.

A pesquisa quantitativa desenvolvida neste trabalho visou quantificar os dados coletados, por meio dos questionários, através de uma análise estatística.

Para consolidação dos procedimentos, a pesquisa teve caráter qualitativo para interpretar o resultado encontrado na pesquisa quantitativa, visando a compreensão da influência das variáveis contidas no questionário.

Os dados coletados foram tabulados e expostos em forma de tabelas e os resultados, nelas expressos, analisados a luz dos pressupostos teóricos oriundos da pesquisa bibliográfica.

O problema desta pesquisa tem em vista o cenário econômico brasileiro que, nos últimos anos, tem se caracterizado por um elevado consumo de bens variados por parte da população. O governo tem usado de diversos mecanismos para fomentar a economia e consumo e, por meio deles, oferece subsídios para o aumento dos gastos das famílias, tais como: facilitação de crédito, isenção de tributos de alguns produtos como carros e eletrodomésticos, eletrônicos e motos.

O endividamento familiar e os juros altos que são praticados no Brasil têm gerado um desequilíbrio financeiro na vida das pessoas, ocasionando o aumento da inadimplência. Boa parte da população não está preparada para administrar suas finanças e necessita de apoio e orientação no que tange à administração de ganhos e gastos, o que não é oferecido no ensino básico brasileiro.

Por estas razões, o trabalho pretendeu responder se encontraríamos nos cursos de Direito e Administração da UEMG – Frutal um número considerável de estudantes universitários endividados, que gastam mais do que ganham. Sem conhecimento financeiro suficiente para equilibrar a situação financeira, eles valendo-se de recursos disponíveis no mercado financeiro, cujos juros são altos juros; não tendo planejamento financeiro; propensos ao consumo e que boa parte não possui uma reserva financeira.

## 1. CONTEXTO HISTÓRICO DO DINHEIRO E DA MOEDA

Real, Dólar, Libra Esterlina, Euro, Renminbi chinesa, Rúpia indiana. Dinheiro, dinheiro e mais dinheiro! Ouro? Prata? Não<sup>108</sup>. São papéis sujos, rasgados, rabiscados, às vezes, novos e rangentes ou pequenos discos de metais. Porém, com o passar do tempo surgiram novas formas de dinheiro como cheques, cartão de crédito e de débito (dinheiro de plástico) e o dinheiro eletrônico ou moeda digital (usado para pagamento de transações no comércio eletrônico).

A palavra dinheiro vem do latim *denarius*, nome dado a uma antiga moeda romana. Essa palavra foi usada para denominar uma moeda de prata e cobre que circulava em Castilha, na Espanha e depois foi utilizada para designar todas as moedas e todo o tipo de dinheiro, tal como mostra informação disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (2002).

Já, a palavra “moeda”, conforme Tobias e Cerveny (2012), é originária do latim, do templo da deusa “Juno Moneta”, local em que eram confeccionadas as moedas romanas.

Sandroni (2010), lembra que em inglês, o termo *money* conservou o sentido específico de “moeda” até o final do século XX, quando, então, foi generalizado o seu significado como dinheiro.

Mas, qual é a diferença entre moeda e dinheiro? Moeda é o meio para concretização das transações monetárias. Com ela, é possível saldar dívidas, e o portador deste ativo pode adquirir bens e serviços, uma vez que ele é de aceitação geral pela sociedade.

<sup>108</sup> Adaptado do livro *A origem do dinheiro*, de Jozsef Robert (1989).

Já, dinheiro, é a forma de constituição do ativo, ou seja, pode ser formado por notas (geralmente em forma de papel), por moedas (peça de metal), por cartões (plástico) e digital permitidos para circulação.

Com a apresentação do dinheiro, em forma de moeda, pode-se adquirir um bem ou serviço de acordo com as necessidades humanas. A moeda, nesse sentido, é um objeto aceito pela sociedade e tem o poder de quitação.

Robert (1989) destaca que no início da sociedade humana, no decorrer de dezenas de milhares de anos, a noção de dinheiro era absolutamente desconhecida, pois os homens da sociedade primitiva viviam e se desenvolviam sem ter ciência tanto do termo quanto de seu significado.

Os grupos humanos primitivos, conforme Lopes e Rossetti (1993), não se utilizavam de quaisquer formas de moeda, porque além de serem nômades, sobreviviam sob padrões bastante simples de atividade econômica. As atividades eram realizadas com trocas diretas em espécie, denominadas escambo, também conhecida como economia de trocas.

Com o passar do tempo, surgem produtos que passam a ser intermediadores de trocas, mesmo que de forma primitiva:

Para permitir o desenvolvimento das trocas, agora fundamentais para o progresso social, o escambo foi dando lugar, gradativamente, a processos diretos de pagamento. A generalizada aceitação de determinados produtos, recebidos em pagamento das transações econômicas que dia a dia se tornam mais intensas, configurando a origem da moeda. Eleitos como intermediários de trocas, esses produtos, mesmo que não sejam no momento, úteis ou desejados pelos que os recebem, são aceitos sem grandes restrições, porque todos sabem que todos os aceitam (LOPES E ROSSETTI, 1993, p. 17).

A origem da moeda surge para desenvolver o sistema de trocas, dando um importante passo para o desenvolvimento da economia, embora de forma rústica.

Para Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), o surgimento da moeda decorre do progresso econômico, uma vez que, com a especialização dos indivíduos em produções isoladas eles não eram capazes, por si só, de atender ao conjunto de suas necessidades e, portanto recorriam aos demais agentes para obtenção de troca, visando atender suas vontades.

Conforme explicitado por Lopes e Rossetti (1993), as primeiras moedas foram mercadorias. Estas deveriam ser suficientemente raras (para que tivessem valor) e deveriam atender a uma necessidade comum e geral. Desta forma, os primeiros tipos de moeda tinham, essencialmente, valor de uso, e, sendo este comum e geral, passa a ter, concomitantemente, valor de troca.

As moedas-mercadorias chegaram até a Idade Moderna e foram progressivamente perdendo espaço nas negociações, surgindo então os metais.

Com a inserção da moeda, como intermediária de troca, as necessidades dos indivíduos passam a ser livres, devido à dispensa da dupla coincidência de desejos e interesses. O dono de um comércio pode vender determinada mercadoria, guardar a moeda e utilizar este dinheiro num outro dia, quando, realmente, surgir a necessidade de usá-lo.

Cabe assinalar que segundo Lopes e Rossetti (1993), a utilização de metais como moeda viabilizou o processo de cunhagem, e os governantes certificavam o peso e garantiam a circulação, além de usarem a moeda cunhada como veículo de propaganda,

pela cunhagem, da própria efígie. O processo de cunhagem da moeda possibilitou a cobrança de tributos.

Lopes e Rossetti (1993) relatam que as funções básicas da moeda, tais como reserva de valor e instrumento de troca, ficaram comprometidas e estes metais não nobres foram substituídos por ouro, prata e outros metais preciosos.

Os metais preciosos assumiram a função de moeda por diversas razões: limitação à natureza, durabilidade e resistência, divisíveis em peso etc., como afirmam Vasconcellos e Garcia (2005).

Lopes e Rossetti (1993) enfatizam que a substituição dos metais não nobres pelo ouro e pela prata foi motivada por alguns fatores adicionais tais como:

Os metais preciosos sempre foram muito procurados e desejados como meios de expressão de poder e riqueza.

O ouro e a prata, devido à escassez, se mantinham relativamente estável ao longo do tempo.

Com o crescimento dos negócios, a produção de metais passou a ser escassa. Mas vários descobrimentos, dentre eles, a América no século XVI, alavancaram o estoque de ouro e prata, e a produção e os negócios não pararam de crescer.

A moeda passa a ser um instrumento básico no funcionamento da economia, atuando nas negociações. Para Vasconcellos e Garcia, o conceito de moeda pode ser definido como “um instrumento ou objeto aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento de bens e serviços” (2005, p. 139).

A função primordial da moeda é a de servir como intermediária de trocas, permitindo assim a superação da economia do escambo dando passagem para a economia monetária.

A função da moeda é relevante à medida que facilita o crédito e a distribuição de diferenciadas formas de adiantamento, no tempo, viabilizando a forma como se realizam os processos de investimento, de produção e consumo, bem como promove o surgimento de pagamentos diferidos, ao longo das sucessivas etapas de geração dos bens e serviços destinados à satisfação das necessidades humanas segundo afirmam Lopes e Rossetti (1993).

Historicamente, a moeda evoluiu da chamada moeda-mercadoria, passando pela moeda metálica e pela moeda papel até chegar ao papel-moeda.

A moeda papel, conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), corresponde a uma nota de papel que explicita determinado valor de ouro, isto é, possui lastro em determinada mercadoria.

O uso generalizado da moeda papel abriu campo para o desenvolvimento de uma nova modalidade de moeda, não integralmente lastreada, baseado na experiência da custódia.

A partir do século XVII, surgem os bancos comerciais privados, que começaram a emitir notas ou recibos bancários, os quais passaram a circular como moeda, dando origem ao papel-moeda. Alguns desses bancos, segundo Vasconcellos e Garcia (2005) receberam o privilégio de monopolizar a emissão das notas bancárias. Este monopólio deu origem aos bancos centrais e, posteriormente, o Estado passou a monopolizar a emissão do papel moeda.

Paralelamente à moeda fiduciária, surgiu a moeda bancária, também chamada de escritural ou de invisível. A moeda bancária surge com a abertura de uma conta corrente,

com depósitos em dinheiro ou cheques e seu resgate ocorre por meio de ordem de pagamento ou mediante emissão de cheque (moeda escritural).

A definição de cheque vem a ser a de uma ordem de pagamento a vista, que envolve emitente, isto é, indivíduo titular de uma conta corrente e o beneficiário, ou seja, aquele que recebe o pagamento. Com o tempo, o cheque passou a ser usado como forma de crédito e recebeu a denominação de pré-datado. Nesta negociação o emitente não tem dinheiro disponível na conta corrente de forma imediata e negocia, com o beneficiário, a postergação do pagamento.

Resumidamente, Vasconcellos e Garcia (2005) enumeram três tipos de moeda: “Moedas metálicas: emitidas pelo Banco Central, visando facilitar operações de pequeno valor; Papel moeda: também emitida pelo Banco Central e representa parcela significativa de quantidade de dinheiro em poder do público; Moeda escritural ou bancária: representada pelos depósitos a vista efetuados em conta corrente”.

O banco, ou seja, o agente financeiro, ao emitir moeda e efetuar um empréstimo ao cidadão gera um débito. Uma vez que o débito foi gerado, o tomador do empréstimo devolve ao banco o valor acrescido de juros. Assim, o banco não recolhe nada e a operação é finalizada. Neste processo, o emitente da moeda não pode utilizá-la e o tomador, ao usá-la em forma de empréstimo, não pode emití-la.

Com o avanço tecnológico e a globalização surgem novas modalidades de efetuar pagamentos de forma eletrônica que são os cartões de crédito e débito, definidos, popularmente, como o dinheiro de plástico.

O cartão de crédito, por sua vez, é um instrumento que disponibiliza ao seu titular um limite de crédito para aquisição de bens e serviços, e a quitação da dívida pode ser a vista, na data do vencimento da fatura, ou através de um limite de crédito disponibilizado pela instituição financeira, conforme Assaf Neto (2006).

Monteiro (1998) considera que um avanço, oriundo da tecnologia digital, foi o surgimento do dinheiro eletrônico (*e-money*), completamente virtual, criado e usado exclusivamente no espaço virtual, possibilitando, assim, o comércio eletrônico. Ele pode ser armazenado em um chip, e este colocado num cartão de plástico semelhante aos cartões de crédito tradicionais, chamados de *smart cards* ou cartões inteligentes.

A forma de usar o dinheiro, ao longo dos anos, sofreu muitas transformações, tendo em vista as mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que influenciam diretamente na vida das pessoas, inclusive na questão financeira.

A circulação do dinheiro é feita por meio dos agentes econômicos, sendo governo, empresa e famílias. Wonnacott e Wonnacott (2004) demonstram a representação do fluxo de bens, de serviços, de recursos e de pagamentos monetários de forma simplificada:

- As unidades familiares fornecem trabalho e outros recursos de produção que formam os insumos do setor empresarial para o desenvolvimento do negócio e, em contrapartida, as empresas remuneram as unidades familiares por meio de salários, ordenados, juros, aluguéis e dividendos;
- De posse das remunerações, as unidades familiares adquirem bens e serviços para satisfazer suas necessidades, sendo que estes bens e serviços são fornecidos pelas empresas;

- As empresas utilizam a receita de vendas e serviços para pagar os salários, os ordenados e os demais custos, enquanto as famílias usam a renda para seu consumo;
- O governo recebe das empresas, das unidades familiares e dos intermediários financeiros<sup>109</sup>, os impostos diretos e indiretos;

Os excedentes da renda, sob a forma de poupança das unidades familiares, empresas e do governo, são enviados ao sistema financeiro que intermedeia os recursos, destinando-os ao financiamento do consumo das famílias, do capital de giro das empresas e da formação de capital das empresas e governo.

### 1.1. Trajetória evolutiva da moeda no Brasil

A evolução do sistema monetário no Brasil segue uma ordem semelhante ao observado na maior parte das economias ocidentais e o primeiro dinheiro a circular, no país, foi a moeda-mercadoria.

No Brasil, durante muito tempo, o comércio foi feito por meio de troca de mercadorias, mesmo após a introdução da moeda de metal. Mas a primeira "moeda" brasileira de fato foi o açúcar, em 1614. O fumo, o pano de algodão e a madeira (pau-brasil) também eram muito utilizados com essa função, segundo dados do Banco Central do Brasil (2004).

Com a intensificação das viagens à terra recém-descoberta e a implantação de núcleos de colonização começaram a circular as primeiras moedas no Brasil, as quais foram trazidas pelos portugueses, pelos invasores e pelos piratas. A partir de 1580, com a união das coroas de Portugal e Espanha, moedas de prata espanholas passaram a circular, no Brasil, em grande quantidade.

Sandroni (2010) registra que durante o período colonial (1500-1822) circularam vários tipos de moeda que chegaram com a colonização portuguesa, sendo que algumas foram cunhadas em Portugal e outras já em território brasileiro, pois naquele período houve a criação das Casas de Fundição e das Casas da Moeda.

A primeira tentativa de circulação<sup>110</sup> de moedas restritas ao nosso território ocorreu em 1642, com a aplicação de carimbos nas moedas portuguesas e hispano-americanas que aqui circulavam. Foi, entretanto, no território ocupado pelos invasores holandeses que se cunhou a primeira moeda em terras brasileiras – o florim de ouro –, acompanhado pelo soldo, moeda de prata, também cunhada pelo invasor batavo, em 1654. Ambas traziam a marca da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e a palavra Brasil aparecia no reverso dos florins.

A partir de 1694, com a criação da Casa da Moeda da Bahia, teve início o processo de cunhagem de moedas brasileiras que, posteriormente, foram produzidas em outros centros da Colônia, como Rio de Janeiro em 1698, segundo afirma Sandroni (2010).

<sup>109</sup> São instituições que captam recursos dos poupadores (ofertantes de recursos) para emprestá-los aos investidores que são demandantes de recursos (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JUNIOR, 2005).

<sup>110</sup> Banco Central do Brasil (2004).

Vasconcellos e Garcia (2005) mencionam que em 1808, quando da chegada de D. João VI, todo o meio circulante era constituído de peças metálicas, mas já havia o primeiro vestígio de papel moeda, naquela época, chamado de bilhete de permuta (recibos de recolhimentos metálicos na Casa da Moeda).

Devido à queda na produção de ouro e ao crescimento dos gastos com a implantação da administração no Rio de Janeiro, a quantidade de moedas em circulação tornou-se insuficiente. Assim, em 1808, D. João VI criou o Banco do Brasil, o primeiro banco da América do Sul e o quarto do mundo. Em 1810, foram emitidos os primeiros bilhetes do Banco, precursores das cédulas atuais, segundo informações do Banco Central do Brasil, (2004).

A partir da independência, em 1822, o meio circulante brasileiro consistiu de moedas metálicas e de cédulas de papel moeda. Com a República, segundo Lago (2004), a cunhagem de moedas de ouro e prata foi se tornando cada vez mais limitada e as cédulas passaram a representar boa parte do meio circulante de maior valor, enquanto moedas de níquel e de bronze, e depois de bronze-alumínio, alumínio e, finalmente, aço, serviam para pequenas transações.

Mesmo com uso de cheques, cartões de crédito e de débito e das cédulas de papel moeda, a moeda metálica continua a servir de troco e para o pagamento de negociações de pequeno valor.

As cédulas e moedas brasileiras, de acordo com o Banco Central do Brasil (s.d.), têm a seguinte cronologia:

- Anterior a 1942 – réis;
- 1942 – cruzeiro;
- 1970 – cruzeiro novo;
- 1986 – cruzado;
- 1989 – cruzado novo;
- 1990 – cruzeiro;
- 1993 – cruzeiro real;
- 1994 – real (até o dia de hoje).

Em 1994, por meio do Plano Real, foi criada a moeda Real (R\$), no sentido de estabilizar a economia, combater a inflação e aumentar o poder aquisitivo do dinheiro. Porém, o problema da inflação no Brasil é antigo, pois D. Pedro cunhou moeda, em 1822, visando à independência, mas tornou o Brasil livre e endividado. Anteriormente à implantação do Plano Real, havia uma hiperinflação de 2.477,15%. Vinte anos depois, a inflação fechou o ano de 2014 em 6,41%. Constatou-se, portanto, que somente em 1994, com a implantação da moeda Real houve sucesso na política anti-inflacionária.

Em tempos de inflação no Brasil, quanto ao gastar, o processo era rápido, lembra Cherobim (2011). Assim que recebiam seus salários, pensões, aposentadorias, aluguéis, enfim seus rendimentos, as pessoas se dirigiam, rapidamente, para os supermercados e para as lojas para comprar os bens que lhes eram necessários. A pressa se justificava em decorrência do aumento, praticamente diário, nos preços dos produtos, assim, a compra imediata era melhor forma de se economizar.

Cherobim (2011) relata que, com a contenção da inflação os preços pararam de subir, as pessoas e as famílias começaram a ter noção de valor, de preço e, por

consequente, passaram a cuidar melhor de seu dinheiro. Faz-se necessário ressaltar que, não é que os preços de bens e de serviços deixaram de subir, estes, agora, sobem dentro de parâmetros razoáveis, controláveis. Sendo assim, com mais controle, é possível administrar melhor o dinheiro.

De acordo com Silva (2015), o dinheiro, nas suas diversas formas, surgiu para facilitar a vida da população, no que diz respeito à produção, à compra, à venda e aos diversos meios de pagamento e de recebimento, de uma forma cíclica. No princípio, as habitantes da Terra foram percebendo a necessidade e criando alternativas práticas para efetuarem a troca de mercadorias, com intuito de atender suas necessidades e alcançar seus desejos. Aos poucos, foram criando formas facilitadoras que pudessem, cada vez mais, atender, de modo eficaz, as necessidades da humanidade. Além do uso no comércio, surge o uso de dinheiro pelas instituições financeiras (bancos) que começaram a obter lucro tanto com a guarda quanto com o empréstimo deste mesmo dinheiro. Assim, o uso de dinheiro e de moeda foi disseminado entre os povos e, no século XXI, vive-se a dependência destas ferramentas para sobrevivência da humanidade.

## 2. RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

D'Aquino alerta que “desde que surgiu o dinheiro, surgiu a necessidade de se pensar sobre ele” (2008, p. 4). Na Grécia antiga, por exemplo, conselhos sobre o melhor uso de finanças já eram escritos e discutidos.

O filósofo Aristóteles discorreu sobre a questão dos gastos excessivos, problema que perdura até os dias atuais:

A pessoa que tende para o excesso e é vulgar excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco importantes [...]. E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir, ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deve gastar pouco gasta muito (ARISTÓTELES, 1996, p. 180).

Conforme descrito por D'Aquino (2008), a partir do século XIX, nos Estados Unidos houve a construção das ferrovias rumo ao Oeste Americano, fato que sustentou e concentrou dinheiro e poder nas mãos de poucos. Com esse padrão social, as pessoas se distinguiam umas das outras, de acordo com o modo de produção, grau de instrução, número de filhos, tipo de moradia, alimentação, vestimentas etc. Com o advento dos bilionários norte-americanos, a extravagância e a ostentação passaram a ser admiradas nas pessoas que demonstravam a gastança, o consumo. Com a crise de 1929 (Grande Depressão), com a recessão americana, o esbanjamento consumista veio a reduzir. A partir da década de 80, na segunda metade do século XX, surgem novos bilionários provenientes de vários segmentos tais como: mercado de eletrônicos, software, telecomunicações, entretenimento. Independentemente da origem de tanto dinheiro, os hábitos, os costumes e as excentricidades que evidenciam a ostentação do dinheiro ressurgiram de forma mais intensa, se fazendo notar não só nos Estados Unidos ou no Brasil, mas em todo o mundo.

Autoridades financeiras e educativas, em diversos países, segundo Silva (2015), iniciaram trabalhos sobre educação financeira, voltados ao uso consciente do dinheiro, ao preparo dos consumidores para usufruírem, de forma moderada, os produtos financeiros, visando o equilíbrio do orçamento doméstico.

O processo de disseminação da Educação Financeira vem se desenvolvendo em muitos países, sob a orientação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) 111.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) percebendo a necessidade de haver o desenvolvimento da poupança previdenciária e do melhor entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, pelo menos dos princípios básicos, criou o *Financial Education Project* (Projeto de Educação Financeira) para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e também em países não membros, como, por exemplo, o Brasil.

Segundo OCDE (2005), educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos nelas envolvidos. Munidos dessas informações, os indivíduos podem fazer escolhas, sabem onde procurar ajuda e podem adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a educação financeira pode contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

De acordo com a OCDE (2004) a educação financeira se faz necessária para auxiliar os consumidores a orçarem e gerirem a sua renda, a pouparem, a investirem e evitar que eles se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas.

Atendendo sugestão da OCDE, os países, dentre eles, o Brasil, vem desenvolvendo uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)<sup>112</sup> com o escopo de favorecer a promoção do tema no país e criar diretrizes para balizar iniciativas concretas, sejam do Estado, da iniciativa privada ou da sociedade civil. A estratégia torna-se a principal referência para leis, políticas públicas e programas multissetoriais, e contribui para gerar ampla mobilização.

A OCDE (2005) recomenda que a educação financeira seja promovida de forma justa e sem vieses, livres de interesses particulares, focando as prioridades de cada país, de acordo com realidade nacional, e também inserida na escola, o quanto antes.

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira concentrava-se nas dicas de investimento dos especialistas em produtos do mercado financeiro, as quais ensinavam como preservar ou multiplicar o dinheiro com aquisição de ações, títulos públicos ou privados, envolvendo um público que já tinha recurso disponível e bastava apenas alocar

<sup>111</sup> Organização mundial fundada em 1948 composta atualmente por 34 países membros, que através de seu banco de informação sobre uma ampla gama de tópicos ajuda os governos a promover a prosperidade e lutar contra a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira (OCDE, s.d.).

<sup>112</sup> A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multissetorial em educação financeira. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial (ENEF, s.d.).

em determinados tipos de investimentos. Nesta orientação, segundo Araújo e Calife (2014) não se contemplou o caminho para a organização das finanças que resultasse em economia e, posteriormente, pudesse ser investidor no mercado financeiro.

A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas. Somado a isso, o aumento das possibilidades de consumo (VIDA E DINHEIRO, s.d.).

Silva (2015) ressalta que a falta de preparo para usar o crédito, abundantemente lançado no mercado, fez com que as pessoas, tomadas pelo anseio de consumir, extrapolassem o orçamento doméstico, acreditando que parcelas a perder de vista, pudessem ser pagas sem nenhum empecilho, pois não supunham que pudesse ocorrer uma intempérie e que o compromisso não poderia ser cumprido em tempo hábil.

Macedo Junior (2010) destaca que o crédito é limitado e após esgotar esse limite, as pessoas terão que devolver o valor emprestado e ainda pagar todos os juros decorrentes dele. A falta de planejamento de finanças adequado é a principal razão de pagamentos de juros, decorrentes, na maioria dos casos, do descontrole de cartões de crédito e de cheques pré-datados. Para cada ganhador de juros no Brasil, existem quatro pessoas trabalhando para pagá-los.

Já a falta de conhecimento de conceitos e de produtos financeiros, por parte da população, dificulta o pleno exercício da cidadania. Um caso comum é o desconhecimento de informações básicas sobre o crédito consignado, o que levou muitos cidadãos e, em especial, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – a tomarem empréstimos de instituições financeiras sem a consciência que teriam o desconto em folha de pagamento, segundo Araújo e Souza (2012).

Finalizando, Araújo e Calife (2014) mencionam que com a expansão do crédito, houve um aumento expressivo do consumo e maior bancarização da população, tendo como consequência a inadimplência. O último período de pico da inadimplência ocorreu em 2011, devido à falta de pagamento das parcelas de financiamento de veículos, e foi necessária uma parada para o rearranjo de crédito. Neste período, chamado de ressaca de crédito, surge a educação financeira e diversos programas com entidades privadas e públicas, dentre eles, a Estratégica Nacional de Educação Financeira e a Associação de Educação Financeira do Brasil.

A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF) é uma organização sem fins lucrativos criada em 2011, com o objetivo de promover a Educação Financeira no Brasil e dedicada ao desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais. A AEF colabora com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), coordenando e executando seus projetos.

Para melhorar o nível da educação financeira da população brasileira, o governo brasileiro lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2009, sendo publicamente lançada em agosto de 2011, conforme orientação da OCDE. As metas desta estratégia nacional são: desenvolver habilidades financeiras pessoais e estimular o comportamento financeiro responsável entre os brasileiros, melhorando, assim, seu bem-estar financeiro.

A ENEF tem a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, da eficiência e solidez do sistema financeiro

nacional e da tomada de decisões conscientes, por parte dos consumidores. Ela foi instituída como proposta de política de Estado, de caráter permanente.

Silva (2015) salienta que a Educação Financeira aplicada no nível superior pode influenciar na vida financeira dos jovens que vão ingressar no mercado de trabalho. Formando cidadãos críticos, conscientes e sensibilizados, alicerçado no conhecimento, com certeza, estes serão capazes de discernir qual o melhor caminho, qual a melhor forma de gerir suas finanças pessoais, assumindo o controle do seu dinheiro.

Silva (2012) preconiza que quem tem conhecimento, não necessariamente está persuadido a agir no sentido do conhecimento que possui. A sensibilização é fundamental para a mudança do comportamento. Alguém sensibilizado não possui apenas o conhecimento financeiro, mas age em consonância do conhecimento que possui.

O objetivo da educação financeira é de formar cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões individualmente e o seu papel é de demonstrar as técnicas, os conhecimentos financeiros, por meio dos quais as pessoas irão decidir, com a plena consciência, o que será melhor para suas vidas, optando, assim, por um caminho considerado como o mais viável nas finanças pessoais (SILVA, 2015).

Tolotti (2007) menciona que a economia, longe de ser um assunto complexo com linguagem inacessível, está presente no cotidiano de cada indivíduo. A ciência econômica estuda os fenômenos sociais relativos à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas.

O cidadão compra e consome bens e serviços, e através do seu trabalho recebe uma remuneração (renda) para atender suas necessidades e desejos. Estas necessidades e desejos, muitas vezes, não são compatíveis com sua renda, então, ele recorre ao sistema financeiro que tem o papel de emprestar dinheiro ou financiar bens com a promessa de pagamento do capital acrescido os juros. Desse modo, o indivíduo passa a ter uma dívida, que se não bem administrada poderá ocasionar a ausência de pagamento.

A falta de educação financeira tem levado boa parte das famílias a se endividarem, a pagarem juros exorbitantes, a perderem o controle do fluxo de caixa, a deixarem de honrar os compromissos acordados e ainda terem seus nomes incluídos no banco de dados de órgãos de serviço de proteção ao crédito.

Atualmente, a prática mercadológica típica da sociedade capitalista moderna ou sociedade de consumo é, segundo Sandroni (2010), levar o consumidor, mediante a máquina publicitária e todas as técnicas de marketing, a sentir necessidade de consumir aquilo que é produzido.

A sociedade de consumo caracteriza-se pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis, sobretudo de artigos supérfluos. Tolotti (2007) menciona que o consumismo é criticado por mercantilizar toda a atividade humana, suas necessidades materiais e espirituais.

Atualmente, muitas pessoas estão voltadas em acompanhar lançamentos de roupas, acessórios pessoais, produtos eletrônicos, carros e calçados. O imperialismo da moda, da globalização e da internet têm encantando o ser humano, levando-o a consumir de forma ilimitada. As empresas estão inovando constantemente seus produtos e serviços e os apresentam através da mídia e da internet, com propagandas audaciosas e

chamativas. Existe uma corrida frenética, por parte por jovens e adolescentes, para comprar lançamentos e novidades.

O ciclo da vida financeira de um brasileiro, conforme Hoji (2010) possui duas fases: o período de acumulação de patrimônio e o de aposentadoria. Uma pessoa tem prazo de 40 anos para acumular patrimônio e de 20 anos para desfrutar deste mesmo patrimônio. Baseado nos dados dos IBGE, divulgados em 2013, a expectativa de vida média de um brasileiro era de 74,8 anos, isto é, 74 anos, 9 meses e 18 dias, sendo 71,3 anos para homens e 78,5 anos para mulheres.

O ciclo da vida financeira de um jovem com cerca de 22 anos de idade, embora muitos comecem a trabalhar antes, após a conclusão do ensino superior. Observa-se que as despesas são maiores no início, pois existem os gastos com a constituição da família, casamento, nascimento dos filhos, educação dos filhos, compra de imóvel, continuidade da educação do casal (especialização). Com isto, no início da acumulação do patrimônio, a família provavelmente estará endividada e sem patrimônio. Na meia-idade, ainda ocorrerá gastos com educação dos filhos até que estes concluam o nível superior. Os gastos ainda vão existir durante boa parte da acumulação do patrimônio. Portanto, segundo Hoji (2010) o quanto antes os jovens iniciarem a poupança, mais cedo poderão obter sua independência financeira.

### 3. RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa de campo efetuada Universidade do Estado de Minas Gerais Campus Frutal, junto os alunos ingressantes e concluintes, no ano de 2014 foi explorada através de uma população finita por amostragem num total de 177 entrevistados e foi realizada durante o mês de novembro de 2014.

Na amostra, 62,15% pertencem ao gênero feminino, 37,85% equivalem ao gênero masculino, com idades entre 18 a 52 anos. Do total, 37,29% não trabalham.

No quesito controle de gastos mensais, foi questionado que tipo de ferramenta é utilizado para controlar as despesas, bem como se não há um controle das despesas.

O caderno de anotações é utilizado por parte dos pesquisados, sendo que 30,51% fazem uso desta ferramenta para anotar seus gastos. A memorização dos gastos chegou a 37,85%, considerado um valor bem expressivo. Já aqueles que anotam apenas as compras de maior valor somam 6,21% dos alunos. O uso de aplicativos e planilha eletrônica é utilizado por 14,69%. Alunos que não tem o hábito de controlar os gastos perfazem um total de 10,73%. Mediante estes resultados, conclui-se que 54,79% dos entrevistados não conhecem detalhadamente todos os gastos despendidos.

Macedo Junior (2010) afirma que poucos brasileiros têm o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas. Em geral, as pessoas, quando solicitadas a dizerem para onde vai o salário, só conseguem lembrar-se de aproximadamente 80% daquilo que gastam, ou seja, não conseguem discriminar cerca de 20% de suas despesas. Quando começam a anotar os gastos, costumam reduzi-los em cerca de 12%. Isso acontece porque o ato de anotar faz com que a pessoa pense duas vezes antes de gastar. Conclui-se que mais da metade dos universitários podem estar gastando mais devido à falta de anotações das despesas.

No quesito situação financeira, isto é, confronto entre receitas e despesas, 10,73% dos pesquisados gastam mais do que ganham, sendo que metade dos universitários gasta igual ao que ganha. A fatia de alunos que gastam menos do que ganham e poupam a diferença chegou a 37,29%.

Martins (2004) orienta que é necessário que se faça um orçamento de fluxo de caixa estimando a renda, definindo metas de resultado e fixando despesas. Quando as receitas e despesas são relacionadas no fluxo de caixa é possível analisar item a item e averiguar gastos que podem estar extrapolando o orçamento, sendo possível, então, estabelecer cortes de forma a melhorar o saldo de caixa.

Quanto aos universitários, cujos ganhos são iguais aos gastos, encontra-se um total de 51,98% que estão sem sobra de caixa. Cabe ressaltar que essa situação pode ser melhorada, através de um melhor gerenciamento dos gastos e ainda obter uma economia mensal, com elaboração de um fluxo de caixa.

Já, 10,73% dos entrevistados estão ultrapassando os valores de receitas, menos suas despesas. Neste caso, é provável que estejam recorrendo a outras fontes de recursos ou deixando de pagar algumas despesas. Ao analisar o histórico dos alunos que excedem os gastos em relação aos ganhos auferidos, notou-se que 7,91% dependem da renda dos pais.

Os universitários que investem somam 45,90% do total. A poupança é um investimento simples e também o mais utilizado, pois 31,14% dos alunos afirmam que depositam suas economias em conta poupança. Considerado o investimento mais popular do Brasil com rendimento baixo, não tem limite para aplicação. Não há taxa de administração e sem limite para resgate. Este investimento é isento de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e IRRF (Imposto de renda retido na fonte).

O percentual de alunos, que corresponde a 3,82% dos pesquisados, desconhecem outras modalidades de investimento e por isso optam pela poupança. Alguns optam por emprestar sua reserva para terceiros, perfazendo um total de 2,73%. Este tipo de investimento, que na sua maioria fornece um retorno razoável, se torna um risco no momento do resgate junto ao terceiro se este não tiver condições financeiras de devolver o dinheiro.

Os investimentos em imóveis, previdência privada, ações e títulos de renda fixa perfazem o total de 4,89%, dos investimentos dos entrevistados.

Na opção outros investimentos (resposta aberta do questionário) que alcançou 3,27% dos universitários, foram dadas as seguintes respostas: aquisição de cota de consórcio, gado e título de capitalização. No caso do título de capitalização, estudos mostram que o rendimento dele é sempre zero e ainda há perdas para a inflação.

O consórcio não é investimento. Seu objetivo é para compra financiada e há cobrança de várias taxas (taxa de administração, de adesão e fundo de reserva). Uma aplicação financeira pode ser o melhor caminho.

Obtivemos neste item, a resposta de um 01 aluno que considerou viagem e lazer como investimento. Neste caso, há um erro de interpretação, pois se trata de um gasto e não um investimento.

O percentual de universitários que possuem dívidas atingiu 51,98%. Com a armadilha do crédito rápido, fácil e sem complicação, muitas pessoas acabam se endividando e tomam capital emprestado de instituições financeiras que cobram altos juros para emprestar dinheiro.

No caso dos jovens, várias empresas oferecem linha de crédito especificamente para os universitários com taxa de isenção de serviços, com limite para uso do cheque especial e cartão de crédito. Desta forma, muitos começam a utilizar estes serviços financeiros e passam a fazer parte do ciclo de dívidas.

Muitos destes jovens assistem aos pais que financiam o carro e casa da família em intermináveis prestações, ou então fazem compras no supermercado com o cartão de crédito. Segundo Cardoso (2007), essa desenvoltura em utilizar a fatura do crédito influencia, e muito, a atitude dos filhos.

Tolotti (2007) enfatiza que o endividamento anda na contramão do investimento. Estando os jovens dominados pela cultura do endividamento, somente se transformarão em bons investidores, se houver empenho social, familiar e educacional intenso.

Outro fator averiguado ao longo da pesquisa foi a modalidade de endividamento. O item cartão de crédito aparece em primeiro lugar, representando 33,13%. Esta forma de obtenção de crédito quando não bem administrada gera uma bola de neve. A fatura do cartão tem a opção de pagamento mínimo, ou seja, não é necessário pagar integralmente o valor dela, se o indivíduo estiver desprovido de dinheiro no vencimento da mesma. O problema está no custo da postergação de parte da dívida, porque os juros cobrados são os mais altos do país.

Entre os jovens e adolescentes, o uso do “dinheiro de plástico” está cada vez disseminado. Com a facilidade para obtenção do cartão de crédito aliado a segurança e comodidade, muitas pessoas tem se endividado.

Em seguida, constata-se que o crediário é responsável por 22,29% das dívidas dos pesquisados. Normalmente, o crediário é típico de lojas que vendem eletrônicos, eletrodomésticos, móveis, artigos para vestuário e calçados. Nesta modalidade o devedor assina uma duplicata e recebe um carnê para pagar as parcelas.

Os jovens querem andar na moda e ter tudo que a tecnologia oferece de mais moderno. Quando um produto é considerado caro, as lojas que sempre oferecem o pagamento em várias parcelas, com juros embutidos, muitas vezes, não são nem mesmo questionadas se houve aumento em função do prazo. O importante é atender o seu desejo.

Outro item que foi mencionado é o financiamento de bens móveis (carro, moto), o que representa 14,46% das dívidas. Nesta modalidade de crédito, as empresas financiam com longos parcelamentos, podendo chegar até 60 meses dependendo do banco ou financeira. Ao financiar um bem móvel, surgem outros gastos além da parcela do bem financiado acrescido os juros. Gastos tais como impostos, seguros, manutenção e o combustível também deverão ser acrescidos no orçamento.

O empréstimo bancário representa 10,84% das dívidas. Na busca pela satisfação pessoal, muitos jovens recorrem a empréstimos. Nesta modalidade, os jovens podem utilizar este dinheiro para a alimentação, aluguel, transporte, festas, saúde, cursos. Pode ser utilizado também para cobertura de outras dívidas, como a do cartão de crédito, por exemplo.

O financiamento de bem imóvel (casa, terreno) é 5,42%. Com o sonho da casa própria e a busca pela independência, muitos jovens assumem prestações que podem chegar até 30 anos para pagamento. Com o incentivo do governo federal e o lançamento de programas habitacionais como Minha Casa Minha Vida, muitas pessoas assumiram este tipo de dívida.

As modalidades de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, empréstimo consignado e cheque pré-datado somam 13,85% das dívidas contraídas pelos universitários.

Os motivos que levaram os jovens a contrair dívidas são diversos. Um dos deles é a facilidade para obtenção de crédito, uma vez que, 23,44% responderam positivamente a este item. A facilidade de acesso ao crédito deixa os jovens deslumbrados e seduzidos pela possibilidade de não precisar adiar as vontades, eles são alvo fácil da mensagem transmitida pela dupla “consumo e crédito”. Esses jovens, segundo Tolotti (2007), nasceram e cresceram absorvidos pela sociedade de consumo.

Cardoso (2007) menciona que na busca pela identificação e aceitação de colegas, os jovens agem impulsivamente comprando itens padronizados para acompanhar o padrão da turma. A manipulação do marketing, com persuasão e sedução utilizadas em larga escala, trabalha com o intuito de interferir nas escolhas dos jovens.

O item falta de planejamento financeiro é o motivo pelo qual 19,53% dos universitários contraíram dívidas. O planejamento financeiro implica na preparação de um orçamento com as receitas e despesas, com objetivos de curto, médio e longo prazo. Já foi apontando anteriormente, na questão de ferramentas para controle de gastos, que 54,79% dos entrevistados não conhecem detalhadamente todos os gastos despendidos. Se não anotam integralmente os gastos, não tem como planejar, estabelecer metas e projetar investimentos.

O motivo propensão ao consumo é responsável pelas dívidas de 15,63% dos pesquisados. Segundo Cardoso (2007) uma pesquisa feita em 24 países dos cinco continentes apontou que os brasileiros são os mais consumistas do mundo. Em muitos casos, a maior dificuldade do jovem está em adiar os desejos e ele acaba comprando mesmo sem ter necessidade.

O motivo aquisição de moto e carro conduziu 17,19% dos entrevistados o endividamento. Este item pesa no orçamento devido ao alto valor das parcelas além de gastos para manutenção do bem. São bens considerados, pelos jovens, como “sonho de consumo”.

Os motivos desemprego, queda na renda, empréstimos efetuados do nome do entrevistado, para amigos e familiares, problemas de saúde e aquisição de imóvel totalizam um percentual de 21,87%.

Os alunos foram questionados sobre a perda da fonte de renda, por quanto tempo eles conseguiriam manter o pagamento dos gastos em dia utilizando apenas as economias (reservas).

O item: não tenho reservas apontou que 40,11% dos alunos não têm recursos financeiros, caso percam sua fonte de renda inesperadamente. Neste caso, não teriam condições de arcar com os gastos.

Entre aqueles que afirmaram ser possível se manterem por um período de 02 a 03 meses com a reserva, temos 24,86% dos jovens. Por apenas 01 mês com a reserva, temos 13,57% ou seja, 24 alunos. Acima de 04 meses, com a economia reservada para imprevistos, perfazem um total de 21,46%. Segundo especialistas, a reserva de emergência ideal deve ser de 6 a 10 meses de renda, pois ela permita a manutenção do padrão de vida da pessoa.

Em relação ao conhecimento financeiro, foram elaboradas alternativas, nas quais o pesquisado deveria marcar quais são as afirmativas corretas em relação ao próprio conhecimento financeiro.

As respostas a e b eram as corretas. Os alunos que acertaram a questão “a” correspondem a 23,79% e a questão “b”, 26,90% dos entrevistados.

O índice de acerto foi baixo em relação ao total pesquisado. A questão “a” está relacionada às informações econômicas e a questão “b” está ligada à Matemática Financeira.

Visando conhecer os dois cursos no que tange à Educação Financeira, foi feito alguns cruzamento de dados.

Os alunos do curso de Direito, que gastam mais do que ganham, chega a 6,21%. O percentual do curso de Administração é um pouco mais baixo, cotando com 4,52% dos pesquisados.

Os graduandos em Administração que gastam igual ao que ganham, perfaz um total de 22,03%. No curso de Direito, o percentual atinge 29,95%, dos alunos que conseguem gastar igual aos ganhos auferidos. Quanto a gastar menos do que ganha, o total de alunos do curso de Administração é de 19,78% e 17,51% dos alunos do curso de Direito conseguem equilibrar os gastos e obter uma reserva.

No que tange ao endividamento, os alunos do Direito são menos endividados que os alunos da Administração, uma vez que eles perfazem um total de 22,03%. Já os alunos do curso de Administração são 29,95% dos pesquisados.

Sem dívidas, os pesquisados que estudam no curso de Direito são 31,64% enquanto aos estudantes de Administração são apenas 16,38%.

Dos alunos que não possuem dívidas 90,59% dependem dos pais sendo um dos motivos pelo não endividamento. Os percentuais por curso e período estão alocados da seguinte forma:

- Curso de Administração ingressantes: 20,78%;
- Curso de Direito ingressantes: 40,26%;
- Curso de Administração concluintes: 12,99%.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa apresentou o levantamento de dados, efetuado por meio de uma pesquisa de campo, cujo objetivo foi verificar a gestão das finanças pessoais e o conhecimento financeiro dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito da UEMG – Frutal, além da apresentação, a partir de uma breve revisão literária, da relevância da Educação Financeira no processo de formação dos jovens universitários.

A análise dos dados, colhidos na pesquisa de campo, demonstrou que os alunos apresentam um déficit de conhecimento financeiro e que a Universidade pouco tem contribuído para a solução dessa carência.

Outro aspecto importante constatado foi o fato de que ao finalizarem os seus respectivos cursos, os universitários, ao atuarem como profissionais passam auferir

renda, e muitos deles passam a auferir uma renda maior. Tornam-se independentes e, conseqüentemente, precisam estar educados financeiramente para poderem exercer a gestão de seus ganhos. A preparação dos universitários, portanto, não pode ser somente para obtenção de êxito nas atividades profissionais, mas também alicerçá-los para obter sucesso nas finanças pessoais.

As leituras demonstraram que um dos hábitos que precisam ser cultivados, pelos cidadãos, é o de poupar parte dos ganhos que não foi consumida. Esta sobra de dinheiro pode ser investida ou guardada para ser utilizada no futuro. A pesquisa deste trabalho apontou que 54,09% dos jovens pesquisados não poupam, isto é, não possuem nenhuma reserva financeira.

Os dados da pesquisa também mostraram que 95,48% dos entrevistados estão interessados no tema. Portanto, ficou comprovada a importância da proposta de oferecer à comunidade universitária, através de ações, informações e orientações no que tange à educação financeira, a fim de proporcionar aos alunos, um espaço em que possa se discutir a construção de um pensamento financeiro consistente visando o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis.

Ao finalizar a pesquisa, constatou-se que as respostas dadas pelos entrevistados e as informações teóricas foram relevantes e deram embasamento para validar a importância de inserção da Educação Financeira na formação dos jovens.

Nesta perspectiva, a propositura deste trabalho foi promover a introdução do tema de educação financeira no nível superior, através das seguintes alternativas:

- a) Inclusão por meio de uma disciplina específica (obrigatória ou eletiva) ou a aplicação dos conteúdos do tema Educação financeira em disciplinas correlatas;
- b) Oportunamente, trabalhar o tema em forma de palestras, cursos ou minicursos em eventos como: semana universitária, *workshops*, seminários e congressos;
- c) Incentivar a inclusão de um curso versando sobre o tema em apreço, como atividades extracurriculares ou como atividade complementar.

O estudo em questão não teve por objetivo concluir ou esgotar o assunto tratado, mas apenas contribuir para demonstrar a relevância e necessidade de oferecer a Educação Financeira no ensino superior. Considerando que a graduação é uma fase muito importante na vida do jovem e mediante a cultura do consumismo, na qual a política do *marketing* tem transformado desejo em necessidade, se não houver um despertar para a gestão das finanças, o futuro de muitos jovens estará comprometido.

A educação financeira como base formativa nos desperta, como educadores, no sentido de educar para a vida, além da sala de aula, pois há que se considerar que o processo formativo do cidadão será de grande valia para a sua vida cotidiana, independente da carreira profissional ou de sua formação básica.

Esta pesquisa não objetivou defender a riqueza ou a obsessão por dinheiro. Visou, apenas, à transferência de conhecimento que, ao ser executado com consciência e disciplina, pode propiciar segurança, tranquilidade e qualidade de vida às pessoas.

A abordagem e a implantação do tema educação financeira no ensino superior não resolverão os problemas encontrados na sociedade no que tange ao consumo e endividamento. Como vivemos num regime capitalista que visa o consumo cada vez maior e tem transformado, com a ajuda do *marketing*, necessidade em desejo, cabe a

cada pessoa uma análise minimamente segura no momento de consumir, endividar, poupar e investir.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF). *Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas*. 2012. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/resultados-da-avaliacao-de-impacto-do-projeto-piloto-de-educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em 08 dez. 2014.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes, SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta de Souza. *Educação Financeira para Brasil sustentável*. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2014.

ARAÚJO, Fernando Conseza; CALIFE, Flavio Estevez. *A história não contada da Educação Financeira no Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2014.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dinheiro no Brasil*. 2ª. Ed. 2004. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Pre/PEF/PORT/publicacoes\\_DinheiroNoBrasil.pdf](http://www.bcb.gov.br/Pre/PEF/PORT/publicacoes_DinheiroNoBrasil.pdf)>. Acesso em 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. “O que é dinheiro?”. In: *Cadernos BC Série educativa*. 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pre/educacao/cadernos/dinheiro.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Cédulas e moedas brasileiras*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/pdrmonet.asp?idpai=CEDMOEBR>>. Acesso em 30 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Mercado de Câmbio*. 2014. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/mercCam.asp#1](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp#1)>. Acesso em 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)*. 2013. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)>. Acesso em 24 nov. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional do Consumidor. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. *Consumo sustentável*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CARDOSO, Marília. *Você sabe lidar com o seu dinheiro?* São Paulo: Artemeios, 2007.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. Organizadoras. *Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer!* 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). *Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2014*. Disponível em:

<<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2014>>. Acesso em 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - agosto 2014*. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-38>>. Acesso em 06 dez 2014.

D'AQUINO, Cássia. *Educação Financeira: como educar seus filhos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

EDUCACIONAL. *O dinheiro no Brasil*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/dinheiro/brasil.asp#>>. Acesso em 27 nov. 2014.

ENEF. *Educação financeira nas escolas*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em 30 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Estratégia Nacional de Educação Financeira* [s.d.]. Disponível em: <[www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf](http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf)>. Acesso em 02 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Quem somos e o que fazemos*. [s.d.] Disponível em: <[http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem\\_somos\\_e\\_o\\_que\\_fazemos.html](http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html)>. Acesso em 02 dez. 2014.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HOJI, Masakazu. *Finanças da família: O caminho para a independência financeira*. 2ª. Ed. São Paulo: Cia. dos Livros. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População brasileira envelhece em ritmo acelerado*. 2008. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1272>>. Acesso em 07 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: Brasil e síntese de indicadores em 2013*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000018883109232014310419410583.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2015.

MAIO JUNIOR, Humberto. "Só quem poupa enriquece". In: *Revista Exame*. São Paulo, v.10, n.1066, p. 127, 2014.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. *A moeda metálica em perspectiva Histórica: Notas em torno de uma exposição - 1a Parte: De cerca de 600 a.C ao Séc. XV d.C*. 2004. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td481.pdf>>. Acesso em 30 set. 2014.

LOPES, João do Carmo. ROSSETTI, José Paschoal. *Economia Monetária*. 6ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. *A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTELLO, Alexandre. *Endividamento das famílias soma 46% da renda em julho, informa BC*. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2014/09/endividamento-das-familias-soma-46-da-renda-em-julho-informa-bc.html>>. Acesso em 03 dez. 2014.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes Martins. *A Formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Brasileiro*. 2013. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/doconline/get.php?id=3746>>. Acesso em 01 fev. 2015.

MARTINS, José Pio. *Educação Financeira ao Alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples*. 1ª. Ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MELLO, R. M. *Gestão Financeira pessoal de funcionários com emprego estável: Funcionários do Banco XS S.A. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

MONTEIRO, Luciana Amorim. *Moeda eletrônica – Conceitos e protocolos de segurança*. 1998. Disponível em: <<http://www.cic.unb.br/~rezende/trabs/e-moeda.htm>>. Acesso em 02 out. 2014.

OCDE. *What we do and how*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/>>. Acesso em 02 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *INEF progress report on Financial Education*. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-Fin-Ed-G20-2014-Progress-Report.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *OECD's Financial Education Project*. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2015.

PRADO, Rosane de Souza. *Educação Financeira no ensino fundamental I*. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2013.

PORTAL BRASIL. *Educação financeira chegará a escolas públicas até 2015*. 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/educacao-financeira-chegara-a-escolas-publicas-ate-2015>>. Acesso em 06 mai.2014.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes, CERETTA, Paulo Sergio. “Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?”. In: *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 12, n.3, p.314-333, 2013.

REVISTA EXAME. 2014. *O consumidor se deu mal*. São Paulo, v.17, n.1073, p. 111.

\_\_\_\_\_. 2014. *As cigarras e as formigas*. São Paulo, v.2, n. 1058, p. 105.

REVISTA VEJA. 2014. *Educação Financeira desafia escolas, aponta OCDE*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/educacao-financeira-desafia-escolas-aponta-ocde>>. Acesso em 02 fev. 2015.

ROBERT, Jozsef. *A origem do Dinheiro*. 2ª. Ed: São Paulo: Global Editora, 1989.

SÁ, Ilydio Pereira de. *A educação matemática crítica e a matemática financeira na formação de professores*. 2012. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Bandeirante de São Paulo, SP.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 2ª. Ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SERASA EXPERIAN. *Jovem é o perfil que menos controla a vida financeira*. 2014. Disponível em: <<http://www.serasaconsumidor.com.br/jovem-e-o-perfil-que-menos-controla-a-vida-financeira/>>. Acesso em 22 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Indicador de Educação Financeira*. 2014. Disponível em: <<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>>. Acesso em 23 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Inadimplência do consumidor fecha 2014 com alta de 6,3%, revela Serasa Experian*. 2015. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-do-consumidor-fecha-2014-com-alta-de-63-revela-serasa-experian/>>. Acesso em 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Inadimplência do primeiro semestre teve alta de 16,4%*. 2015. Disponível em:

<<http://www.serasaconsumidor.com.br/inadimplencia-do-consumidor-fecha-o-primeiro-semester-do-ano-com-alta-de-164-revela-serasa-experian/>>. Acesso em 24 nov. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Eduardo D. *Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SILVA, Jônatas Rodrigues. *Método para a educação financeira: da sensibilização à ação*. São Paulo: All Print Editora, 2012.

SILVA, Mônica Queiroz. *Educação Financeira no Ensino Superior: Estudo com alunos dos cursos de Direito e Administração da UEMG – Frutal*. 2015. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Uberaba, MG.

SPC BRASIL. *Oito em cada dez brasileiros não sabem controlar as próprias despesas mostra estudo do SPC Brasil*. 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticias/340-oitoemcadadezbrasileirosnaosabemcomocontrolaraspropriasdespesasmostraestudodospcbrasil>>. Acesso em 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *52% dos brasileiros fizeram alguma compra por impulso nos últimos três meses, revela SPC Brasil*. 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/397-52dosbrasileirosfizeramalgumacompraporimpulsonosultimostresmesesrevelaspcbrasil>>. Acesso em 07 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Maioria dos brasileiros usa o crédito para realizar compras imediatistas, aponta relatório do SPC Brasil*. 2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/591-maioriadosbrasileirosusaocreditopararealizarcomprasimediatistasapontarelatoriodospcbrasil>> Acesso em 03 fev. 2015.

STERVENSON, William. J. *Estatística Aplicada à Administração*. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1981.

TOLOTTI, Márcia. *As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 4ª. Reimpressão.

TOBIAS, Andreza Maria Neves Manfredini; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Educação Financeira na família: como falar de dinheiro com crianças*. São Paulo: Roca, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos da Economia*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

VIDA E DINHEIRO. *Conceito de educação financeira no Brasil*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>>. Acesso em 02 dez. 2014.

WANNACOTT, Paul; WANNACOTT, Ronald. *Economia*. 2ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

# CONFLITOS NO USO DA LINGUAGEM NA TECNOMEDIAÇÃO: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO, ESPAÇO E CULTURA<sup>113</sup>

Marcelo Pessoa<sup>114</sup>

**RESUMO:** Nosso texto apresenta uma breve revisão de problemas históricos da educação brasileira, alinhando a essa discussão, aspectos filosóficos, políticos, culturais e sociais. Após apresentar uma série de questões sobre a educação brasileira, propomos uma estratégia de ensino no ambiente familiar, contexto a partir do qual possamos nos desviar da trajetória aparentemente histórica de fracasso educacional dos últimos cem anos, estabelecendo metas possíveis de se serem alcançadas a partir da discussão da presença maciça da tecnologia no ambiente educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da educação, educação ambiental, mediação, sociedade, tecnologia.

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas educativas geralmente tendem a fazer parte dos discursos políticos e da pauta de preocupações de primeira ordem de qualquer autoridade pública (particularmente em época de eleições) ou ainda de todo cidadão comum que se apresente à sociedade com o rótulo do “politicamente correto” estampado na face. Isto é, em períodos eleitorais, é bacana falar bem da educação, da segurança, da mobilidade urbana e da saúde pública, e não é bacana falar mal de negros, gays, banqueiros, empreiteiros etc.

A história social e cultural e os bastidores da educação estão verdadeiramente repletos de bons exemplos nesse sentido (de sujeitos inertes, mas, também, de indivíduos reativos e proativos), e há espaço também para aqueles que, como eu, que acreditam que “A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço

<sup>113</sup> O presente texto é uma síntese de dois momentos de uma mesma pesquisa. O primeiro trabalho, intitulado à época “Educação, Meio Ambiente e Cultura”, foi apresentado como resumo no “IX Congresso de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável” da VIII Convenção Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Havana, Cuba, de 08 a 12 de julho de 2013. O segundo trabalho, derivado do desenvolvimento das pesquisas iniciadas no primeiro texto, foi apresentado como resumo no 62º Seminário do GEL, em julho de 2014, intitulado “CONFLITOS NO USO DA LINGUAGEM E DO DISCURSO NA TECNOMEDIAÇÃO”, donde, finalmente, chegamos ao formato de artigo completo em 2014, publicado, agora, em 2016.

<sup>114</sup> Doutor em Letras pela UEL (2010), com pós-doutorado em divulgação científica pela USP (2012), Departamento de Zoologia. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Direito, Geografia, Administração e Sistemas de Informação. Contato: [mpmarcelopessoa@yahoo.com.br](mailto:mpmarcelopessoa@yahoo.com.br).

essencialmente público a que o Estado é chamado realizar com a cooperação de todas as instituições sociais” (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. In: PILETTI & PILETTI, 2002a, p. 213). Em suma, faço parte do rol dos que ainda acreditam na educação como emancipadora de consciência, e não como reprodutora cataléptica de postulados.

A Escola, sob o ponto de vista de um marxismo tardio (que enxerga a Escola como principal ingrediente emancipador do homem) é uma destas instituições que, ao lado de outras como a Família, a Igreja, o Exército, o Estado, atraem para si a responsabilidade de gerir os protocolos da boa intenção individual e coletiva quanto aos rumos da sociedade como um todo.

Mas, como o foco de meu ataque é a academia, perguntamo-nos muito sobre ela, a Universidade: o que e como, de fato, a Escola Superior faz para ensinar determinados conteúdos? O que realmente podemos informar aos indivíduos bem intencionados de nossa sociedade quanto ao *status quo* da ensinância superior no Brasil, após quase um século de história de ensino universitário brasileiro<sup>115</sup>. O que podemos dizer sobre as práticas educativas reais que acontecem nas salas de aula? Será que o Estado atendeu ou decepcionou ao cidadão quanto ao atendimento das demandas postas em pauta pelos “pioneiros” do escolanovismo dispostas em seu manifesto de 1932? A nossa sociedade, enfim, conseguiu ou está apta para atingir quaisquer das metas educacionais expressas nos moldes do que se relata pela UNESCO, a seguir?

Aumentar o acesso tornou-se uma prioridade para a maioria dos Estados Membros e as crescentes taxas de participação na educação superior são uma tendência global ainda maior. Porém, grandes disparidades ainda persistem e constituem uma fonte maior de desigualdade. Governos e instituições devem estimular o acesso, a participação e o sucesso das mulheres em níveis de educação. Em acesso crescente, o ensino superior deve buscar as metas de igualdade, relevância e qualidade, simultaneamente. Igualdade não é simplesmente uma questão de acesso – o objetivo deve ser a participação e a conclusão efetiva, enquanto o estudante recebe um auxílio. Este auxílio deve incluir suporte financeiro e educacional adequados para aqueles que vivem em comunidades pobres e/ou marginalizadas (UNESCO, 2009, p. 247).

Não desconhecemos os esforços governamentais no estabelecimento de ações afirmativas para promover o incremento ao acesso e a fixação do discente na

<sup>115</sup> O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930. Com a criação das primeiras universidades, superou-se a fase das escolas superiores isoladas, de caráter marcadamente profissional. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, tornou-se possível graças aos Estatutos das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 14 de abril de 1931). Atendia-se, dessa forma, às reivindicações dos educadores que, principalmente a partir da década anterior, vinham insistindo na necessidade de se instituir o ensino universitário (PILETTI & PILETTI, 2002a, p. 211).

Universidade. A Lei de Cotas, o Reuni, o Prouni, o FIES são exemplos dessas ações. Contudo, nosso pensar e nosso falar por aqui, portanto, não é o de questionar os vícios ou as virtudes do sistema ou a contundência evidente das estatísticas de evasão ou de retenção no ensino superior, mas dizer que, apesar disso tudo:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico-culturais de cada país (VELOSO, 2000, p. 14).

Em 2001 (dados do IBGE, computados entre 2001 e 2009), tivemos 15 milhões de estudantes ingressantes no ensino superior, o que não quer dizer muito, se vemos que entre 2001 e 2009, houve uma escalada de evasão ou de retenção de discentes que não se formam nesta mesma faixa de ensino, na média de 40% ou 50%.

Indiscutivelmente os números que medem o contingente de ingressantes no sistema elevam nosso IDH (índice de desenvolvimento humano) e também transformam o nosso povo predominantemente semiletrado em intelectuais esplêndidos. Após quatro anos morando nos Estados Unidos, o outrora unânime e hoje controverso Monteiro Lobato, escreveu, em 1927, sobre a possibilidade de voltar a viver no Brasil:

Eu, por mim, não sairia mais daqui, porque o Brasil torna-se grotesco visto de longe. Infelizmente, a família é um cordão umbilical que me prende a essa cataplasma. Só agora meço em extensão o atraso, e a estupidez maior ainda, da nossa gente. Somos África pura (Monteiro Lobato. In: SODRÉ & PAIVA, 2002, p. 15).

Igualmente, nem de longe vamos tocar no delicado assunto da valorização econômica do profissional da educação, já que no ano de 2012 assistimos uma das maiores paralisações da história do funcionalismo público federal e também dos profissionais do ensino público superior no país, protagonizada em massa pelas universidades federais e por algumas instituições estaduais isoladas:

No caso dos professores, inicialmente, nos tempos da educação jesuítica (período colonial), eles eram valorizados como trabalhadores intelectuais, na medida em que detinham todo o saber sistematizado veiculado na Colônia. Após a expulsão dos jesuítas do país, em 1759, surge, em 1772, uma “política de oferta direta da instrução gratuita através de professores

assalariados” (MONLEVADE, 2001, p. 23) <sup>116</sup>: os professores das “aulas régias” ou professores de disciplinas específicas, improvisados e mal pagos. Tem-se, assim, uma desvalorização do trabalho docente: de trabalhadores intelectuais, esses “profissionais” passam à condição de intelectuais trabalhadores, que recebem um “salário” (precário) pago pelo seu trabalho (MEC, 2006, p. 17).

Não tocaremos em tais assuntos, não por que não sejam relevantes, mas por que estas são, ou pelo menos deveriam ser, questões *sine qua non* para o exercício docente e jamais deveriam sequer aparecer como “problema” numa pauta de discussão tão desprezível como a que realizo aqui.

Vamos, por hora, apenas propor horizontes para refletirmos sobre a transmissão de conteúdos, a natureza desta ou daquela disciplina. Enfim, não iremos, a partir deste texto, restaurar nada e nem descascar feridas ou reabrir cicatrizes. Apenas faremos sugestões e, quando muito, poucas considerações modestas sobre a área da Educação.

## 2. Desenvolvimento: contexto e fundamentos do problema

A problematização educacional e, conseqüentemente, das informações sobre o assunto, é mais que uma preocupação social, política, filosófica, é uma questão ainda de formação, de base, e se constitui, sobretudo, num tipo de estratégia de transmissão de conhecimentos.

Na “pré-história” de uma disciplina transversal em muitos currículos, por exemplo, como é o caso da disciplina de Educação Ambiental, vê-se que a ciência geral total sobre o assunto começa com as observações da natureza, abordada sob estes dois extremos (suas especificidades e suas generalidades) e, depois é que se parte para o estudo da presença e da intervenção do homem no meio ambiente:

Especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, os historiadores vêm contribuindo para a compreensão dos dilemas ambientais que o mundo contemporâneo enfrenta. Essa contribuição específica da história recebe, muitas vezes, o nome de *história ambiental*. Consolidada nos Estados Unidos e na Europa, a história ambiental ainda está mal instalada no Brasil, já que não adquiriu, até agora, maior legitimidade entre historiadores e cientistas sociais. Talvez algumas disciplinas julguem existir questões mais urgentes, como as do desenvolvimento econômico, da extrema desigualdade social, dos revezes da democratização (MARTINS, 2008, p. 69-70).

Por isso, lembro que contemporaneamente, iniciou-se uma convergência de esforços sobre o assunto, a partir da publicação da obra *Primavera Silenciosa* (1962),

<sup>116</sup> A referência à qual o texto alude é: MONLEVADE, João. 13 lições sobre fazer-se educador no Brasil. Brasília: Idea Editora, 2001 (In: MEC, 2006).

de Rachel Carson, e da realização da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, na cidade de Estocolmo (Suécia), em 1972. De lá para cá, vimos que não foi mais possível se falar sobre o papel do homem sem considerá-lo um ente à parte do meio ambiente, e o inverso também é verdadeiro:

Segundo Georges Gusdorf (1970), a história natural constitui uma nova aliança entre o homem e a natureza, um novo contrato de permanência do homem no mundo. Na verdade, o homem não está ausente da história natural; antes, tem seu lugar na “grande cadeia dos seres”. Se ele reina no topo da ordem natural, o homem faz parte dela, dado que, conforme Linné, na décima edição do *Systema Naturae* (1758-1759), “ele é um animal mamífero”, pertencente à ordem dos primatas. De acordo com a tradição cristã, a natureza é feita para o uso do homem. Mas este, que é a única criatura capaz de venerar Deus, também deve ser o mantenedor das proporções instituídas por aquele que Linné chama de “o Supremo moderador” (VIVIEN, 2011, p. 37).

Compreender *in loco* o que e o como que o sujeito social age no meio ambiente pode ajudar a perceber como o sujeito histórico atua na realidade, uma vez que ambos (sujeitos social e histórico) tendem a ver a natureza como um “outro”, um ser à parte, e não como meio em que todos vivem mantendo uma relação de interdependência.

Nesse sentido, acredito muito no que nos ensina o filósofo Mário Sergio Cortella. Diz-nos ele, mais ou menos nestes termos: “mais do que nos preocuparmos com o mundo que nós vamos deixar para os nossos filhos, precisamos nos precaver é quanto aos filhos que nós deixaremos para o mundo”.

E essa preocupação se legitima, pois, numa observação da recente história da educação, vê-se nela certo desajuste em sua função emancipadora, devido à predominância de uma ideia de educação reprodutora. Isto é, o aporte educativo disponibilizado ao consumidor final parece sempre estar contaminado pela semântica da alienação, uma vez que eivado de expressões-clichê e de irrelevâncias conceituais que parasitam ao seu redor, sugando de si sua essência transformadora.

Sob o rótulo de uma distribuição em massa de informações, se pratica, então, uma modalidade de educação adjetivada de “tecnológica”, a qual, por vício de origem, já nasceria contaminada de palavras e de abordagens fadadas ao fracasso. Estas abordagens ou expressões são visíveis em frases como “ensino a distância”, ou “estudo quando, onde e como puder”, ou “seja você mesmo o responsável pela evolução e aquisição do conhecimento” e assim por diante.

Por isso é que na atualidade, pensamentos como o da precarização do trabalho docente, do reposicionamento discente, da participação da família na Escola etc., e da força econômica do segmento educacional, são temas que ganham espaço na mídia e caem no gosto popular, ainda que poucos sejam aqueles que dentre o povo entendam desse assunto ou realmente se dediquem de fato a “estudar”, já que muitos são os alunos, mas poucos são os estudantes.

Nesse cenário, sem incorrer em reducionismos, sabemos pela observação empírica, que práticas de educação em qualquer disciplina conduzidas por esses vieses, normalmente se perdem no território do politicamente correto e, finalmente, caem no esquecimento e dormem sossegadas embaladas pelos *jingles* das sedutoras e entorpecentes propagandas eleitorais.

Por mais bem intencionadas que sejam as propostas educativas formuladas e motivadas a partir de tais premissas, o desajuste entre ideal e real na área da Educação ainda persiste, uma vez que é praticamente inevitável o confronto delas com questões relacionadas à eficiência aplicada e análise dos resultados objetivos. Como se nota, por exemplo, na questão ambiental, fala-se sempre que o planeta está cada vez mais “precisando ser salvo”, mas do quê exatamente? Talvez, da falta de autodeterminação do ser humano em mudar a si próprio:

Desde o século XVI, a natureza é comercializada como uma mercadoria das mais lucrativas. Vender e comprar a natureza. Qual é o preço da vida? A cultura do consumo fabricou valores comerciais compatíveis com o desenvolvimento de mercados internacionais. Muito se ganhou, mas nada em comparação com as perdas culturais e ambientais. Muito do que se conhece, do que se procura compreender e combater na contemporaneidade, é decorrência e extensão dos movimentos mercantis do passado (BARCELLOS, 2008, p. 109).

Todas estas ponderações podem dar origem a soluções igualmente válidas à problemática educacional, à questão socioambiental, especialmente em se tratando de educação infantil, em sentido lato, ou de educação ou de informação para adultos, em sentido *stricto*. Desse modo, atrevemo-nos a lançar na sequência uma sugestão revisionista, ainda que as questões-problema da educação e de seu entorno coligadas sejam significativas e muito atraentes, nosso *paper* trata, em última análise, de fatos relativos ao território da **mediação** no ensino e, especificamente, sobre o modo de transmissão de conteúdos em ambientes tradicionais de ensino e dos mais tecnológicos.

### 3. Transmissão de conteúdos: perspectivas e sugestões

Para dinamizarmos o foco de nosso breve debate neste fórum sobre conteúdos e os seus modos de transmissão, podemos estabelecer dois *fronts* básicos que são aparentemente paradoxais no processo de ensino-aprendizagem.

De um lado de nossa exposição do processo de ensinar e aprender vê-se que a Escola trabalha seus conteúdos, ou pelo menos deveria trabalhar sob a ótica de uma Escola emancipadora, com o propósito de formar cidadãos críticos e transformadores para a sociedade:

Uma das maiores preocupações dos educadores é, sem dúvida, o desenvolvimento intelectual dos alunos, visando à autonomia de pensamento, à facilidade de elaboração e expressão de ideias e à formação

do pensamento crítico. Mas, a escola, não tem tido muito êxito neste aspecto e, sem dúvida, isto se deve, em grande parte, à maneira: como o processo ensino-aprendizagem é conduzido (VALENTE, 2007, p. 263).

E, de outro lado, que a assim denominada “academia”, por alguma razão, fracassa em seus propósitos basilares, já que movimenta suas ferramentas do conhecimento no sentido de construir um tipo de sujeito, ao invés de sábio, cada vez mais “adestrado” e apto a se conformar com o *establishment*, com o *status quo* e com todas as demais categorias socioculturais do gênero cooptação em tais contextos cabíveis.

A razão de isso ser assim supomos que resida tanto em fatores pontuais, como a episódios de certo desinteresse do estudante pelo aprendizado (“É muito pouco provável a ocorrência de aprendizagem quando o aluno não tem interesse em aprender”, VALENTE, 2007, p. 281), quanto em fatores conjunturais, como as intervenções desastrosas do Estado no contexto da educação:

A reforma de 68, a partir da pressão dos movimentos estudantis e de professores, sob a tutela do Estado, mas que não contou com a presença de seus elementos mais críticos e criativos que haviam sido afastados pelo regime militar, levou à intensa centralização, estabeleceu mecanismos de controle burocráticos, excluindo os docentes dos centros de decisão, levando-os a perder a visão de conjunto da instituição e reforçando o isolamento das unidades acadêmicas (SARMENTO, 1991; MORAES, 1999, In: PEREIRA, 2003, p. 30).

Essa macroestrutura é idealizada, perniciosa e de dupla dissociação do ensino em relação aos seus gestores e de dissociação do ensino com a tomada de consciência sociocultural. Assim, atingiu em certos momentos, picos de intensidade tão elevados que, em alguns teóricos do sistema educacional, chegou-se mesmo a propor uma desescolarização, isto é, um fim da escola face à distância da realidade que dentro dela se constrói:

A teoria da desescolarização constituiu uma posição extremista e até reacionária em relação à escola. Seu principal representante, o já falecido Ivan Illich, foi por muitos anos Vice-reitor da Universidade Católica de Ponce, Porto Rico, e fundador do Centro de Estudos sobre educação em Cuernavaca (México), em 1963. Seus trabalhos foram amplamente lidos na América Latina, especialmente na década de setenta. Em sua obra mais importante, *Uma Sociedade sem Escolas* (1973), I. Illich passa a engrossar o mar de acusações à escola oficial, e sua proposta teve resultados interessantes para aqueles que desejavam desmistificar o discurso oficial dos intelectuais orgânicos do Estado capitalista (PUENTES, 2004, p. 48).

Difícil sabermos em qual dos dois polos nos encontramos (formamos cidadãos críticos ou alienados? – talvez assim se perguntasse Foucault ao ler esta

nossa exposição). O sistema de ensino superior está contaminado de uma produtividade praticamente fordista. Alunos saem hoje das universidades como se estivessem numa linha de montagem. Professores não atuam como seres humanos autônomos, mas como gerentes e braços alongados do “dono”, isto é, são hoje não mais que capatazes brandindo seu chicote acadêmico, vociferando a hegemonia de um conhecimento que se reconhece falido ao se legitimar pelo uso das próprias irrisões que contesta.

Nosso aparato educacional hoje em operação não faz muito mais do que adestrar nossos estudantes. Devidamente adestrados pela ditadura quantitativa da produção científica, nós, os professores, impedidos ou sem tempo para pensar, adestramos nossos jovens para “passarem de ano”, enquanto isso, num nível acima, os adestramos para “passarem no vestibular” e, num rigor de crueldade do processo, uma vez na universidade, os adestramos “para obterem êxito no ENADE” e demais exames de proficiência profissional “OAB, CREA, CREF etc.” e, finalmente, “para se saírem bem no mercado de trabalho” e, inevitavelmente, este contexto tem encontro marcado com o pensamento de Michel Foucault, quando este nos diz que a Educação contemporânea é uma espécie de ópio de nossa civilização.

#### 4. Discussões

Após estes primeiros alinhavos, numa visão panorâmica hipotética sobre a Educação, podemos estratificar basicamente dois níveis de preocupação quanto à reprodução e a emancipação.

O primeiro é o nível **conservacionista**. Nesse patamar se requer dos agentes socioculturais uma atitude passiva diante das condições e fenômenos naturais presentes no sistema educativo, aos quais voluntária ou involuntariamente o sujeito se expõe.

Nesse nível praticamente não se exige do sujeito social e histórico qualquer atitude que viabilize uma convivência harmônica com o sistema e seus recursos. O homem, sob a batuta de uma orientação educacional conservacionista, para não repetirmos trechos de nossa fala anterior e dizermos que se torna um “adestrado educacional”, diremos que se torna um alienado. Assim, ele é praticamente um “síndico de massa falida” ou, nos termos jurídicos mais atualizados sobre este assunto, um “administrador judicial”<sup>117</sup>.

Isto é, é alienado na medida em que ele tem a posse do bem (o conteúdo), mas não a propriedade. Noutros termos, ele, apesar de não ser o “dono do conhecimento” deve agir responsabilmente na guarda dos conteúdos com os quais interage, ainda que não possa ou não queira atuar de modo a modificá-lo (positiva ou negativamente).

---

<sup>117</sup> Estas terminologias jurídicas e suas respectivas funcionalidades estão previstas e descritas, de um lado, no antigo Decreto 7661/45 – Síndico de Massa Falida, revistas pela Lei 11.101/05 – Administrador Judicial.

Valendo-nos de outra figura do meio jurídico, lembramos que esse “administrador educacional” não pode ser confundido com a figura jurídica do fiel depositário, uma vez que este último, normalmente, em condições reais de falência empresarial, é o próprio falido. Ou seja, numa prática conservacionista de “administração / conscientização educacional” a nossa mente tende a acreditar que nós não somos o sujeito social educacionalmente “falido” – já que somos apenas os administradores do problema e não os fiéis depositários. Por isso, temos a convicção de que o ônus desse tributo deve recair sempre sobre “outro” sujeito social que não aquele que o administra.

Este “gestor de consciência educacional” que nós estamos aprendendo a ser a partir do tipo de Educação que temos predominantemente acesso, por sua vez, pensa, assim, serem sempre “os outros” os culpados pelos descasos praticados no setor.

No meio jurídico, no rol de compreensão das figuras do “administrador judicial” e do “fiel depositário” é assim mesmo que funciona também. O administrador judicial nunca pode ser a mesma pessoa que o falido – há um impedimento legal para isso –, e, numa visão de um terceiro participante, este “gestor de consciência educacional” nunca coloca a si próprio como parte do problema.

Talvez, no nível do discurso, isso aconteça, mas, na prática, parece faltar algo para que se passe do discurso à realização. Consequentemente, este sujeito social que deveria ser a chave para a solução da questão, agrava ainda mais a situação, uma vez que vive alienado de sua própria condição.

O resultado disso, é que, se aprendemos a pensar a Educação partindo de uma ótica assim terceirizada, que nos ensina que o educacionalmente falido sempre será o “outro”, provavelmente Sergio Cortella tenha razão e, parafraseando-o, perguntamo-nos: que ensinamentos sobre cidadania emancipatória estamos repassando para os nossos alunos?

O segundo nível da conscientização educacional é o da **conformidade**. A sociedade, mais especialmente, a tecnologia por ela produzida, se conforma, isto é, se adéqua ao meio, não necessariamente aceitando passivamente as condições do sistema como no primeiro nível, mas buscando tirar das circunstâncias educacionais o melhor resultado possível.

De pronto, vemos que esta postura, a da conformidade, já difere da maneira conservacionista. Na mesma linha da alegoria jurídica anteriormente empregada, observa-se que o sujeito social que atuar no território do ensino-aprendizagem no nível da conformidade, sairá da esfera passiva em que transita aquela, a da consciência do “administrador educacional”, e se deslocará para o território do “fiel depositário” educacional<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> Carlos Henrique Bezerra Leite (2006, p. 851), aponta algumas características e o principal objetivo do depósito dentro do processo: “O objetivo do depósito reside na manutenção e na conservação dos bens penhorados, de modo que propicie a plena realização da finalidade do processo de execução. O depositário pode ser público ou particular. Em ambos os casos será sempre um auxiliar da justiça, exercendo, pois, função de caráter público. Embora não haja vedação legal, não é recomendável que a nomeação de depositário recaia em empregado do

Ele passa a se preocupar com a manutenção e conservação do patrimônio sob sua tutela. Insere em sua pauta comportamental a necessidade de se desenvolver estratégias de convivência harmônica com os outros integrantes do sistema.

Taticamente, esse projeto de Educação se alinharia ao perfil de ensino necessário para realizarmos a revisão de nosso maior produto social e cultural – o Homem. Isto é, estaríamos cuidando, assim, de melhorar a qualidade dos filhos que nós estamos deixando para este mundo. Mas, para se conseguirmos avanços efetivos nessa área, teríamos de promover um tipo de Educação personalizada?

#### 4.1. Uma escola da conformidade ou escola da mediação?

Para sairmos de uma prática conservacionista e entrarmos numa prática de conformidade, seria necessário que se criassem grupos de educadores que atuassem como os “médicos de família” do passado. Ou seja, haveria, para um grupo de 20 famílias, por exemplo, um ou dois educadores (pagos pelo Estado ou pela iniciativa privada, não importa, por hora) responsáveis pela orientação, pela construção do sujeito histórico, que seriam responsáveis pela desalienação sociocultural de todos naquelas casas em que visitasse.

Essa prática, exercida por meio de visitas semanais durante todo o ano letivo permitiria que se recuperasse dos armazéns do inconsciente coletivo aquela atividade de educação outrora enobrecedora do educador e do educando, promovendo-se o que Nelson Valente (2007, p. 263), mais atrás em nosso texto, nos disse como sendo verdadeiramente o real papel do professor: “o desenvolvimento intelectual dos alunos, visando à autonomia de pensamento, à facilidade de elaboração e expressão de ideias e à formação do pensamento crítico”, ou ainda ele próprio salienta sobre os pilares da *paidea* da antiguidade grega:

A Grécia Clássica pode ser considerada o berço da pedagogia. A palavra *paidagogos* significa aquele que conduz a criança, no caso, o escravo que acompanha a criança à escola. Com o tempo, o sentido se amplia para designar toda a teoria da educação. De modo geral, a educação grega está constantemente centrada na formação integral – corpo e espírito – mesmo que, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo esportivo ora para o debate intelectual, conforme a época e lugar (VALENTE, 2007, p. 159).

Esse educador de família acompanharia os pais, não só, mas, especialmente os filhos que nascessem num certo lar. Veria o crescimento dessas crianças,

---

executado, mormente quando este for ocupante de cargo ou função hierarquicamente inferior na empresa, tendo em vista a sua condição de vulnerabilidade perante o empregado”, texto disponível em [http://www.lfg.com.br/public\\_html/article.php?story=201110725162855988&mode=print](http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=201110725162855988&mode=print), acesso em 23/08/2012, às 15h40min.

orientando, indicando melhores condutas sociais, auxiliando na composição da pauta cultural, seria quase um tutor.

Conseguimos, de certo modo, até imaginar o quanto isso também não contribuiria para uma revalorização social e cultural dos professores envolvidos numa prática educativa assim constituída.

Ensinar no nível da conformidade, portanto, não é o mesmo que ensinar para ser conformado. Conformidade é o desenvolvimento de saberes para a adequação, conformismo é a aceitação da cooptação e do treinamento contínuo e massivo para a sujeição passiva aos processos socioculturais.

Qual o resultado de tudo isso? Óbvio! Interromperíamos a reprodução incessante de sujeitos sociais domesticados e sujeitos históricos alienados.

Como esperar, portanto, que alienados domésticos passem, de repente, a se preocupar com questões muito abstratas, como, por exemplo, a ideia de uma obra de arte, do cinema como metáfora social, ou a de que o mundo pode colapsar e a natureza, nalgum tempo futuro, poderá repentinamente se rebelar contra todos nós?

## **5. Como concluir algo que não tem fim?**

Se considerarmos que dentro do conceito de aprendizagem, um de seus princípios fundadores é o de que a aprendizagem efetivamente só acontece quando se expõe o indivíduo ao conhecimento, teremos o grau máximo de eficácia das estratégias de educação num nível de conformidade quando conseguirmos aproximar ilimitadamente o educando daquele tipo de conteúdo que se deseja que ele deva dominar.

Assim, a exemplo contrário disso, é o que ocorre hoje com a internet. Esta que, talvez, seja a principal das TICs (tecnologias de informação e comunicação), certamente é o veículo por meio do qual as redes sociais e os sites de busca de conteúdos predominantemente se desenvolvem, sedimentando paulatinamente uma crença coletiva de que as TICs, então, constituem-se numa realidade tão inevitável quanto imprescindível à produção e à difusão do conhecimento.

Contudo, ao aceitarmos esse contexto como território de exercício da unanimidade em torno da relevância incontestada das TICs, indiretamente hasteamos uma bandeira sociocultural que legitima o uso cada vez mais frequente e indiscriminado destas mesmas TICs nos mais diversos setores da sociedade (segurança, saúde, trocas comerciais, reprodução de bens culturais como a linguagem, relações diplomáticas, e, por conseguinte, a educação), condição esta que passou a oferecer aos cientistas da tecnologia, da sociedade e, especialmente, dos usos e suportes da linguagem e da educação, novos horizontes de pesquisa.

Para entendermos esta dinâmica na Educação, teremos de recombina o DNA da “velha” Educação com o da “nova” Educação. Retirar desta ou daquela modalidade lentamente os genes da prática conservacionista e inserir, paulatinamente, os fragmentos da educação nos moldes da conformidade, escola por escola, governo por governo.

Ensinar a pensar é sempre mais difícil? Sim. Mas, essa não seria mais uma expressão-clichê que mora ao lado daquelas que repudiamos no início de nosso texto? Também é. Portanto, saiamos igualmente das amarras dessas palavras, e imaginemos que mais difícil ainda talvez seja “pensar para ensinar”.

Pensar o processo histórico de ensino-aprendizagem é sempre importante. Mas, refletir e propor novas possibilidades e abordagens talvez nos apresente novos caminhos a seguir sobre a Educação, sobre o meio ambiente, sobre nossa gente, enfim, e que não seja o de tom pejorativo relacionado à “África pura”, como nos houvera sugerido Monteiro Lobato.

Em nosso caso, repensar a Educação sob a ótica de terminologias jurídicas ou de velhas práticas educacionais como a da *Paideia* é o foco onde reside nossa parcela de contribuição para um tipo de desenvolvimento humano que se entenda ético e socialmente transformador.

A educação familiar, finalmente, não é e nem tem a pretensão de ser a “salvação da Pátria munida de giz nas mãos”: ela é, além disso, o que desejaríamos que fosse a própria Educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Gilsa Helena. A Crise Ambiental e a Mercantilização da Natureza. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Saberes Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 109-123.

MARTINS, Marcos Lobato. História e Meio Ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Saberes Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 65-77.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - *Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação*. Brasília – DF, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%208.pdf>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2010 – Resumo Técnico*. Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf).

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. Determinantes da evasão de alunos e os *custos ocultos para as instituições de ensino superior*: uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense. UFSC: Florianópolis, 2003 (tese de doutorado).

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. *Filosofia e História da Educação*. São Paulo: Ática, 2002a.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2002b.

PUENTES, Roberto Valdés. *Os Estudos da Teorias Educativas na América Latina*. São Paulo: UNIFEOB, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido – transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. *O Império do Grotresco*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

UNESCO. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior*. Paris, França, 08 de julho de 2009.

VALENTE, Nelson. *Não Adapte. Adote*. São Paulo: Intermedial, 2007.

VELOSO, Thereza Cristina M. A. A Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 – Um processo de Exclusão. UFMT: Cuiabá, 2000 (dissertação de mestrado). In: PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense*. UFSC: Florianópolis, 2003 (tese de doutorado).

VIVIEN, Franck-Dominique. *Eco – nomia e logia*. São Paulo: SENAC, 2011.

## O PROFISSIONAL DE COACHING E SEU DIA A DIA NAS ORGANIZAÇÕES

SILVA, Danilton Carlos da<sup>119</sup>

SILVA, Jussara Goulart da<sup>120</sup>

**RESUMO:** A competição entre as organizações e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca mais inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades e com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é chamada de *coaching*. A utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*. Entende-se que a pesquisa seja importante devido ao foco ser de desenvolvimento e aprimoramento de pessoal de decisão. Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder a pergunta por meio de investigação com dois *coaches* de empresas e localidades distintas, sendo um Caxias do Sul e o outro de Florianópolis. Os entrevistados relataram bem a temática em torno do *coaching* atual, foi observando a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as competências organizacionais da empresa se viabilizem. Diante destas observações, a ferramenta estratégica *coaching* recebe dentro das organizações uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais arrojados desencadeia um numero significativo de pessoas que correm atrás de formações cada vez mais específicas para se lançarem e possuírem um diferencial no momento das entrevistas. Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre *coach* e cliente para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o *coach* não tem onde apoiar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estão amarrados, e sim deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

**PALAVRAS-CHAVES:** *Coach*, *Coaching*, Liderança.

### INTRODUÇÃO

Numa diversidade de competição entre as organizações e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca mais

<sup>119</sup>Especialista em Gestão de Recursos Humanos - Universidade Estadual de Londrina - UEL - Londrina/Paraná  
Docente do Curso de Administração da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Unidade Frutal/  
Minas Gerais. Contato: [daniltoncarlos@gmail.com](mailto:daniltoncarlos@gmail.com).

<sup>120</sup>Doutoranda em Administração – UNINOVE – São Paulo/São Paulo. Docente do Curso de Administração da  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Câmpus Pontal Ituiutaba/ Minas Gerais. Contato:  
[jussaragoulart@pontal.ufu.br](mailto:jussaragoulart@pontal.ufu.br).

inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades que fazem a diferença, se tornando uma vantagem competitiva dentre as demais.

Para que as organizações desenvolvam pessoas com uma liderança forte, que transcreva eficiência e eficácia, com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é chamada de *coaching*.

Segundo a ICF (Internacional *Coaching* Federation), o conceito mais apropriado para *coaching* é o de ser “uma parceria continuada que estimula e apoia o cliente a produzir resultados gratificantes em sua vida pessoal e profissional”. Este processo irá aprofundar e expandir a capacidade do indivíduo de aprender e de se aperfeiçoar, elevando sua qualidade de vida.

Com esta parceria continuada entre a organização e o indivíduo, ambos passaram a possuir disciplinas voltadas para a área comportamental, condição fundamental para comunicação, saber se comunicar com os subordinados, compreendendo melhor seus problemas e dificuldade pessoais e profissionais, é como se entende hoje como gestão com pessoas.

Diante deste aspecto, ressalta-se que o profissional *coach* tem uma responsabilidade muito grande no desenvolvimento humano, sendo a chave para o sucesso e as realizações pessoais e profissionais. Neste estudo, o objetivo central é de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*.

## 1. A CONTEMPORANEIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS

Neste tópico, apresentamos parte do referencial teórico, o qual, já se sabe, tem como objetivo principal nortear a fundamentação utilizada para o desenvolvimento do trabalho por meio de sínteses da literatura relacionada com o eixo dos diversos aspectos do problema discutido pelos autores.

Assim, vê-se que atualmente a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto das mudanças e o intenso movimento por qualidade e produtividade, fez com que as organizações repensassem o modelo de construir seu diferencial mercadológico sustentado apenas nas pessoas. Por sua vez, estas pessoas estariam mais bem preparadas para realizar suas funções, com mais eficiência e eficácia, entregando assim um melhor resultado para si próprias e também para a organização.

Dentro de uma prática corrente de competitividade organizacional e de disputa por pessoas mais qualificadas e preparadas para o mercado de trabalho, a administração de recursos humanos, segundo Milkovich e Boudreau (2006), colabora para a compreensão de uma série de tomadas de decisões, desde que integradas, formando-se, assim, as relações de trabalho, num contexto em que sua qualidade influenciaria diretamente a capacidade da organização e de seus empregados em atingir seus objetivos.

Para que ambos os atores deste processo atinjam seus objetivos (organização x pessoas), Chiavenato (1999) afirma que seria preciso entender que são as pessoas que produzem, vendem, servem clientes, tomam decisões, lideram, motivam, comunicam, supervisionam, gerenciam e dirigem os

negócios. Dirigem, inclusive, outras pessoas, pois não pode haver organizações sem pessoas.

No final do século XX, surge a expressão “Gestão de Pessoas”, a qual, segundo Queiroz (2005), vem se popularizando a partir de outras estruturas similares, tais como “Gestão de Talentos”, “Gestão de Parceiros” e “Gestão do Capital Humano”.

Queiroz (2005) diz que a gestão de pessoas, particularmente, é uma função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos, tanto organizacionais quanto individuais. Paralelamente, temos que a gestão de pessoas, conforme Chiavenato (1999): “[...] é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos [...]”.

Igualmente, Gil (2001) complementa a ideia, dizendo que “a área de Gestão de Pessoas detém muitos dos elementos requeridos para que a organização seja competitiva, já que ela permite controlar custos, melhorar os níveis de qualidade e criar distintas capacidades”, pensamento este que, de certo modo, se encontra com o de Lacombe e Tonelli (2001), quando mencionam que “a gestão de Recursos Humanos está passando por grandes transformações, em função da necessidade das empresas de incrementar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência dos mercados globalizados”.

O que se expõe acima, em suma, é que tais autores ressaltam a passagem do conceito de “gestão **de** pessoas” para o de “gestão **com** pessoas”.

Neste novo cenário, o principal objetivo da gestão de pessoas, segundo Cogo (2006) é o de “retirar delas, através do retorno, todo o investimento alocado para melhorar a competitividade da empresa diante do mercado”.

Os desafios a serem enfrentados, tanto dentro das organizações quanto para as pessoas, diante das mudanças que o mercado vem exigindo, é o de que as funções da gestão de pessoas sofreram e sofrem alterações também no decorrer do tempo. As organizações, por sua vez, tendo o conhecimento de que as pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas, dependendo da maneira como elas são tratadas é que norteia parte do processo. Isto é, elas podem ser a fonte do sucesso como podem ser a fonte dos problemas, sendo que caberia à função da gestão de pessoas a prerrogativa em lidar com esta situação.

Neste sentido, então, o principal papel dos recursos humanos ou da gestão de pessoas, para Maximiano (2004), é o “de encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita”. Isso envolve atividades que começam antes de uma pessoa ser contratada pela organização e vão até depois que a pessoa se desliga da companhia.

Para Chiavenato (2004), a gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas: empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer denominação utilizada para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Gil (2001) afirma que gestão de pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas

organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

Consequentemente, pode-se acreditar, segundo o pensamento de Witt (2009), que a maioria das empresas bem sucedidas são aquelas que administram bem o seu capital humano, cujo talento para obter e sustentar as vantagens competitivas está centrado nas pessoas que compõem a força de trabalho e, por isto, é necessário saber como selecionar e desenvolver futuros líderes, como redesenhar a empresa para melhor atender aos clientes, como recompensar o bom desempenho, como liderar uma mão-de-obra globalmente diversificada, como controlar os custos dos encargos trabalhistas ao mesmo tempo em que se mantém o tratamento justo aos empregados. Para esta autora, os maiores desafios sempre envolvem a administração das pessoas dentro das organizações.

## 2. A ORIGEM E DEFINIÇÕES DO COACH

Com a concorrência mais acirrada e a pressão pela conquista de resultados cada vez maiores, os líderes procuram melhores estruturas para trabalharem como também novos conhecimentos para atingirem os objetivos e as metas propostas pelas organizações. Dentro destes novos conhecimentos é que surge o *coach*, o qual vem desempenhando uma nova função nas organizações.

A origem da palavra *coach* advém da Hungria, do termo húngaro *kocsi*, que se refere a um tipo de carruagem. O mesmo foi adaptado em outras línguas, como é o caso do francês, ou ainda no alemão, em que se escreve *kutsche*. Na língua espanhola também se emprega a expressão e, do uso inglês, é que vem o nosso conhecido vocábulo *coach*.

O dicionário Oxford (1997) traduz o verbete *coach* como "*Técnico, treinador, tutor*"; também como "*Carruagem ou ônibus*" e/ou "*viagem em carro ou carruagem*".

Foi, portanto, a partir da língua inglesa que o termo se popularizou na grande área do conhecimento da Administração.

Além do uso no sentido original de "condução", a palavra passou a identificar também o tutor, pessoa que ajudava os estudantes universitários a se prepararem para seus exames e, por último, lembramos que o *coach* serve para designar a função dos treinadores de equipes esportivas, que constitui um uso mais comum, até que chegasse ao meio empresarial com maior força. O termo *coach*, assim, tem origem no campo esportivo e tem sido utilizado para designar o papel do técnico, aquele profissional que treina times de futebol ou basquete. Nos últimos anos, entretanto, esse termo vem sendo utilizado nas empresas, não necessariamente para designar um cargo, mas um papel profissional: o da pessoa que se compromete a apoiar alguém com vista em melhorar seu desempenho e promover seu desenvolvimento profissional e pessoal. (GIL, 2007).

Chiavenato (2002) salienta que o termo *coach* aparece no ambiente de negócios nos Estados Unidos designando uma atividade profissional, em que, no início, era um misto de consultoria, aconselhamento, assessoria, prestada geralmente por pessoas experientes, maduras e dotadas de certos

conhecimentos específicos, que inspiravam confiança, fosse por seus princípios éticos, fosse por sua credibilidade profissional.

Conforme se lê em Block *et al* (2012), o *coach* é uma pessoa com um alto nível de conhecimento, bem treinada, com muita experiência de vida e de muito conhecimento organizacional. Têm como missão dentro da organização e fora dela o desenvolvimento das pessoas, ou seja, capacitá-las para assumirem cargos de liderança, de executivos, cargos que requeiram muita responsabilidade, como o de sucessores, presidentes, gerentes entre outros. A autora afirma ainda que existe também quem procure o *coach* para o *marketing* pessoal, para mudarem de posição dentro de uma organização, e também para se sobressaírem melhor na vida pessoal, pois o *coach* é uma ferramenta estratégica que pode ser aplicada tanto pela organização em um colaborador em especial, o qual se pretenda investir e capacitá-lo para desenvolver certa função.

No final da década de 1980, chega-se à terminologia do *coach* e, neste estágio de desenvolvimento, é que ela entra no mercado brasileiro. Foi um período de inúmeras e dolorosas transformações, as quais vieram para ficar e para mudar totalmente as relações do trabalho. Os processos de reengenharia e das demissões coletivas estavam chegando ao fim, o mercado, até então, era fechado por divisas protegidas, com poucas mudanças de diversas gestões centralizadoras em poucas pessoas, em que a cúpula tomava as decisões e o restante da organização simplesmente executava as ordens, e a maior preocupação com a carreira residia na manutenção do emprego e dos salários, com as promoções e com a formação de um patrimônio pessoal.

A geração que industrializou o país não aprendeu a olhar para suas competências como seu maior valor, e sim, davam mais destaque aos patrimônios maquinários e se esqueciam que quem movimentava tudo eram pessoas. E, talvez por isso, é que, nos últimos anos, tem havido um crescimento particularmente rápido no uso do *coaching* executivo.

O termo *coaching* designa ainda um processo de mudanças que envolvem o *coach* e o *coachee*. O primeiro é um técnico de pessoas ou líder e, o segundo, diz respeito ao aluno ou ao cliente. O objeto primeiro do *coaching* é o de proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências de um indivíduo para a harmonia e eficiência do seu desempenho, enquanto pessoa ou profissional (CONTI, 2010).

Entre as organizações que adotam a prática do *coaching* estão a *American Express*, o *Citibank*, a *Colgate*, a *Telecom* e a *Procter & Gamble* entre outras organizações que estão em processo de adaptação (OLIVERO, 1997).

Showers e Bruce (1996) afirmam, em sua pesquisa sobre a evolução do aprendizado em parceria, que os temas de *coach*, resultados de seus estudos durante quinze anos, mostram melhores resultados nas performances dos indivíduos que aprendem sobre o termo dentro das escolas, junto com seus professores.

Dentro desta aprendizagem, o *coaching* vem entrando no vocabulário moderno das empresas. Para Porché e Niederer (2002), os *coaches* representam um processo de benefício, em um clima de maior confiança e cooperação aumentando o nível de satisfação no trabalho. Gaspar e Portásio (2009) confirmam esta conduta, dizendo que, na prática, o *coach* ajuda o seu colaborador a aprender, a descobrir as áreas de maior potencial de

desenvolvimento emocional, a fazer opções, a definir os seus próprios objetivos, a analisar os seus próprios erros, bem como as suas causas e as formas de corrigi-los, facultando-lhes informações e pistas que lhes permitam tomar decisões e efetuar transformações sucintamente. Nisso, o *coach* coloca-se ao serviço do seu subordinado e não para controlá-lo.

Logo, *coaching* não significa comprometer-se apenas com os resultados, mas com a pessoa como um todo, com a sua realização e o seu desenvolvimento. Por meio do processo de *coaching*, novas competências e possibilidades de aprendizagem surgem, tanto para o *coach* quanto para o seu colaborador. *Coaching*, nesta acepção, é mais do que um treinamento, porto que o *coach* permanece com a pessoa até ela atingir o resultado. Sua função é a de lhe dar poder para que ela produza, para que suas intenções se transformem em ações que, por sua vez, se traduzam em resultados. *Coaching* é, essencialmente, *empowerment*. Dar poder para que o outro adquira competências, produza mudanças específicas em qualquer área da vida ou até, e principalmente, transforme a si mesmo (ARAÚJO, 1999).

### 3. FERRAMENTA ESTRATÉGICA COACH DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Na obra de Prahalad (2000), informa-se que as organizações, cada vez mais, possuem a necessidade de ter um alinhamento estratégico que envolva, não só posicionamento de produtos e mercado, como pessoas e desenvolvimento para alcançarem as metas desejadas.

Com isso, alinhar caminhos, preparar e acompanhar pessoas, numa visão integrada de resultados coletivos, tem sido um grande desafio para as lideranças.

Para Hamel & Prahalad (1995), uma nova estratégia competitiva não se restringe em apenas reduzir os níveis gerenciais para uma organização mais enxuta. A flexibilidade está em reduzir as consequências disfuncionais de um comportamento hierárquico, de um comportamento de liderança. O comportamento hierárquico evita um diálogo ativo entre os diversos níveis sobre problemas críticos e usa o poder para resolvê-los, cujo objetivo é garantir aos indivíduos a liberdade de projetar seus próprios trabalhos, consertar seus próprios processos e fazer o que for necessário para satisfazer um cliente. Os mesmos autores alertam para o perigo de um caos negativo, de uma anarquia em nível organizacional, que só poderá ser contido caso haja a obrigação e a oportunidade de contribuição para um fim específico, uma orientação compartilhada que pode ser chamada de "intenção estratégica" (*Id ibidem*, p. 336).

Orientação compartilhada com intenção estratégica foi o foco do comportamento do *coach* avaliado nessa pesquisa. Esta prioridade também foi eleita em função da bi dimensionalidade da pesquisa *coach*-liderança. Assim, põe-se em evidência, o raciocínio de Liz Rider (2002), donde se apresenta o *coaching* como um processo com objetivos centrados, que envolve necessariamente três pontas: o que realiza o líder-*coach*, as equipes e a organização, e este processo permanente cria valor estratégico. Para Rider, o *coaching* é essencialmente uma intervenção estratégica.

Em plena consonância com o pensamento de Rider, Lyons afirma que o *coaching* fornece uma rota para a liderança. O *coaching* pode libertar o

potencial latente de liderança nos gestores e reforçar a liderança onde esta já existir.

Uma cultura de *coaching*, em suma, pode alimentar a liderança. E, quando o *coaching* alinha o desenvolvimento do indivíduo, da equipe e da organização para uma definição mútua de sucesso, o *coaching*, então, se torna liderança.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é a etapa de operacionalização da pesquisa, a qual, segundo Suzuki *et al* (2009), representa o conjunto de métodos utilizados para a condução do estudo. Desse modo, buscando-se atender ao objetivo geral da presente pesquisa, que é o de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*, um de Santa Catarina e o outro do Rio Grande do Sul, se fez necessário o entendimento da ferramenta estratégica *coaching* e o seu papel dentro das organizações, sendo que, neste primeiro momento, realizamos um estudo bibliográfico, em que foram consultados livros específicos da área, artigos científicos, periódicos e *sites*. De acordo com Lakatos (1985), então, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, visto que essa técnica é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na internet”.

Num segundo momento, o de analisar as percepções de dois *coaches*, realizamos duas entrevistas, sendo que a primeira entrevista deu-se com o *coach* Marcos Wunderlich, da cidade de Florianópolis/SC e, a outra, com a *coach* Simone Julianote, da cidade de Caxias do Sul/RS.

Em Cáceres (1998), verifica-se que foi na década de 1930 que a entrevista começou a ser utilizada amplamente pelas ciências sociais, particularmente nas tarefas de investigação. Dentro da discussão epistemológica, Fontana e Frey (2000) afirmam que a dinâmica social da entrevista pode determinar a natureza do conhecimento gerado. O presente artigo procurou, então, por meio das pesquisas bibliográficas, pesquisas na internet e da entrevista com os dois *coaches*, estabelecer um elo entre a teoria e a prática de *coaching*, ressaltando quais as estratégias utilizadas, quebrando o paradigma hermenêutico, pesquisamos as táticas atuais que estão sendo adotadas dentro das organizações pelos *coaches*.

Foi elaborado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas, cujas respostas buscavam uma explicação ou uma opinião dos *coaches*. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas, a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Complementa o fato este autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas, também, a sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme Boni e Quaresma (2005), a técnica de entrevistas abertas atende principalmente às finalidades exploratórias, sendo bastante utilizada para o detalhamento de questões e de formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação à sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, e este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, procurou-se aplicar o questionário com as perguntas abertas aos dois *coaches*, na tentativa de analisar a realidade do tema dentro do estudo proposto.

A primeira entrevista ocorreu com o *coach* Marcos Wunderlich, presidente executivo atual e formador de *Coaches* e Mentores ISOR, que detém visão holosistêmica e complexa. É um consultor, *master coach*, tem vinte e oito anos de experiência profissional. É um dos fundadores do *Instituto Holos de Qualidade* – entidade científica, tecnológica e cultural voltada para a criação e o desenvolvimento de tecnologias de desenvolvimento de pessoas e de organizações.

A segunda entrevista ocorreu com a *coach* Simone Julianotes, professora, consultora organizacional e formadora de *coaches* há quase quinze anos.

As mesmas perguntas foram aplicadas aos dois *coaches*.

A primeira questão tratou das principais características que um *coach* precisa ter em tempos atuais. Para Marcos, o profissional *coach* precisa ter visão ampla, competência relacional, postura condutora, capacidade de geração de benefício ao cliente, conhecimento da metodologia de *Coaching* e para Simone, o profissional *coach* precisa ter escuta ativa, capacidade de desafiar, empatia e elaboração de perguntas relevantes.

Em seguida, ambos foram questionados sobre as diferenças entre o processo do *coach* e a consultoria empresarial. Nisso, a dupla foi consistente nesta resposta, dizendo que os dois são bem diferentes, visto que no *coaching* o cliente deve dar suas próprias respostas e não necessita exatamente de ter experiência na área e, já na consultoria, o consultor emite um parecer e uma resposta, por ter como base a sua experiência.

Os dois *coaches* responderam que o processo de contratação do *coaching*, ocorre por intermédio de uma contratação formal, seja tanto para clientes pessoa jurídica ou pessoas físicas, mas, para tal efeito, é necessário ter muito bem definido e claro os objetivos para que esta contratação ocorra.

Existem diversas razões para a contratação do *coach*, mas, os dois profissionais ressaltaram que as mais comuns dão-se quando o cliente deseja obter uma meta, algum resultado específico e, neste caso, busca-se o auxílio de um *coach* de carreira e/ou de negócios.

Quando se trata da necessidade de formação específica para ser um *coaching*, Marcos afirma que *coaching* é uma profissão não regulamentada e

qualquer pessoa pode praticá-lo, com ou sem curso de formação. Porém, salienta, é aconselhável que se faça um curso de formação. No Brasil, hoje, há diversas escolas, de diferentes linhas de pensamento sobre esta prática. Já para Simone, existe a necessidade inicial de uma formação específica e, depois, sempre se podem agregar mais especializações, como busca de atualizações constantes.

Para ambos, a identificação dentro do processo de *coaching*, tal como a de como diagnosticar se foram alcançados os objetivos propostos, primeiramente deixa-se claro os objetivos no início do processo, pois, assim, pode-se mensurar se houve o alcance da meta ou não.

Normalmente contrata-se em torno de 08 a 10 encontros de um profissional de *coaching*. Um encontro por semana ou cada duas semanas, em torno de uma hora e meia de duração, disse Marcos. Em cada sessão é entregue um relatório, donde se vão posicionando os resultados já alcançados, disse Simone.

A metodologia de *coaching*, em si, contém algumas regras básicas como, por exemplo, não dizer ao cliente o que ele deve fazer, mas sim fazê-lo emitir suas próprias respostas. Isto é obtido pela habilidade do *Coach* em saber fazer “perguntas poderosas”. Mas, cada caso é um caso específico, cada cliente tem demandas próprias, as quais podem ser questões pessoais ou profissionais, afirmam Marcos e Simone.

Depois de contratado os serviços de *coach*, o primeiro encontro, também chamado de agenda ou sessão, tem como foco principal um diálogo, que serve para a determinação de uma meta ou de um resultado. O tema de cada encontro é trazido pelo cliente ou é negociado entre o *Coach* e seu cliente.

Já, Simone, afirma que cada encontro depende da situação vivida pelo cliente, cada caso é um caso especial e tem de ser tratado de forma individualizada e com todo respaldo.

Foi perguntado aos entrevistados, também, sobre quando a empresa enxerga a necessidade de contratar um *coach*. Nisso, Marcos afirmou que existem duas formas de se praticar o *Coaching*: contratação de um *Coach* profissional externo ou, então, preparar o corpo gerencial para que apliquem o *Coaching* junto a suas equipes. O objetivo geral desta contratação é ativar potencialidades e competências das pessoas para melhores resultados organizacionais. Normalmente o *Coaching* é dirigido para as pessoas que vão assumir novos cargos, serem promovidos. Utiliza-se também o *Coaching*, de uma forma um tanto errônea, para resolução de situações ou pessoas com dificuldade na empresa. Simone, por sua vez, diz que depende de cada situação.

Com relação às vantagens e desvantagens que a empresa tem em contratar um *coach*, ambos os profissionais entrevistados concordaram que não existe desvantagem, somente se contratarem profissionais não preparados ou não qualificados. Mas, ressaltaram que as vantagens são inúmeras, e que o *coaching* nas empresas traz muitos benefícios, como: Capital Intelectual diferenciado; a solidez empresarial; a alavancagem nos resultados operacionais; a sinergia organizacional; a disseminação dos conhecimentos; a aprendizagem contínua; a atuação com mentalidade holístico-sistêmica; o reflexo na qualidade das pessoas e da organização; os relacionamentos focados em qualidade e resultados; a envolvimento nos processos de melhoria contínua; as lideranças mais efetivas; o clima organizacional agradável e

dinâmico; o reforço da confiança e da credibilidade na organização; o compartilhamento nos riscos decisórios; o reforço e a potencialização das pessoas não só dentro das organizações como também pessoal.

Existe um motivo que influenciou os entrevistados a optarem por esta carreira. Marcos atua principalmente na formação de *coaches*, em cursos abertos em diferentes capitais brasileiras ou dentro de empresas. Atende as pessoas e os executivos como *coaching* individual. Afirma ainda que a opção em se tornar *coaching* foi por ter tido uma formação técnica em engenharia e conhecimento empresarial, aliado à capacidade de desenvolver pessoas. Isto, segundo ele, possibilitou desenvolver trabalhos na área, numa época em que o *coaching* estaria em voga no mercado brasileiro.

Simone, sobre isso, afirma que atua principalmente na formação de *coaches* por gostar de pessoas, e ressalta a questão de que a grande maioria das ferramentas faz parte da programação neurolinguística e também da linha comportamental da Psicologia.

Marcos e Simone afirmaram que o *coach* pode ser um líder da organização, em empresas em que se aplica o *coaching* é o gerente ou o líder para pessoas da sua equipe, ou caso, a empresa não possua, decide-se contratar um *coach* externo. Dentro em breve não se contratará mais pessoas de cargos gerenciais ou de liderança que não saibam praticar o *coaching*.

Quando se comenta sobre a relação do *coaching* com a área de recursos humanos, foi levantado que o *coach* não trabalha muito com o departamento de recursos humanos, visto que a empresa pode contratar um *coach* para aplicação a diferentes pessoas na empresa, o que incluiria, neste caso, também para o RH.

Finalmente, disseram que o *Coaching* pode ser aplicado individualmente ou em pequenos grupos. Normalmente é o RH que incentiva a empresa a implantar o processo de *coaching*. Ambos afirmaram, neste sentido, que o mercado de trabalho para o profissional de *coaching* no Brasil está em expansão, mas que, apesar disso, ainda existe falta de profissionais de *coaching*, seja para o atendimento a pessoas físicas ou para atividades em empresas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo o de analisar a utilização da ferramenta estratégica *coaching* nas percepções de dois *coaches*, tema atualmente bem discutido dentro da área de gestão de pessoas.

Segundo Gonçalves e Piovesan (2012), o mercado atual oferece várias soluções para o desenvolvimento de líderes. Mas, uma das ferramentas que vem sendo utilizadas com sucesso para este desenvolvimento, é o processo de *Coaching*.

Em frente aos diversos impactos das mudanças ambientais, o aumento da competitividade organizacional e a disputa nos mercados de trabalho, faz-se necessário que os gestores/líderes modernos enxerguem as pessoas não somente como meros recursos, mas, sim, como a mais valiosa das fontes para se obter uma "vantagem competitiva".

Conforme abordado na revisão da literatura, existe uma distância entre a teoria e a prática de gestão estratégica de pessoas. Nota-se isso, principalmente, quando se diz respeito à contemporaneidade do tema da pesquisa aplicada à área de gestão de pessoas, em que novas práticas estão sendo adotadas, e, uma delas, no que tange a líderes, é o *coach*.

Observando-se suas origens e definições, o surgimento na sociedade, observa-se que a sua aplicabilidade é e está se tornando uma ferramenta essencial para as organizações que buscam estratégias competitivas diante deste mercado tão globalizado.

Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder à pergunta inicial, por meio da elaboração do questionário e da aplicação do mesmo, resultando numa abordagem qualitativa.

Os entrevistados relataram bem a temática em torno do *coaching* atual, donde se observou a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as aptidões organizacionais da empresa se viabilizem.

Diante destas observações, a ferramenta estratégica *coaching* recebe dentro das organizações uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais arrojados desencadeia um número significativo de pessoas que buscam formações cada vez mais específicas para se lançarem no mercado e possuírem um diferencial no momento das entrevistas.

Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre *coach* e cliente para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o *coach* não tem em que se apoiar e firmar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estejam amarrados, e sim, deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. *Coach: Um parceiro para o sucesso*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Gente, 1999.
- BLOCK, V. M. *Coaching Executivo: Uma questão de atitude* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Campus, 2012.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Construção de Talentos*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos nas organizações*. (2a., 4a Reimpressão ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier, 2004.
- COGO, S. N. *Gestão de Pessoas e a Integridade Psicológica do Trabalhador*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Ltr, 2006.

CONTI, V. d. (25 de 07 de 2010). *Coaching – O Processo Mágico de Mudanças*. Acesso em 25 de 07 de 2010, disponível em <http://jornal100porcentovida.com.br>:

<http://www.jornal100porcentovida.com.br/coaching.html>.

FEDERATION, I. C. (27 de 01 de 2013). *Sobre o Treinamento*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://foundation.coachfederation.org/AboutCoaching.aspx>

GASPAR, D. J., & Mehler, P. R. Liderança e *Coaching*. *Revista de Ciências Gerenciais*, XIII, n.18, 2009.

GIL, A. C. *Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2007.

GIL.A.C. *Gestão de Pessoas* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2001.

LAMCOBE, B., & TONELLI, M. (Maio/Agosto de 2001). O Discurso e a Prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as praticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. *REVISTA CONTEMPORANEA DE ADMINISTRAÇÃO*, 5 n.2, 154-174.

MAXIMIANO, A. C. *Introdução a Administração* (6a.Revisada e Ampliada ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2004.

MILKOVICH, G., & BOUDREAU, J. W. *Administração de Recursos humanos* (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas, 2006.

PORCHÉ, G., & NIEDERER, J. *Coaching – O apoio que faz as pessoas brilharem*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 2002.

PRAHALAT, C. *Preparando para a Liderança*. In: *The Peter Drucker Foundation (Org). Liderança para o século XXI*. São Paulo, Brasil: Futura, 2000.

PRAHALAT, C., & HAMEL, G. *Competindo pelo Futuro: Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1995.

PRESS, O. U. *Dicionário Oxford Escolar*. Brasil: Oxford, 1999.

QUEIROZ, R. (24 de Maio de 2005). *Artigos Administradores*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://www.administradores.com.br>: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/perspectivas-da-moderna-gestao-de-pessoas/10854/>

RIDER, L. *Coaching as a Strategic Intervention, Industrial and Commercial*. *Anpad*, 34 n.6, 233 a 236, 2002.

SHOWERS, B., & Joyce, B. (Março de 1996). A Evolução de aprender em parceria. *Educational Leadership*, 53 n6, 12(5).

WITT, D. (01 de 01 de 2009). *Gestão de Pessoas e as Crises Econômicas*. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16784/000706243.pdf?sequence=1>

## A ROTULAGEM AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FÉLIX, Marcel Carlos Lopes<sup>121</sup>

**RESUMO:** o presente artigo aborda o tema da Rotulagem Ambiental, sob o ponto de vista da instrumentalização de efetivação do Desenvolvimento Sustentável (DS). Este estudo é fruto de um Projeto de Pesquisa desenvolvido no âmbito do Curso de Direito, da UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso. O objetivo desta pesquisa foi o de buscar compreender se a Rotulagem Ambiental é uma efetiva ferramenta de concretização do DS. Utilizou-se, para este efeito, o método hipotético-dedutivo, combinados com uma pesquisa bibliográfica e com o estudo de campo, partindo-se da hipótese de que a Rotulagem Ambiental pode ou não ser um instrumento de efetivação do DS. Foram analisados 02 (dois) Rótulos: o selo verde europeu “A Flor” (*The Flower*) e o selo brasileiro “Colibri” (Beija-flor), a fim de verificar se ambos propõem a alcançar o DS. Nesse estudo, concluiu-se que os rótulos analisados preenchem todas as dimensões requisitadas pelo DS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Sustentável, Rotulagem Ambiental, Colibri, A Flor.

### INTRODUÇÃO

Em 1972, foi realizado um movimento de grande relevância para tentar organizar as relações do homem com o meio ambiente, visto que a sociedade científica já detectava a ocorrência de graves problemas futuros em razão da poluição atmosférica provocada pelas indústrias. As políticas públicas adotadas no mundo, até então, tratavam o meio ambiente como eterno e fonte inesgotável de recursos naturais. E foi, então, sob este prisma, que a ONU (Organização das Nações Unidas) decidiu inaugurar a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”. Porém, somente depois de 1987, é que se chegou ao documento denominado de “Relatório Brundtland”.

O pensamento, a princípio, seria o de evitar temporariamente a expansão das atividades mundiais da indústria, visto que a produção industrial era a mais poluidora. Todavia, a decisão foi imediatamente contestada pelos países subdesenvolvidos, os quais tinham a sua base econômica assentada unicamente na industrialização, pois se entendia, inicialmente, que, apenas com a intensa industrialização é que um país poderia se desenvolver sócio e economicamente pensando, concepção tida como “reduzora ou técnico-econômica” segundo Morin e Kern (2011, p. 31).

A partir de então, várias foram as tentativas de tentar convencer os líderes mundiais acerca da importância do meio ambiente, não só para a presente, mas, também, como patrimônio para as futuras gerações. E, em 1992, no Rio de Janeiro, representantes de grande número dos países do mundo, se reuniram para decidir que medidas tomariam para conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência humana na Terra.

<sup>121</sup> Doutorando em Direito pelo UNICEUB/Brasília. Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC/GO. Professor efetivo do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Araguaia, Barra do Garças. Contato: marcel-felix@uol.com.br.

A intenção, nesse encontro, era a de introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, menos consumista, mais adequado ao equilíbrio ecológico, e entendido como aquele que atenderia às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades, substituindo-se, enfim, o modelo que até ali era considerado como um padrão de crescimento econômico, isto é, compreendido como aporte exclusivo para o aumento dos números da economia.

A apresentação do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, também denominado “Sustentabilidade”, até hoje não é fruto de consenso, haja vista o entrave de políticas econômicas liberalistas adotadas desde o século passado. Logo, esse ajuizamento de sustentabilidade tem passado por diversas análises e reformulações, chegando-se até o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” (YOSHIDA *apud* MARQUES, 2009, p. 82).

A partir dessa formulação, foram surgindo diversas propostas para a concretização do desenvolvimento sustentável, tais como: os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA's) e a Rotulagem/Certificação Ambiental, esta, inicialmente, apenas utilizada a fim de certificar para o consumidor a qualidade de um produto e a vigilância sanitária por parte do Estado. Começou a se destacar a utilização do mesmo tipo de Certificação que já existia no passado, aquela que continha informações a respeito do produto. E foi assim, então, que surgiu a “Rotulagem Ambiental”, a qual passou por um grande avanço até chegar à forma em que é (ou deveria ser) utilizada nos dias atuais em diversos setores da sociedade.

Sob esse contexto, eis que surge o problema que norteia esta pesquisa: a Rotulagem Ambiental existente abrange apenas as questões ambientais ou também se propõe a atingir o Desenvolvimento Sustentável? Trata-se, somente, de um argumento ambientalista ou envolve benefícios sociais e econômicos? Tais questionamentos surgem tendo-se como parâmetro a evolução do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, o qual deve(ria) conter os elementos sociais, econômicos e ambientais sempre associados.

Partiu-se, desse modo, da seguinte hipótese: a utilização da Rotulagem Ambiental se propõe a atingir os parâmetros do Desenvolvimento Sustentável, porém, às vezes, é usada de forma indevida, por parte das empresas, de agentes do governo e até mesmo por pessoas físicas.

Nesse passo, para a realização desta pesquisa, estipulou-se como objetivo geral analisar, ao menos, 02 (dois) Rótulos Ambientais, observando se levam em conta não só uma abordagem ambiental, mas, também, social e econômica. Tudo isso com o intuito de descobrir se a Rotulagem Ambiental cumpre as orientações acerca do Desenvolvimento Sustentável.

Sob esse prisma, o principal enfoque desta pesquisa foi o de saber se o uso dessa Certificação abrange não só o enfoque ambiental, mas, também, as relações sociais e econômicas.

Assim sendo, com base nas razões expostas, justifica-se a realização desta pesquisa, e ainda pelo fato de que ponderar tal instituto passa a se constituir conseqüentemente em opção teórica e política de questionamento de um modelo capitalista, em que são utilizados instrumentos de proteção ambiental tendo-se, *a priori*, como parâmetro, o que se chama de Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, este Artigo poderá servir como um alerta não só para a comunidade acadêmico-científica, como também para que as autoridades discutam as questões econômicas, sociais e ambientais sempre em conjunto, uma vez que estarão debatendo a própria sobrevivência da espécie humana.

Esta pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e análise de 02 (dois) Selos Ambientais que têm suas certificações expedidas por organismos estatais, ambas reconhecidas nacional e internacionalmente.

Utilizou-se o método hipotético-dedutivo, e, a partir disso, verificou-se se os Selos Ambientais tratam apenas de questões ambientais e/ou se envolvem ainda as questões econômicas, sociais e, enfim, humanas, ou seja, se preenchem os requisitos do Desenvolvimento Sustentável.

Em sendo assim, para a realização deste breve estudo foram estudadas diversas definições e classificações da Rotulagem Ambiental para que possa ser feita a análise do Rótulo Ecológico europeu A Flor (*The Flower*) e do brasileiro Colibri (Beija-flor), apresentando possíveis críticas e propostas para a utilização adequada da Rotulagem Ambiental.

## 1. A ROTULAGEM AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões relacionadas ao Meio Ambiente cada vez mais têm obtido guarida dentre as políticas públicas adotadas em vários países de todos os continentes. E isso se dá pelo fato de que algumas organizações internacionais, como o *Greenpeace*, têm-se esforçado, desde o findar do século passado, em deixar clara a necessidade de se discutir as questões econômicas e sociais em conjunto com as de cunho ambiental.

Sob esse contexto, surgiram meios com o objetivo de equacionar os interesses socioeconômicos com os concernentes ao meio ambiente limpo e saudável, como os Sistemas de Gestão Ambiental.

A princípio, os Rótulos Ambientais foram utilizados para que o consumidor pudesse comparar os produtos disponíveis, levando em consideração o modo de produção e o impacto ambiental causado por cada um. Porém, com o decorrer do tempo, passaram a ser utilizados também como estratégia competitiva de mercado, meio de obtenção de lucros e/ou ainda como forma de preservação do meio ambiente. A própria nomenclatura, por si só, causa a impressão de que se trataria de interesse unicamente ambiental, como se esse fosse um tema dissociado das relações socioeconômicas, o que não o é (SILVA, 2013, p. 27).

A utilização da Rotulagem Ambiental pode ganhar diversas nomenclaturas: “Rótulos”, “Certificados Ambientais”, “Certificação”, “Selos de Proteção Ambiental”, “Selo Verde”, “Ecoselo”, “Selo Ecológico”, dentre outras, dependendo do tipo de Rotulagem pretendida.

Os primeiros Selos Ambientais surgiram em 1940, com o objetivo de expor os efeitos negativos de produtos químicos, como os raticidas e, posteriormente, qualquer produto que fosse tóxico, sendo, portanto, de cunho obrigatório (KOHLRAUSCH, 2003, p. 74).

Já, na década de 70, algumas empresas passaram a inserir o rótulo com o objetivo de demonstrar que não utilizavam agrotóxicos e, a partir de então, somada à boa aceitação por parte dos consumidores com o crescimento do movimento ambientalista, os empresários passaram a utilizar os rótulos ambientais como ferramenta competitiva.

Para melhor entendimento, pode-se classificar a Rotulagem no tocante a dois objetos: ou os impõe sobre os produtos e/ou sobre as empresas (LEITÃO, 2011, p. 31-32). Os rótulos, assim, ligados aos produtos são aqueles que levam em consideração os efeitos que o produto tem sobre a natureza e indicam o desempenho ambiental dos bens e serviços. Já, os rótulos ligados às empresas, se referem à análise do desempenho quanto à minimização dos impactos sobre o meio ambiente, utilizando-se, para este fim, de sistemas de gestão ambiental.

Vale dizer, que existem, ainda, os organismos certificadores e os acreditadores e, segundo Berté (2009):

Os Órgãos certificadores são os responsáveis por recomendar o certificado de qualidade [...], dando direito à empresa auditada e aprovada para usar o logotipo do órgão certificador. Os órgãos certificadores também realizam auditorias de manutenção nas empresas interessadas na certificação. Entre os órgãos certificadores está a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT. Fundada em 1940, a ABNT é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Os certificadores, por sua vez, devem passar por auditoria e aprovação dos órgãos acreditadores. Cada país possui um órgão acreditador, que devem ser auditadas e aprovadas pela ISO (International Organization for Standardization). No Brasil, o órgão acreditador da ISO é o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial). O INMETRO foi fundado em 1973, com uma missão institucional de fortalecer as empresas nacionais, aumentando a sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços (BERTÉ, 2009, p. 299).

Assim, o que também motivou a escolha desse tema foi a necessidade, não só da comunidade acadêmica, mas, também, da população em geral, de confirmar se a Rotulagem Ambiental, da maneira como está sendo oportunizada, realmente aborda tanto as questões ambientais quanto as socioeconômicas e, ainda, se preenche os requisitos para se atingir o Desenvolvimento Sustentável, o que nos exigiu, ao menos, um estudo da classificação atual da Rotulagem Ambiental, analisando os 02 (dois) Rótulos Ecológicos que foram selecionados com o intuito de descobrir se eles preenchem os requisitos do atual conceito de Desenvolvimento Sustentável.

### **1.1. Classificação da Rotulagem Ambiental**

Conforme exposto, a certificação ambiental consiste em um instrumento de concretização do Desenvolvimento Sustentável, não somente por motivos puramente ecológicos, visto que se mostra uma poderosa ferramenta competitiva no mercado de consumo.

De acordo com Marcio Augusto Rabelo Nahuz (NAHUZ, 1995, p. 58), existem vários tipos de Rotulagem Ambiental: os selos de aprovação, os certificados de atributo único, os cartões informativos, as informações técnicas publicadas, os alertas e os manuais.

Assim, inicialmente, classificava-se a Rotulagem Ambiental em duas espécies: a “Autodeclaração Voluntária Não Certificada”, que ocorre quando a própria empresa declara que seus produtos seguem os padrões ambientais esperados, e a “Declaração Voluntária Certificada”, quando uma organização ou instituto atesta o cumprimento dos padrões mínimos de proteção do meio ambiente. Assim, sabe-se que as autodeclarações voluntárias não certificadas tratam-se de afirmações unilaterais das próprias empresas e não se submetem a nenhum processo de avaliação por institutos especializados e independentes. São de livre iniciativa econômica e servem como estímulo e atratividade de seus produtos (LEITÃO, 2011, p. 67). Por sua vez, as Declarações voluntárias certificadas, conhecidas também como “Selos Verdes”, passam por toda uma metodologia de análise realizada pela instituição especializada e autônoma que avalia se o produto tem qualidade ambiental superior aos demais, especialmente no tocante à proteção ambiental. Em suma, vale lembrar que a “Certificação Ambiental”,

conforme Wells (2006, p. 338), é ato que “consiste nas declarações que constam nos rótulos – ou, às vezes, nos folhetos e anúncios – de produtos, indicando seus atributos ambientais”.

Os Selos Verdes, dessa forma, são mais difíceis de conseguir, e também mais desejados, visto que transmitem maior segurança para o consumidor do que uma autodeclaração sem certificação, pois muitos empresários podem utilizar a autodeclaração não certificada de forma inapropriada. Ou seja, um empresário poderia, de má-fé, fazer constar em um produto ou quando da utilização do *marketing* empresarial, uma informação que não reflete a realidade ambiental do produto ou da empresa.

Sob essa perspectiva, Leitão (2011, p. 82) afirma que “é uma forma, portanto, de estabelecer uma responsabilidade compartilhada pela gestão ambiental entre o Poder Público, a indústria e os cidadãos que, nesse caso, figuram na relação desempenhando o papel de consumidores”.

Pode-se extrair desse módulo de discussão, duas características básicas das autodeclarações: a voluntariedade, consubstanciada no fato da adesão ser feita por manifestação de vontade, no caso de certificada por meio de requerimento administrativo próprio; e, a inovação, no que se refere à utilização dos recursos naturais de forma mais eficiente e com novas tecnologias mais limpas.

Para a OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) CNDA (Conselho Nacional de Defesa Ambiental), há uma pequena diferença entre “Selo Verde” e a “Ecoetiqueta”. É o que revelam as citações a seguir:



**SELOS VERDES:** Selo verde é a ecoetiqueta que atesta a qualidade ecológica, socioambiental, do produto ou serviço que tem o apoio da sociedade civil. É fornecida para empresas que comprovam periodicamente, por meio de laudos técnicos, que seus ciclos de vida são amigáveis para o planeta e a vida que nele habita. Não podem prejudicar a vida e nem utilizar os recursos naturais de forma desregrada, estão preocupadas com os recursos renováveis e obedecem às exigências e consensos internacionais que tratam do socioambiental. São os conhecidos selos verde, green label, green seal, entre outros (Disponível em <http://www.cnda.org.br/html/certificacoes.asp>, Acesso em: 20 jul. 2015).



**ECOETIQUETAS INSTITUCIONAIS:** As ecoetiquetas de caráter institucional, que premiam esforços de ajustamento de conduta e participações em campanhas que apoiam movimentos socioambientais, são instrumentos importantes do mercado verde. Por exemplo: Selo de empresa amiga do meio ambiente, amigo do paciente, etc., que seguem os mesmos princípios do selo verde. Entretanto, nesse caso, considerando a vontade do ajustamento de conduta, o apoio a serviços, projetos e programas socioambientais, os esforços para a adequação e a influência benéfica sobre terceiros, os requisitos exigíveis são mais brandos do que os necessários para se receber a outorga do selo verde (Disponível em <http://www.cnda.org.br/html/certificacoes.asp>, Acesso em: 20 jul. 2015).

Nessa esteira, para se obter uma Certificação há a necessidade de elaboração de critérios ambientais para grupos de produtos que serão certificados, de análise dos requerimentos de utilização dos rótulos e de celebração do contrato de concessão. Cabe, então, a cada empresa escolher qual o melhor tipo de Rotulagem Ambiental a ser utilizado de acordo com o produto, o investimento e o lucro almejado/esperado, porém, deve sempre prezar pela extinção, diminuição do impacto ambiental e/ou compensação do dano ambiental causado.

## 1.2. Analisando se a Rotulagem Ambiental segue os parâmetros do Desenvolvimento Sustentável

Como o método adotado nesta pesquisa foi o hipotético-dedutivo e o procedimento para a execução deste método foi o da Amostragem, serão destacados e analisados 02 (dois) Rótulos Ambientais que têm grande importância e reconhecimento nacional e internacional. Assim, justifica-se a escolha desses rótulos, por serem muito conhecidos na União Europeia (o *The Flower*) e no Brasil (o Colibri), e por terem Certificação por órgão governamental, o que dá maior confiança do que uma autodeclaração unilateral.

Quanto às certificações, lembramos que nelas, há de se considerar ainda a Simbologia Técnica de Identificação de Materiais. Esta surgiu com o intuito de facilitar a identificação e a separação dos materiais, ajudando o processo de reciclagem. A princípio, todas as embalagens deveriam ter essa identificação técnica, mesmo que nem todas fossem encaminhadas para a reciclagem, por não haver possibilidade de reciclagem na região em que foram descartadas ou não haver local para descarte.

A Simbologia Técnica não deve ser considerada como Rotulagem Ambiental, quando é utilizada exclusivamente como uma espécie de *marketing* de produtos (isto, levando-se em conta a concorrência) ou ainda como técnica de vendas (com o intuito de se obter maiores lucros). Entretanto, quando traz informações claras, relevantes e fundamentadas para o consumidor, o que pode ser obtido por meio da obtenção de certificação por órgão oficial e, portanto, de confiança, a princípio, nesta pesquisa, serão consideradas como Rotulagem Ambiental.

Pode ainda a Rotulagem Ambiental ser classificada, nos dizeres de Nahuz (1995), da seguinte forma:

nível 1: produtos biodegradáveis; nível 2: produtos biodegradáveis e recicláveis; nível 3: produtos e embalagens biodegradáveis e recicláveis; nível 4: idem, elaborados por processos com pouco ou nenhum impacto ambiental; nível 5: idem, com transformação de tecnologia *hard* em *soft*, com menor impacto, menor custo, menos matéria-prima, maior produtividade, menos resíduos e rejeitos (NAHUZ, 1995, p. 57).

Essas classificações, porém, não são fruto de consenso no meio científico e menos ainda para o consumidor. Nesse passo, de acordo com Preussler *et al.* (2006), em 2002, a *International Organization for Standardization (ISO)* criou uma série de normas de Rotulagem Ambiental, que servem atualmente como base para o uso da Certificação Ambiental, sendo elas:

Rotulagem tipo I – NBR ISO 14024: Programa Selo Verde – Estabelece os princípios e procedimentos para o desenvolvimento de programas de rotulagem ambiental, incluindo a seleção, critérios ambientais e características funcionais dos produtos, e para avaliar e demonstrar sua conformidade.

Também estabelece os procedimentos de certificação para a concessão do rótulo. Rotulagem Tipo II – NBR ISO 14021: Auto-declarações ambientais – Especifica os requisitos para auto-declarações ambientais, incluindo textos, símbolos e gráficos, no que se refere aos produtos. Termos selecionados em declarações ambientais e fornece qualificações para seu uso. Descreve uma metodologia de avaliação e verificação geral para auto-declarações ambientais e métodos específicos de avaliação e verificação para as declarações selecionadas nesta Norma. Rotulagem Tipo III – ISO 14025: Inclui avaliação do ciclo de vida – Ainda está sendo elaborada no âmbito da ISO. Tem alto grau de complexidade devido à inclusão da ferramenta Avaliação do Ciclo de Vida. Existe um longo caminho para que este tipo de rotulagem ganhe o mercado (PREUSSLER *et al.*, 2006, p. 04).

Nessa esteira, conforme exposto, são diversos os tipos de Selos Ambientais e também muitas são as classificações que existem na comunidade científica. Por isso, é possível estabelecer-se quais tipos de Selos serão selecionados chegando-se à proposta de um Selo Internacional de grande importância e um Selo Nacional que tivesse também um peso grande no mercado nacional. E sob essa perspectiva, definiu-se o Selo europeu, o “The Flower” (A Flor), levando-se em conta a importância do mercado de toda União Europeia em que ele é bastante utilizado. No âmbito nacional, definiu-se o Rótulo Ecológico “Colibri” (Beija-flor), o qual foi criado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, órgão mais respeitado e referenciado no Brasil, no que diz respeito à normatização de regras para produtos e serviços.

Apesar de ser incontável, a partir da visualização de alguns dos Rótulos Ambientais existentes, pode-se ter uma noção geral do projeto START-IPP<sup>122</sup>:

---

122 O START-IPP é um projeto financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa LIFE Ambiente. É direcionado para a Política Integrada do Produto e para a sua implementação em países Mediterrânicos com pouca ou nenhuma experiência em Política Integrada do Produto. Disponível em: <[http://www.startipp.gr/toolkit3\\_pt.htm](http://www.startipp.gr/toolkit3_pt.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

QUADRO 1 – Quadro comparativo de Rótulos Ambientais

	Nome	Símbolo	Descrição
Produtos Ecológicos	Rótulo Ecológico da UE		Produtos com impactos ambientais mais reduzidos ao longo do seu ciclo de vida, relativamente aos outros produtos convencionais
	Rótulo Anjo azul		Para produtos e serviços: protecção ambiental e do consumidor
Produtos electrónicos	Energy Star		Rótulo do governo dos EUA para produtos com excepcional eficiência energética
	TCO 95/99		Especialmente para computadores e monitores. Especificações de aspectos: ambientais, ergonómicos, de usabilidade, emissão de campos eléctricos e magnéticos
Produtos em madeira	Forest Stewardship Council		Certificação de explorações florestais para a comercialização de madeira de uma forma sustentável
	Pan-European Forest Certification		Certificação de florestas com uma gestão ambiental, social e economicamente viável
Carpets e tapetes	Rótulo		Carpets e tapetes aprovados no programa de testes de Qualidade Ambiental de Interiores e Materiais com Baixas Emissões do "Carpet and Rug Institute's (CRI) "
Produtos alimentares	BIO Suisse		Certificação de produtos animais e de agricultura biológicos
	Dolphin Safe		Certificação de atum apanhado com práticas protectoras de golfinhos
	Marine Stewardship Council		Para produtos marinhos provenientes de pescas com uma gestão ambientalmente orientada
	Rótulo "Transfair Fair Trade"		Certificação de Comércio Justo garante que agricultores e trabalhadores receberam um preço justo pelos seus produtos e que os produtos têm maior qualidade e foram produzidos com respeito pelo ambiente (por ex. podem ser de agricultura biológica)
Embalagens	Ponto Verde		Rotulagem obrigatória de embalagens (baseada na Directiva 94/62/EC)

Fonte: START- IPP - Disponível em: [http://www.startipp.gr/toolkit3\\_pt.htm](http://www.startipp.gr/toolkit3_pt.htm). Acesso em: 20/05/2015.

### 1.2.1. Rótulo Ecológico ou Selo Verde europeu: A Flor (*The Flower*)

Este Selo é utilizado em 26 (vinte e seis) grupos de produtos, com 839 (oitocentos e trinta e nove) licenças e mais de 3000 (três mil) produtos e serviços, somente ficando atrás do "Selo Anjo Azul" (Alemanha), com 80 (oitenta) grupos de produtos, 950 (novecentos e cinquenta) licenças e mais de 10000 (dez mil) produtos e serviços (FOELKEL, s/d, p. 02).

Criado em 1992, o *The Flower* é um Selo Ecológico oficial da União Europeia, gerenciado pela Comissão Europeia, de adesão facultativa a cada país, por meio dos órgãos competentes que analisam a concessão desse rótulo ambiental de acordo com critérios previamente definidos pela Comissão Europeia devidamente nomeada (FOELKEL, s/d, p. 03).

No Brasil, a primeira certificação desse Selo se deu em 2011, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2014):

A fábrica de papel, no município de Luiz Antônio – SP, da empresa *International Paper*, é a primeira da América Latina a conseguir o rótulo ambiental “The Flower”, considerado um dos mais importantes do mundo. No ano passado, a empresa foi a terceira maior produtora de papel do Brasil e segunda maior exportadora (MDIC, 2014, *on line*).

Nesse Rótulo, analisa-se o ciclo de vida, os impactos ambientais do produto, bem como o seu desempenho técnico. Os critérios para sua concessão são revistos a cada 03 (três) anos para se adequar à evolução tecnológica. Os efeitos econômicos da adoção dessa Certificação, basicamente, seriam: atender à demanda dos varejistas e dos consumidores; melhorar a imagem da empresa; alcançar maior credibilidade no mercado europeu; aumentar as vendas de seus produtos rotulados; e, eventualmente, obter ganho no preço de venda.

Foelkel (s/d, p. 06) informa também que podem se candidatar ao Rótulo europeu *The Flower* “fabricantes, importadores, prestadores de serviços, comerciantes e atacadistas” e, adiante, expõe as regras para apresentação do pedido de concessão do Rótulo. Afirma-se que:

Se um produto for vendido para um único País-Membro, o pedido deve ser apresentado neste País-Membro. Da mesma forma, se um produto for vendido para vários Países-Membros, o pedido pode ser apresentado em qualquer destes países. Se um produto originar de fora da UE, o pedido pode ser apresentado em qualquer um dos países onde o produto será ou foi colocado à venda (FOELKEL, s/d, p. 06).

O CREUE (Comitê do Rótulo Ecológico da União Europeia) é composto pelos Organismos Competentes que são: os Estados-membros da União Europeia, cada um com seus Ministérios do Meio Ambiente, Agências Ambientais e Certificadoras Nacionais, com o papel de implantação da “Flor” em nível nacional e de elaborar os Critérios de Outorga do Ecorrótulo às empresas postulantes. O *The Flower* é composto também pelo Fórum Consultivo em que atuam as Indústrias, Confederações, Câmaras do Comércio, ONGs (Organizações Não Governamentais) Ambientais e Associações Comerciais.

Para se conseguir o rótulo há de se percorrer, de forma sucinta, todo um caminho. Inicialmente, o CREUE vota a criação de um novo grupo de produtos. A Comissão determina um organismo competente para liderar essa atividade. Esse organismo competente implanta um grupo de trabalho pontual (Grupo de trabalho *ad hoc*) reunindo indústria, peritos, ONGs e administrações públicas. E, assim, são realizadas as reuniões do Grupo de trabalho *ad hoc*, aproximadamente 03 (três) vezes ao ano, para análise e deliberação acerca dos pedidos de rótulos e o processo pode levar de 02 (dois) a 03 (três) anos.

Isso tudo, sem contar que os consumidores estão cada vez mais preocupados com as substâncias químicas contidas nos produtos que utilizam, além da existência de demanda por produtos seguros, desde que tenham um Rótulo confiável. Ademais, para os países que não fazem parte da União Europeia, o simples fato de adotarem esse Rótulo retrata a grande possibilidade de abertura ao mercado europeu para comercialização de seus produtos.

Em pesquisa feita em 2009, com os Europeus (*Flash Eurobarometer*)<sup>123</sup>, foi possível identificar o nível de conhecimento do Rótulo Flor:

<sup>123</sup> *Flash Eurobarometer* é um instituto de pesquisas europeu e esta pesquisa está disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1269545433.ppt](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1269545433.ppt). Acesso em: 20 de julho de 2015.

- 40% dos cidadãos reconhecem o selo;
- 19% compram produtos rotulados;
- 80% acreditam que os impactos dos produtos são relevantes; e,
- 49% não acreditam nas auto-declarações (2009, *on line*).

Sendo assim, pode-se depreender que o nível de exigência do consumidor é alto, uma vez que a maioria (80%) entende como importante o impacto dos produtos no meio ambiente, logo, afirma-se que buscarão produtos rotulados. Além disso, percebe-se que praticamente metade dos pesquisados somente sente confiança em produtos certificados, não bastando uma simples autodeclaração constante em um produto. Isso tudo permite inferir que os pesquisados buscam informações dos produtos rotulados e, por essa razão, praticamente metade (40%) conhece o Selo *The Flower*.

Por outro lado, sabe-se que, de início, conforme exposto anteriormente, esse rótulo foi visto com um entrave ao crescimento econômico, porém, com o aumento da adesão por parte dos empresários, percebe-se que o viés econômico do processo está sendo observado até porque os benefícios financeiros advindos da utilização desse Rótulo podem ser deduzidos, contrariando os primeiros entendimentos de que a Rotulagem Ambiental causaria atravesamentos financeiros ao exercício de atividades empresariais. Desse modo, portanto, cumpre-se um dos critérios do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto a um segundo critério, que o meio de produção não ocasione diretamente a exclusão social, percebe-se que as empresas que utilizam os produtos, acabam por participar de práticas sociais que antes não faziam parte de suas agendas, ainda que, às vezes, seja por iniciativa própria ou, então, por constar como exigência para se obter o Rótulo, o que pode levar entre 02 a 03 anos de trâmite procedimental.

No tocante ao critério de acesso à informação, esse Rótulo também preenche esse requisito, uma vez que se trata de Certificação em que se utiliza a figura de uma flor nos produtos e, essa figura já está parcialmente difundida perante a União Europeia.

E, por último, quanto à dimensão da Sustentabilidade, fica claro que todas as ações das empresas devem estar voltadas ao desenvolvimento, mitigando os efeitos causados pela produção, com o intuito de não prejudicar a sobrevivência das gerações vindouras. Assim sendo, conclui-se que o Rótulo Ambiental europeu “The Flower” se encaixa na conceituação, concepção, características e dimensões do Desenvolvimento Sustentável, sendo, portanto, uma plena e efetiva ferramenta para sua implementação.

### **1.2.2. Rótulo Ecológico da ABNT: Colibri (Beija-Flor)**

O Selo Colibri foi criado pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Trata-se do primeiro selo ecológico voltado também para produtos eletroeletrônicos:



FIGURA 3 – Rótulo Ecológico da ABNT (Beija-Flor)

Fonte: <http://www.abnt.org.br/rotulo/pt/>

Essa certificação garante que os produtos causem menor impacto ao meio ambiente, levando-se em conta a utilização de substâncias tóxicas, a economia de energia e tendo-se por base a utilização da matéria-prima, cuja compreensão da cadeia o acompanha até o descarte final (REDAÇÃO EcoD, 2015, *on line*). No sítio da ABNT, Antonio Carlos Barros de Oliveira, diretor adjunto explica que:

Estamos novamente dando mais um grande passo na contribuição da preservação do meio ambiente e na luta por um mundo mais sustentável. Com base em estudos nacionais e internacionais identificamos o constante crescimento deste setor e a necessidade de termos um selo ecológico para esses produtos. [...] (ABNT, 2015, *on line*).

A Samsung é a primeira empresa do setor a obter o certificado no Brasil. Entre os produtos da marca que obtiveram o “Selo Colibri” estão *smartphones* e *tablets*. O sítio da ABNT informa os critérios para utilização do Rótulo Ecológico Colibri aprovados e, dentre eles, têm-se os critérios na categoria eletroeletrônicos para os seguintes produtos: *notebooks*, telefones móveis, *tablets*, impressoras, televisores e monitores de vídeo (ABNT, 2015, *on line*).

Passa se obter o Rótulo Ecológico Colibri, é necessário observar os critérios elaborados para cada categoria de produto e formulados pelo Comitê Técnico de Certificação ABNT/CTC-20, com participação de especialistas da comunidade científica, de ONGs ambientalistas, dos órgãos de defesa do consumidor e do setor produtivo (ABNT, 2015, *on line*).

Os critérios gerais são desenvolvidos pelos “membros fixos” e o setor produtivo é convidado a participar, de acordo com o tipo de produto que está sendo discutido. São membros fixos a: CONCREMAT (Engenharia), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Associação Nacional dos Ouvidores – *Ombudsman* (ABO) (ABNT, 2015, *on line*). As etapas de concessão da certificação podem compreender uma ou mais das seguintes atividades (ABNT, 2015):

- a) assinatura da proposta e contrato;
- b) visita técnica;
- c) desenvolvimento dos critérios;
- d) análise da documentação;
- e) pré-auditoria;

- f) auditoria de adequação;
- g) avaliação de laboratório;
- h) auditoria de certificação;
- i) coleta de amostras;
- j) acompanhamento de ensaios;
- k) auditorias extraordinárias;
- l) análise do processo pela Coordenação Técnica;
- m) parecer conclusivo dos processos de certificação;
- n) tomada de decisão; e,
- o) emissão do Certificado (ABNT, 2015, *on line*).

Analisando os critérios do Rótulo e tomando-se por base os critérios basilares do Desenvolvimento Sustentável, não restam dúvidas de que o viés do crescimento econômico está sendo observado, até porque os benefícios econômicos advindos da utilização deste Rótulo podem ser deduzidos, haja vista a crescente (mesmo que lenta) conscientização ambiental do consumidor.

No que se refere a outro critério, pede-se que a forma de produção não ocasione diretamente a exclusão social. Assim, percebe-se que essa Certificação preenche esse requisito, pois tem como referência outras normas da própria ABNT (tais como o ISO 9000, 9001, 14001, 14020 e 14024), as quais são exigidas para a concessão da certificação voluntária, a fim de que o meio de produção não culmine em exclusão social.

Já, no que se refere ao critério acesso à informação, é inegável que esse Rótulo também preenche esse requisito, uma vez que se trata de Rotulagem que utiliza a figura de um Colibri (Beija-flor) nos produtos.

E, quanto à dimensão da Sustentabilidade, resta claro que todas as ações das empresas devem ser voltadas ao verdadeiro conceito de Desenvolvimento Sustentável, evitando e/ou diminuindo os impactos causados pela produção com o desiderato de não ocasionar malefícios à sobrevivência das gerações futuras.

Dessa forma, conclui-se que o Rótulo Ambiental brasileiro Colibri (Beija-flor) se enquadra na conceituação, concepção, características e dimensões do Desenvolvimento Sustentável, sendo, portanto, um legítimo instrumento para sua concretização por meio dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA's), os quais podem ser implantados nas empresas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crise ambiental é algo que tem afetado a humanidade. Mesmo que indiretamente, todos estejam sujeitos à dependência, mais cedo ou mais tarde, da existência de água potável, ar puro, produtos saudáveis etc., estamos sujeitos a catástrofes ambientais, enchentes, variações climáticas.

Além desse viés, que parece exclusivamente ambiental, também estamos sujeitos, direta ou indiretamente, a serem reféns dos problemas sociais, tais como a pobreza, a ineficiência da saúde pública, a marginalização, a violência etc. e a problemas econômicos como uma recessão econômica, aumento do preço dos produtos, estagnação do país, diminuição dos empregos etc.

Sob esse contexto, percebeu-se, ao longo desta pesquisa, que não há como analisar as questões ambientais de forma dissociada das questões econômicas e sociais. E, ao que parece, esse foi o mal dos últimos dois séculos.

A forma de produção e consumo adotados até o momento, os quais são seguidos no mundo todo, ocasionou e continua ocasionando perdas que talvez não sejam mais passíveis de reparação. Exemplarmente tem-se a extinção de espécies da fauna e flora, o desaparecimento de seres humanos em razão da pobreza e da exclusão social e ainda milhares de mortes tendo em vista questões de saúde pública, tais como epidemias, falta de vacinas, atendimento público precário.

Conforme exposto, uma saída foi apresentada por meio do Relatório Brundtland, em 1987: o Desenvolvimento Sustentável, em que se propôs, inicialmente, uma reflexão acerca dos modos de produção adotados pela maioria dos países do mundo em busca do Crescimento exclusivamente econômico.

A partir da evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável, foi possível perceber que essa premissa ideológica foi fruto de teses contrárias, inicialmente, tendo em vista que os governos e o empresariado não o viam com “bons olhos”, mas, sim, como um problema que se opunha ao crescimento econômico.

Porém, com o ambientalismo em alta, aos poucos, diversos países passaram a adotar normativas, obrigatórias ou não, e o Desenvolvimento Sustentável passou a ser visto como uma saída para a atual crise ambiental e para o atual modo de sobrevivência do ser humano.

Dentro desse contexto, estudou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável como uma saída eficiente e completa para a satisfação das gerações atuais e vindouras. Além disso, destacou-se o Sistema de Gestão Ambiental como uma forma de se alcançar esse Desenvolvimento Sustentável.

Logo após, introduziu-se o tema Rotulagem Ambiental para que pudesse ser feito um estudo mais acurado acerca do tema, analisando-se as diversas classificações existentes e, por fim, estudando como poderia se concretizar esse Desenvolvimento Sustentável.

Viu-se, dessa forma, que a Rotulagem Ambiental tem caráter voluntário e independente: é aplicada a produtos e processos, conforme critérios previamente definidos; é uma ferramenta de *marketing*, logo, traz um benefício direto ao fabricante e/ou fornecedor; serve como veículo informativo ao consumidor; é diferente da certificação comum, a qual prioriza qualidade mínima e excelência; não se trata de rótulo informativo dos dados técnicos, composição etc. dos produtos; e, ainda, não se confunde com as etiquetas de advertência ou alerta quanto à periculosidade de dependência química, venenos, dentre outros.

Já, ao final, foram analisados os Rótulos Ambientais “The Flower” (europeu) e o Colibri (brasileiro) e se constatou que eles seguem à risca os ditames do Desenvolvimento Sustentável, se utilizados de forma correta.

Foi possível detectar também que os Rótulos com certificação têm maior credibilidade do que as autodeclarações e são mais confiáveis quando certificados por órgão estatal. Para se chegar à tal conclusão, foram analisadas as dimensões do Desenvolvimento Sustentável propostas por Yoshida (2009).

Contudo, conforme se observou, infelizmente é possível que a utilização indiscriminada da Rotulagem Ambiental, provavelmente por falta de regulamentação específica e punição aos que a utilizarem de forma errada, ainda esteja ocorrendo.

Dessa feita, acredita-se que os objetivos geral e específicos propostos nesta pesquisa foram atingidos, pois foi possível analisar se a Rotulagem Ambiental efetivamente busca

concretizar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que analisou-se o uso de até 02 (dois) Rótulos Ambientais, um europeu e outro brasileiro.

Assim sendo, como o tema Rotulagem Ambiental está constantemente em transformação, espera-se que esta pesquisa sirva, pelo menos, como um norte para que outros pesquisadores e estudiosos possam aprofundar a discussão do tema e auxiliar na conscientização da população, do empresariado e dos governantes, a fim de que possam efetivamente modificar o padrão de consumo dos habitantes do Planeta antes que os recursos ambientais fiquem escassos ou se extingam definitivamente.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 14020: rótulos e declarações ambientais: princípios gerais*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Procedimento Geral da Marca ABNT Qualidade Ambiental*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/rotulo/pt/images/pdf/PG1107ProcedimentoGeraldaMarc aABNTQualidade%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Rótulo Ecológico ABNT: Reconhecimento e transparência*. Disponível em: <[http://www.abnt.org.br/rotulo/pt/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=207](http://www.abnt.org.br/rotulo/pt/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=207)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BERTÉ, R. *Gestão Socioambiental no Brasil*. Curitiba: IBPEC. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Empresa brasileira é a primeira da AL a ter um dos rótulos ambientais mais respeitados do mundo*. Assessoria de Comunicação Social do MDIC em 28.11.2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5 &noticia=10840>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

CNDA – CONSELHO NACIONAL DE DEFESA AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.cnda.org.br/html/certificacoes.asp>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

FOELKEL, Celso. *O Rótulo Ecológico ou o Selo Verde Europeu The Flower – A Flor*. Disponível em: <[http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/Palestras/Rotulagemambiental/06\\_O%20r%F3tulo%20ambiental%20Flor%20da%20Europa\\_Celso\\_Foelkel.pdf](http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/Palestras/Rotulagemambiental/06_O%20r%F3tulo%20ambiental%20Flor%20da%20Europa_Celso_Foelkel.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

ISO. International Organization for Standardization. *NBR ISO 14.001: Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio*. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

KOHLRAUSCH, Aline Knopp. *A rotulagem ambiental no auxílio à formação de consumidores conscientes*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LEITÃO, Manuela Prado. *Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. 2011. PNMA: 30 anos de Política Nacional do Meio Ambiente*. Coords. Antônio Herman Benjamin, Eladio Lecey, Silvia Cappeli, Carlos Teodoro José Hugueneu Irigaray. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. Tradutor: Paulo Neves. 6. ed. Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 2011.

NAHUZ, Marcio Augusto Rabelo. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. RAE – *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 35. n. 6. p. 55-66. São Paulo, nov/dez., 1995.

PREUSSLER, M. F.; VAZ, M.; MORAES, J. A. R.; e LOPES, D. A. R. Rotulagem Ambiental: Um Estudo Sobre NR'S. *1st International Workshop – advances in cleaner production*. IV Semana Paulista de P+L. Conferência Paulista de P+L. São Paulo, 2006.

REDAÇÃO EcoD. *ABNT lança selo ecológico inédito para eletroeletrônicos*. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2015/julho/abnt-lanca-selo-ecologico-ineditopara#ixzz3n561C9Z2>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

SAMSUNG ELETROINFORMATICA. *ABNT lança selo ecológico inédito para eletroeletrônicos*. Disponível em: <<http://www.tiespecialistas.com.br/review/abnt-lanca-selo-ecologico-inedito-para-eletroeletronicos/>>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 10. ed. Belo Horizonte: Malheiros Editores, 2013.

WELLS, Christopher. Rotulagem Ambiental. In: DEMAJOROVIC, J. & VILELA JÚNIOR, A. *Modelos e ferramentas de gestão ambiental*. Desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora Senac, 2006.

YOSHIDA, Consuelo Y. Moromizato. Sustentabilidade Urbano-Ambiental: os Conflitos Sociais, as Questões Urbanístico-Ambientais e os Desafios à Qualidade de Vida nas Cidades. In: MARQUES, José Roberto (Org.). *Sustentabilidade e Temas Fundamentais de Direito Ambiental*. Campinas – SP: Millennium Editora, 2009.